

PREGÃO ELETRÔNICO

90200/2025

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (153163)

OBJETO

Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de operador de carga e descarga (carregadores), auxiliar de depósito e almoxarifado (almoxarifes), supervisor/encarregado, oficial de manutenção predial e eletricitista, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.361.606,48

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item e maior desconto linear, com agrupamento de itens em lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Licitações - DPL

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 5º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Site: www.licitacoes.ufsc.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90200/2025

Processo Administrativo nº 23080.040111/2024-97

Torna-se público que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Departamento de Licitações (DPL/PROAD), sediado na rua Desembargador Vitor Lima, 222, Prédio II da Reitoria, Trindade, Florianópolis/SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de operador de carga e descarga (carregadores), auxiliar de depósito e almoxarifado (almoxarifes), supervisor/encarregado, oficial de manutenção predial e eletricista, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e as especificações descritas e publicadas no Sistema de Compras do Governo Federal, prevalecerão as constantes neste Edital.

1.4. Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no Termo de Referência e as especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar, prevalecerão as constantes no Termo de Referência.

1.5. Todos os interessados na disputa deste certame ficam cientificados acerca da especificação final a ser considerada para a oferta de suas propostas e posterior execução do objeto.

1.6. Não serão aceitos, em quaisquer etapas do processo de aquisição/contratação, argumentos de que a proposta foi ofertada e aceita com especificações inferiores ao exigido neste Edital, uma vez que é responsabilidade irrevogável do licitante atender plenamente ao descritivo mínimo exigido no certame.

1.7. O licitante, ao ingressar na disputa do certame, se compromete a fornecer produtos/serviços de acordo com as exigências do ato convocatório, sendo inegociável tal condição, e declara estar ciente de que, deixando de atender às especificações do Edital, estará prestando falsa declaração

e, assim, se sujeitando à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. sociedades cooperativas;

3.6.12. pessoas físicas;

3.6.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.8. O impedimento de que trata o subitem 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos subitens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. Os critérios de aceitabilidade/julgamento das propostas estão indicados detalhadamente no item 7 do Edital.

4.1.2. Os critérios de habilitação dos licitantes estão indicados detalhadamente no item 8 do Edital.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 8.1.6 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546/2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973/2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973/2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto linear, conforme o disposto no item 6.1 do Termo de Referência;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no Edital.

5.2. Não é permitida a indicação de duas marcas/modelos ou alternatividade entre os mesmos.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.7.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de **100 (cem) dias** a contar da data de abertura do certame. Havendo a menção diferenciada deste prazo, o mesmo será desconsiderado e prevalecerá a regra estabelecida neste subitem como condição de participação, não sendo, assim, motivo para desclassificação da proposta no caso de divergência.

5.10.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.10.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

5.13. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.14. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

5.15. A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

5.16. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

5.16.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, conforme modelo editável em <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>;

5.16.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

5.16.3. cópia do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

5.16.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer, a depender do critério de julgamento, lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. Será adotado, para o envio de lances no Pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, sendo que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances

conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14133/2021.

6.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também

fizerem jus às margens de preferência, conforme art. 5º, §9º, inciso I do Decreto nº 8538/2015.

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo licitante classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430/2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. É de inteira responsabilidade do licitante manter-se atento ao seu endereço eletrônico (e-mail registrado no SICAF ou informado na proposta comercial) durante todo o transcurso do certame, de modo a evitar a sua desclassificação pelo descumprimento de eventuais diligências que poderão ser solicitadas diretamente por este canal de comunicação, não cabendo eventuais alegações de desconhecimento ou de não acompanhamento, uma vez que este canal é indispensável na condução do certame.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (<https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (<https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

7.1.4. Lista de Licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta ao CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Licitantes Inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, caso necessário, os documentos de aceitação:

a) Planilhas de Custos e Formação de Preços.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.8.1. SEAC/SC SC000110/2026 (Campus Blumenau);

7.8.2. SEAC/SC SC000124/2026 (Campus Florianópolis, Araranguá, Curitiba e Joinville);

7.8.3. O(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1. conter vícios insanáveis;

7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.

7.11.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta. Recomenda-se a utilização do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços do Anexo IV, disponível em formato editável em: <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>, devendo traduzir o custo unitário do posto a ser contratado, dentro dos limites estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência).

- a) Ao preencher a planilha de custos o licitante deve informar a real sistemática tributária a que se encontra atrelado, notadamente deixando de inserir as contribuições paraestatais SESC e SENAC caso esses encargos sociais não lhes sejam exigíveis, quer seja por decorrência de lei, decisão administrativa (Fisco) ou judicial que assim o tenha determinado.
- b) Somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174/2024.

7.13.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.13.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13.5. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.13.6. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.13.7. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para a readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

7.13.8. O Pregoeiro deverá verificar se as previsões do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.13.9. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado como paradigma.

7.14. Na fase de aceitação da proposta e a critério do Pregoeiro e da equipe de apoio, caso entendam como pertinente, poderá ser solicitada documentação diversa ao licitante, no que tange à inserção exigida no item 7.13, razão que motivará a concessão do prazo de 2 (duas) horas para a complementação documental.

7.15. Caso seja do interesse do licitante, poderá anexar quantos documentos julgar pertinente em relação ao item 7.13 para o(s) serviço(s) ofertado(s), desde que comprove o que está sendo exigido neste item, sob pena de desclassificação da proposta.

7.16. Primando pelos princípios da celeridade e eficiência, solicita-se que o licitante, ao enviar a planilha de que trata o item 7.13, antecipe o envio dos seguintes documentos:

- a) Acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa indicada na planilha.
- b) Relatório ou demonstrativo do cálculo do valor do GILRAT (SAT) ajustado contendo a discriminação das alíquotas (FAP e RAT), bem como a DCTFWeb da última competência entregue para comprovação da contribuição, contendo:
 - b.1)** Relatório resumo de débitos.
 - b.2)** Relatório da declaração completa.
 - b.3)** Recibo de entrega.
- c) Comprovante de consulta ao FapWEB referente ao ano corrente.

d) Comprovante do atual regime tributário da empresa:

d.1) Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, apresentar ainda comprovante do Anexo e da Faixa de tributação em que se encontra, bem como da Receita Bruta informada.

e) Para as empresas enquadradas no item 5.7 deste Edital:

e.1) Planilha editável que demonstre o cálculo das alíquotas médias efetivas de PIS e COFINS.

e.2) Relatório mensal da EFD-Contribuições e Demonstrativo de Faturamento (assinado pelo contador) a fim de comprovar os valores utilizados.

f) Demonstrativo detalhado dos custos dos itens relacionados no Módulo 5 da Planilha de Custos e Formação de Preço – Insumos Diversos.

7.16.1. Os licitantes participantes ficam cientes que o Pregoeiro e/ou a equipe de apoio poderão solicitar quaisquer documentos elencados no item 7.16 e outros que julgarem necessários à análise e julgamento da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, razão que motivará a concessão do prazo de 2 (duas) horas para a complementação documental.

7.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.22. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.23. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.24. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de Pessoa Física:** Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b) No caso de Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) No caso de Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d) No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e) Para a Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) No caso de Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- g) No caso de Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.
- h) Em se tratando de participante Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- d) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- e) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - f.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

8.1.2.2. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2.2.1. Caso se constate a restrição, o licitante será declarado vencedor quando do aceite de sua proposta, sendo que o pregoeiro convocará a empresa via chat ou e-mail cadastrado no SICAF para tal regularização, e o prazo supracitado será iniciado a partir do dia seguinte.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, contendo a numeração das páginas, nº do Livro Diário em que se encontram escriturados e assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade.
 - a.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - a.2) Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, participantes deste certame, não estão dispensados da apresentação do Balanço Patrimonial e demais documentos referentes à análise da qualificação econômico-financeira.
- b) **Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** em que se encontram as Demonstrações Contábeis.
- c) **Prova de Registro do Livro Diário na Junta Comercial** (com carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial) ou Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do subitem 8.1.3.5.
- d) **Certidão Negativa de Insolvência Civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.
- e) **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- f) **Declaração do licitante, acompanhada da Relação de Compromissos Assumidos**, adotando-se preferencialmente o modelo “Declaração de Compromissos assumidos - Contratação de Serviço com MO exclusiva” da UFSC, disponível em <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>.

8.1.3.1. O licitante comprovará a sua qualificação econômico-financeira por meio da apresentação de:

- a) Comprovação da boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos maiores do que 1,00 (um inteiro), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

- b)** Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente.
- c)** Comprovação de possuir Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- d)** Comprovação, por meio de apresentação da declaração citada na alínea “f” do subitem 8.1.3, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante.
 - d.1)** Para fins de cálculo do valor total dos contratos firmados, considera-se o valor remanescente dos contratos, excluindo o já executado, conforme Anexo VII-E da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.
- e)** Justificativa, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
 - e.1)** Para fins de cálculo do percentual, considera-se o valor total dos contratos firmados, sem exclusões, conforme Anexo VII-E da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.
 - e.2)** Caso o licitante já tenha encaminhado a DRE juntamente ao seu Balanço Patrimonial, dispensa-se o novo envio do demonstrativo para atendimento deste item.

8.1.3.1.1. As informações para a devida análise, constante no subitem anterior, serão extraídas das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício).

8.1.3.1.2. A análise das alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1.3.1, será realizada levando-se em consideração o último exercício social.

8.1.3.2. As Demonstrações Contábeis referidas acima serão aceitas com base no prazo limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

8.1.3.3. As Demonstrações Contábeis na forma da Lei, respeitando a norma legal que rege estes documentos, que forem registradas em cartório competente e habilitado para esta finalidade, agregando unicamente o conjunto de demonstrações e contemplando assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade, fica dispensado da apresentação do registro na Junta Comercial, bem

como, dos termos de abertura e encerramento, desde que as peças façam alusão ao número de páginas e ao livro que deu origem as demonstrações.

8.1.3.4. Para as empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, será aceita a apresentação do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do documento de constituição da empresa, que comprove tal condição. Não será aceito nenhum outro documento que não este, previsto em Lei.

8.1.3.5. Para as empresas obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD), a autenticação de livros contábeis poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), de que trata o Decreto nº 6.022/2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital, e poderá ser comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED. A autenticação prevista no art. 78 do Decreto nº 8.683/2016 dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei.

8.1.3.5.1. A autenticação das demonstrações contábeis será comprovada pelo recibo de entrega da ECD, devendo estar em conformidade com o número apresentado nos documentos integrantes da escrituração, nos termos do Decreto nº 8.683/2016. Ou seja, é necessário estar disposto o número do recibo (HASH) no rodapé dos arquivos encaminhados, de modo a validar o efetivo envio do documento.

8.1.3.5.2. Os licitantes deverão se atentar a disponibilizar o último arquivo enviado ao SPED, seja ele no âmbito do cadastramento junto ao SICAF ou em remessa específica para a disputa deste Pregão.

8.1.3.6. No que tange às empresas do tipo sociedade anônima, de acordo com o art. 132 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Por Ações), as demonstrações financeiras deverão ser aprovadas em assembleia-geral ordinária, comprovada mediante ata arquivada e publicada no registro do comércio.

8.1.3.7. O licitante que apresentar certidão que demonstre que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar o plano de recuperação judicial, no qual inexistam o veto para a contratação com o Poder Público, bem como que comprove que o mesmo já tenha sido aprovado pelo juízo recuperacional, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

8.1.4. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, INDEPENDENTE DO CADASTRO JUNTO AO SICAF:

a) Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa gerenciou ou gerencia serviços de mão de obra de forma adequada, por período não inferior a 1 (um) ano, comprovando o quantitativo de postos de trabalho a seguir:

a.1) Campus de Florianópolis: mínimo de 30 postos de trabalho;

a.2) Campus de Araranguá: mínimo de 04 postos de trabalho;

a.3) Campus de Blumenau: mínimo de 07 postos de trabalho;

a.4) Campus de Curitiba: mínimo de 07 postos de trabalho;

a.5) Campus de Joinville: mínimo de 05 postos de trabalho.

a.6) Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.

a.7) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

a.8) O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao ano anterior à data da licitação e o prazo de 1 (um) ano não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua).

a.9) Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

b) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve declarar, nos termos do Anexo V, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

b.1) O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados conforme item 3.2 e seguintes do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

b.2) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.4.1. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB).

8.1.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971.

b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados.

c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

d) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

- e) **Comprovação de integração das respectivas quotas-partes** por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da **regularidade jurídica da cooperativa**:
 - f.1) Ata de fundação.
 - f.2) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.
 - f.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
 - f.4) Editais de convocação das 3 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.
 - f.5) 3 (três) registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.
 - f.6) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.1.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação.**

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas, prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. a referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304/2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

9.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133/2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Considerando a ausência da funcionalidade de cadastro de reserva no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), os licitantes que desejarem integrar o referido cadastro, conforme os critérios estabelecidos no item anterior, deverão manifestar-se pelo e-mail licitacoes.dpl@contato.ufsc.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da homologação do certame.

11.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

11.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

11.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

11.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarf.sistemas.ufsc.br/licitacoes/transparencia/detalhes/23080040111202497>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, infringe o disposto na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

13.2. A Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência, nos casos de menor gravidade;

13.2.2. multa;

13.2.2.1. Multa de natureza compensatória discriminadas especificamente nos itens 13.4 a 13.6.

13.2.2.2. Multa de natureza moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.2.3. Multa de natureza moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) quando se tratar de atrasos no cumprimento de alguma obrigação, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.2.3.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 3% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e receberá a sanção de advertência, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.

13.5. Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.5.1 à 13.5.11, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado do item/grupo/lotado ou do contrato e poderá ficar impedido de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ao responsável:

13.5.1. Recusar-se ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

13.5.2. Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Pregoeiro durante o certame.

13.5.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) desistir do lance durante a etapa competitiva;
- d) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

- e) deixar de apresentar amostra, quando solicitado no Edital;
- f) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

13.5.4. Perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação como, por exemplo, ofender o Pregoeiro, Presidente ou Membro da Comissão ou Equipe de Apoio, ou levantar falsa acusação quanto à prática dos servidores envolvidos na realização do certame.

13.5.5. Solicitar sua inabilitação depois de concluída a fase de habilitação.

13.5.6. Interpor recurso meramente protelatório, com base em fundamentação que já tenha sido motivo de impugnação ao Edital e seus anexos e resultado em improcedência, ou interpor intenção de recurso e posteriormente deixar de apresentá-lo, causando morosidade à disputa da licitação.

13.5.7. Interpor pedido de reconsideração meramente protelatório, com base em fundamentação já apresentada e devidamente analisada na fase recursal, cujo resultado tenha sido de improcedência, causando morosidade à disputa da licitação.

13.5.8. Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no Pregão.

13.5.9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

13.5.10. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

13.5.11. Der causa à inexecução total do contrato.

13.6. Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.6.1. a 13.6.5, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado do item/grupo/lote licitado ou do contrato e o responsável poderá receber a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelos prazos máximos especificados abaixo, se:

13.6.1. Não celebrar a ata de registro de preços, o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 6 (seis) anos.

13.6.1.1. A recusa injustificada a que se refere o subitem 13.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

13.6.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou para o contrato; ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato; ou adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.

13.6.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraudes de qualquer natureza: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

13.6.3.1. Comporta-se de modo inidôneo aquele que, entre outras práticas:

- a) induz deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresenta amostra falsificada ou deteriorada;

c) participa, na licitação, de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;

d) age em conluio ou em desconformidade com a lei.

13.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7.1. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7.2. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à UFSC, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), observando-se sua data de vencimento, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei nº 6.830/1980, com os encargos correspondentes, ou descontá-las dos valores remanescentes de pagamentos à empresa.

13.7.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7.4. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

13.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à UFSC.

13.14. A aplicação de uma das penalidades previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

13.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou no Banco de Sanções do Governo Federal e, no caso de impedimento de licitar e de contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas do Edital, no Contrato e em demais cominações legais.

13.17. As sanções de impedimento de licitar e de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar somente serão passíveis de reabilitação após o cumprimento dos requisitos disposto no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.18. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.19. Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a Ata de Registro de Preços, cobrando do licitante apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

13.20. O encaminhamento de Ofício de Notificação quanto à abertura de processo administrativo contra o licitante ou empresa fornecedora/contratada e todas as demais comunicações referentes a esse assunto será efetuado eletronicamente pelo departamento, unidade ou comissão responsável da UFSC, exclusivamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, para fins de garantir o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.20.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.20.2. Todo o recebimento eletrônico será protocolado por meio de uma resposta eletrônica, resguardando o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada quanto à efetiva entrega de sua defesa ou manifestação.

13.20.3. Quando, por razões técnicas, for inviável o uso de meio eletrônico para o encaminhamento de Ofício de Notificação, esse ato poderá ser viabilizado segundo as regras ordinárias.

13.21. As defesas/manifestações, quando em resposta ao Ofício de Notificação de que trata o item 13.20, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, segundo as orientações contidas no ofício de notificação ou no sítio da PROAD supracitado, de modo a economizar custos, evitar a necessidade de deslocamentos e, ainda, otimizar o prazo para que o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada elabore as peças que julgar convenientes à sua defesa/manifestação.

13.21.1. Quando a defesa/manifestação do licitante e/ou empresa fornecedora/contratada for enviada para atender o prazo processual, este passará a contar a partir da data do registro de recebimento da notificação ou do seu registro de protocolo, o que ocorrer primeiro, sendo considerada tempestiva a defesa/manifestação recebida até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

13.21.2. Toda a operacionalidade por meio eletrônico mantém inalterados os prazos legais para as defesas/manifestações, bem como mantém conservado todo o direito ao contraditório e à ampla defesa em toda e qualquer fase do rito processual.

13.22. Demais dúvidas acerca do disposto nos subitens precedentes quanto às notificações, defesas ou manifestações, poderão ser sanadas por meio eletrônico, seguindo as orientações contidas no sítio da PROAD, www.proad.ufsc.br.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. É indispensável que, previamente à impugnação e/ou envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus anexos, e acesse o sítio www.gov.br/compras, de modo a verificar se eventuais dúvidas já não foram suscitadas e/ou esclarecidas por meio de encaminhamentos anteriormente recebidos, com a finalidade de otimizar a análise do Edital e evitar a duplicidade de requerimento.

14.2.1. Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que:

14.2.1.1. intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos/serviços que o licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja vista que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido neste instrumento convocatório; e/ou

14.2.1.2. tenham o intuito de obter informações concernentes ao atual concessionário ou prestador de serviço do objeto referente ao presente certame, haja vista que tais esclarecimentos não estão relacionados a elementos do ato convocatório ou, ainda, a diretrizes que subsidiem informações necessárias para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados em nossos certames.

14.2.2. O licitante que desejar obter informações de que trata o subitem anterior deverá requerê-las por meio dos canais de acesso à informação da UFSC ou diretamente aos departamentos ou unidades responsáveis pelas fases de execução do objeto.

14.3. As respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no sítio www.gov.br/compras, cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos neste canal de comunicação.

14.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço licitacoes.dpl@contato.ufsc.br.

14.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. A contratada se compromete, em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela UFSC, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas.
- b) Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s).
- c) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar.
- d) Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais.
- e) Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso.
- f) Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas.
- g) Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela contratante ou por ela designadas.

- h) Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância.
- i) Comunicar à contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- j) Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art.46 da LGPD.
- k) Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

15.5. Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

15.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.ufsc.br/>.
- 16.11.** Integram este Edital*, para todos os fins e efeitos:

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice I – Instrumento de Medição de Resultados

Apêndice II – Formulário de avaliação do Indicador 3 do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Apêndice III – Descrição das Atividades dos Cargos

Apêndice IV – Lista de Equipamentos e EPI's

Apêndice V – Lista Exemplificativa de Materiais

Apêndice VI – Modelo de Formulário de Requisição de Compra de Materiais (FORA DA TABELA SINAPI)

Apêndice VII – Modelo de Solicitação de Autorização de Compra de Materiais (TABELA SINAPI)

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Planilhas de Custos e Formação de Preços

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

ANEXO IV – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (formato editável disponível em <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>)

ANEXO V – Modelo de Declaração de Visita Técnica

ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO VIII – Termo de Cooperação Técnica

Florianópolis, 10 de Junho de 2026.



Documento assinado digitalmente

Meryellem Yokoyama Neves

Data: 10/06/2026 10:17:01-0300

CPF: ***.332.499-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Meryellem Yokoyama Neves

Diretora em Exercício do Departamento de Licitações

*O Departamento de Licitações (DPL/PROAD) é responsável apenas pela elaboração do Edital. Demais peças e anexos presentes neste documento são elaborados por outros departamentos/unidades da UFSC.

MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC

Contratação de Serviços de Mão de Obra Exclusiva 33/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2025	153163-MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC	BRIGIDA ANTONIA DE CARVALHO VIEIRA	27/05/2026 14:48 (v 5.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23080.040111/2024-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A licitação tem como objeto o registro de preços para a possível contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos serviços de operador de carga e descarga (carregadores), auxiliar de depósito e almoxarifado (almoxarifes), supervisor/encarregado, oficial de manutenção predial e eletricista, **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais (de consumo, ferramental mínimo, equipamentos e peças)**, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC nos *campi* de Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville, mediante concordância irrevogável às regras e exigências estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, assim como, às demais legislações e normas regulamentares.

Quadro 01 - LOTE 1 - Campus Florianópolis

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO (p/ serviços)	CATSER	UN de MEDIDA	Qtde* Serviços: nº de postos x 12 meses Diárias: unidades	Valor Unitário em R\$	Valor Anual Estimado (qtde** x valor unitário) em R\$
1	Serviço de Operador de Carga e Descarga (Carregadores), carga horária 40h semanais, para atender demandas do DME/PU**	7832-15	14389	serviço	48	5.965,74	286.355,52
2	Serviço de Operador de Carga e Descarga (Carregadores), carga horária 40h semanais,	7832-15	14389	serviço	192	5.980,30	1.148.217,60

	para atender demandas do DGP** e demais unidades						
3	Serviço de Auxiliar de Depósito e Almoxarifado (Almoxarife), carga horária 40h semanais	4141-05	14907	serviço	108	5.893,55	636.503,40
4	Serviço de Supervisor /Encarregado, carga horária 40h semanais	3423-15	25623	serviço	12	7.541,90	90.502,80
5	Previsão anual de despesas com Diárias* (especificado nos subtópicos 4.3.11 a 4.3.15) * Item fixo e não passível de disputa	não se aplica	21849	Unidade	503***	1,00***	503,00
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 1 - CAMPUS FLORIANÓPOLIS							2.162.082,32

* Qtde: quantidade.
** Departamento de Manutenção Externa/Prefeitura Universitária (DME/PU). Departamento de Gestão de Bens Permanentes (DGP).
*** OBS: o valor unitário da diária corresponderá às orientações constantes dos itens 4.3.13 e 4.3.14.

Quadro 02 - LOTE 2 - Campus Araranguá

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO (p/ serviços)	CATSER	UN de MEDIDA	Qtde* Serviços: nº de postos x 12 meses Materiais /Diárias: unidades	Valor Unitário em R\$	Desconto p/ materiais (%)	Valor Anual Estimado (qtde* x valor unitário) R\$
6	Serviço de Auxiliar de Depósito e Almoxarifado (Almoxarife), carga horária 40h semanais	4141-05	14907	serviço	12	5.698,32	-	68.379,84
7	Serviço de Oficial de Manutenção Predial, carga horária 40h semanais	5143-25	1627	serviço	24	6.989,68	-	167.752,32
8		7156-15	14354	serviço	12	6.990,17	-	83.882,04

	Serviço de Eletricista, carga horária 40h semanais							
9	Fornecimento de Materiais	-	445977	unidade	113.170	1,00	%	113.170,00
10	Previsão anual de despesas com Diárias* (especificado nos subtópicos 4.3.11 a 4.3.15) * Item fixo e não passível de disputa	não se aplica	21849	unidade	503**	1,00**	-	503,00
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 2 - CAMPUS ARARANGUÁ								433.687,20

* Qtde: quantidade.

** OBS: o valor unitário da diária corresponderá às orientações constantes dos itens 4.3.13 e 4.3.14.

Quadro 03 - LOTE 3 - Campus Blumenau

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO (p/ serviços)	CATSER	UN de MEDIDA	Qtde* Serviços: nº de postos x 12 meses Materiais /Diárias: unidades	Valor Unitário em R\$	Valor Anual Estimado (qtde* x valor unitário) em R\$
11	Serviço de Operador de Carga e Descarga (Carregadores), carga horária 40h semanais, com fornecimento ferramentas e equipamentos	7832-15	14389	serviço	24	5.934,46	142.427,04
12	Serviço de Auxiliar de Depósito e Almoxarifado (Almoxarife), carga horária 40h semanais, com fornecimento de ferramentas e equipamentos	4141-05	14907	serviço	24	5.837,95	140.110,80
13	Serviço de Oficial de Manutenção Predial, carga horária 40h semanais, com	5143-25	1627	serviço	24	7.563,90	181.533,60

	fornecimento de ferramentas e equipamentos						
14	Serviço de Eletricista, carga horária 40h semanais, com fornecimento de ferramentas e equipamentos	7156-15	14354	serviço	12	7.358,84	88.306,08
15	Previsão anual de despesas com Diárias* (especificado nos subtópicos 4.3.11 a 4.3.15) * Item fixo e não passível de disputa	não se aplica	21849	Unidade	252**	1,00**	252,00
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 3 - CAMPUS BLUMENAU							552.629,52

* Qtde: quantidade.

** OBS: o valor unitário da diária corresponderá às orientações constantes dos itens 4.3.13 e 4.3.14.

Quadro 04 - LOTE 4 - Campus Curitiba

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO (p/ serviços)	CATSER	UN de MEDIDA	Qtde* Serviços: nº de postos x 12 meses Materiais /Diárias: unidades	Valor Unitário em R\$	Desconto p/ materiais (%)	Valor Anual Estimado (qtde* x valor unitário) em R\$
16	Serviço de Operador de Carga e Descarga (Carregadores), carga horária 40h semanais	7832-15	14389	serviço	24	6048,80	-	145.171,20
17	Serviço de Auxiliar de Depósito e Almoxarifado (Almoxarife), carga horária 40h semanais	4141-05	14907	serviço	24	5.939,24	-	142.541,76
18	Serviço de Oficial de Manutenção Predial, carga horária 40h semanais	5143-25	1627	serviço	24	7.391,96	-	177.407,04
19	Serviço de Eletricista, carga horária 40h semanais	7156-15	14354	serviço	12	7.491,94	-	89.903,28
20	Fornecimento de Materiais	-	445977	unidade	180.000	1,00	%	180.000,00

21	Previsão anual de despesas com Diárias* (especificado nos subtópicos 4.3.11 a 4.3.15) * Item fixo e não passível de disputa	não se aplica	21849	Unidade	503**	1,00**	-	503,00
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 4 - CAMPUS CURITIBANOS								735.526,28

* Qtde: quantidade.
** OBS: o valor unitário da diária corresponderá às orientações constantes dos itens 4.3.13 e 4.3.14.

Quadro 05 - LOTE 5 - Campus Joinville

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO (p/ serviços)	CATSER	UN de MEDIDA	Qtde* Serviços: nº de postos x 12 meses Materiais /Diárias: unidades	Valor Unitário em R\$	Desconto p/ materiais (%)	Valor Anual Estimado (qtde* x valor unitário) em R\$
22	Serviço de Operador de Carga e Descarga (Carregadores), carga horária 40h semanais	7832-15	14389	serviço	36	5.940,50	-	213.858,00
23	Serviço de Oficial de Manutenção Predial, carga horária 40h semanais	5143-25	1627	serviço	12	7.280,99	-	87.371,88
24	Serviço de Eletricista, carga horária 40h semanais	7156-15	14354	serviço	12	7.366,69	-	88.400,28
25	Fornecimento de Materiais	-	445977	unidade	87.548	1,00	%	87.548,00
26	Previsão anual de despesas com Diárias* (especificado nos subtópicos 4.3.11 a 4.3.15) * Item fixo e não passível de disputa	não se aplica	21849	Unidade	503**	1,00**	-	503,00
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 5 - CAMPUS JOINVILLE								477.681,16

* Qtde: quantidade.

** OBS: o valor unitário da diária corresponderá às orientações constantes dos itens 4.3.13 e 4.3.14.

1.1.1 A coluna "QUANTIDADE" compreende a expectativa de serviços a serem empregados na execução do objeto anualmente, ou seja, em 12 (doze) meses, considerando que esses valores representam apenas uma expectativa de contratação, uma vez que se trata de um certame do tipo registro de preço.

1.1.2 A coluna "VALOR ANUAL ESTIMADO" corresponde a uma expectativa de pacto contratual anual, tendo como base o número de serviços a serem prestados no período de um ano multiplicado pelo valor unitário (valor mensal de um posto).

1.1.3 Para a elaboração da sua proposta e a consequente disputa na fase de lances, o licitante deverá considerar o valor unitário.

1.1.4 A aplicação do percentual de desconto sobre o fornecimento dos materiais se dará na forma do tópico 4.6 e seus subitens deste Termo de Referência.

1.1.4.1 O quantitativo dos itens 9, 20 e 25, referentes ao "Fornecimento de Materiais", é meramente estimativo, podendo ser ou não utilizado, conforme demanda da instituição, sendo a coluna "valor unitário" apenas uma forma de viabilizar as operações de empenhos, facilitando a utilização do valor total conforme demanda.

1.2 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.361.606,48 (Quatro milhões, trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

1.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

1.4 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.5 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não englobando serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

1.6 A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência **não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública**, portanto restando vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme art. 4º da IN nº 05/2017 SEGES/MPDG.

1.7 O objeto desta licitação é caracterizado como serviço **contínuo**, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, ou de outro modo posto, à disposição em caráter permanente objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e permanente.

1.7.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8 A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período.

1.9 Agrupamento de Itens

1.9.1 () – Não, os itens serão licitados individualmente, sem agrupamento;

(X) – Sim, os itens serão licitados em lote, conforme detalhamento que segue:

Os itens foram agrupados em lotes para que sejam fornecidos por uma única empresa de modo a garantir a uniformidade e o gerenciamento dos serviços. Por tratar-se de serviço com fornecimento de mão de obra exclusiva, os lotes foram divididos conforme o local (campus) de prestação do serviço, uma vez que o município de prestação do serviço pode acarretar em diferenças no valor mensal dos postos de trabalho.

Quadro 06

Itens	Total do Lote Estimado (em R\$)
Lote 1 - itens 1, 2, 3, 4 e 5	2.162.082,32
Lote 2 - itens 6, 7, 8, 9 e 10	433.687,20
Lote 3 - itens 11, 12, 13, 14 e 15	552.629,52
Lote 4 - itens 16, 17, 18, 19, 20 e 21	735.526,28
Lote 5 - itens 22, 23, 24, 25 e 26	477.681,16

1.10 Participações - Detalhamento a partir do Estudo Técnico Preliminar e do planejamento da contratação

1.10.1 Será permitida a participação de empresas reunidas em **Consórcio:**

() – SIM;

(x) – **NÃO.**

Com relação à participação de consórcios, entende-se que os serviços a serem contratados não exigem empresas de diferentes segmentos/capacidades reunidas para atuarem na execução dos serviços. Os sistemas produzidos como consequência dos serviços a serem contratados são resultado de equipes, técnicas e procedimentos complementares e integrados, não havendo benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto desta contratação.

1.10.2 Será permitida a participação de **Cooperativas:**

() – SIM;

(x) – **NÃO**

A execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demanda vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada, obstando a possibilidade da participação da Cooperativa.

1.11 Da divulgação da IRP

1.11.1 A entidade gerenciadora é a única contratante e há premência na realização da licitação, razão pela qual não haverá divulgação da intenção de registro de preços (IRP) para o presente processo licitatório, nos termos do que faculta o § 1º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Esta contratação fundamenta-se na necessidade de atender às demandas de serviços que viabilizem o trabalho rotineiro de adequação da estrutura funcional da UFSC, nos *campi* de Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville, que dá suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a Universidade conta com Unidades Administrativas que desempenham funções específicas, dentre elas, funções de gestão de bens permanentes e de consumo, manutenção e conservação, recebimento, distribuição e movimentação de documentos, materiais diversos e insumos aos diferentes setores e exposições, formaturas e demais eventos, manutenção de suas instalações e suporte operacional para garantir o funcionamento adequado dos seus serviços. Relacionada à gestão de bens, identificamos, ainda, a necessidade de serviço especializado ao devido acondicionamento e organização em almoxarifados, depósitos e demais espaços, além do carregamento dos itens a diferentes locais, de modo a possibilitar controle e movimentação adequados dos materiais, e entregas no momento adequado. No que tange à manutenção das

instalações, a demanda de contratação deste serviço se dá pela necessidade de manutenção predial nas edificações utilizadas pela UFSC. Vale destacar que atualmente a UFSC não dispõe de profissionais técnicos especializados e em quantidade suficiente no seu quadro de pessoal para realização das atividades mencionadas.

2.1.1 Os quantitativos **de postos e materiais** estimados nesta contratação baseiam-se no histórico de utilização do órgão, conforme apurado nos contratos anteriores: contrato 343/2018 (Florianópolis), contrato 285/2018 (Araranguá), contrato 57/2023 (Blumenau), contrato 113/2022 (Curitiba) e contrato 130/2022 (Joinville).

2.1.2 Os quantitativos **de diárias** estimados nesta contratação foram previstos levando em consideração a expansão das atividades universitárias, uma vez que, em contratos anteriores, não se deslocavam trabalhadores terceirizados dos serviços constantes deste TR a outros municípios distintos das instalações da Universidade. Contudo, a mobilidade desses postos deve ser garantida, no mínimo, a todas as regiões metropolitanas do Estado de Santa Catarina, onde há laboratórios, fazendas e outras instalações que integram a UFSC.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1 ID PCA no PNCP: 83899526000182-0-000001/2026 ;

2.2.2 Data de publicação no PNCP: 15/04/2025;

2.2.3 Id do item no PCA: 4632, 4633 e 4634 (lote 01); 5218 (lote 02); 16613 (lote 03); 16612 (lote 04); 5243 (lote 05);

2.2.4 Classe/Grupo: 859 (lote 01); 851 (lote 02); 545 (lote 03); 545 (lote 04); 859 (lote 05);

2.2.5 Identificador da Futura Contratação: 153163-25/2026 (lote 01 - FLN); 153163-164/2026 (lote 02 - ARA); 153163-255/2026 (lote 03 - BNU); 153163-256/2026 (lote 04 - CBS); **153163-147/2026 (lote 05 - JOI)**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Após levantamento de mercado, optou-se pela contratação, mediante Pregão, de empresa especializada em fornecimento de mão de obra exclusiva qualificada para prestação de serviços de operador de carga e descarga, de auxiliar de almoxarifado e depósito, de supervisor/encarregado, de oficial de manutenção predial e de eletricista, incluindo fornecimento de equipamentos, materiais conforme condições quantidades e exigências estabelecidas, para atender as necessidades dos Serviços, que enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não englobando serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias, relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção, inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. É caracterizado como serviço contínuo pela Portaria nº 14.787/2014 da Secretaria Executiva do MEC, pelo Decreto nº 9.507/2018 e pela IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e suas posteriores alterações, pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 7/2018, pois visa suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão, prestado de maneira seguida, ininterrupta (considerando que as atividades não são interrompidas durante o ano, seja período letivo ou não), e indiferenciada ao longo do tempo, posto à disposição em caráter permanente, objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e constante, com a dedicação exclusiva de mão de obra, e como serviço comum pelo Decreto nº 10.024/2019, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. No que tange os serviços de manutenção predial, o enquadramento como serviço contínuo visa a garantia de condições das edificações utilizadas pela UFSC, uma vez que a interrupção ou a má prestação do serviço pode acarretar em falta de uso e de segurança. Ainda, o serviço tem característica continuada considerando que as estruturas tendem a se deteriorar com o passar dos anos.

3.2 Vistoria Técnica

3.2.1 Caso o licitante tenha o interesse em obter maiores detalhes a respeito das peculiaridades do local onde será executado o serviço, destaca-se que, conforme segue, será concebida a realização de visita técnica facultativa.

3.2.2 A visita técnica ao local onde será executado o objeto da contratação é de natureza facultada aos interessados na disputa do certame licitatório; todavia, para aqueles que desejarem fazê-la, caberá atender às seguintes regras:

3.2.2.1 Mediante agendamento prévio: **exclusivamente pelos e-mails** informados no quadro do subtópico 3.2.2.5, de acordo com o Lote e Campus de interesse.

3.2.2.2 Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do setor responsável.

3.2.2.3 A vistoria técnica será realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, e acompanhada por um dos servidores definidos no quadro do subtópico 3.2.2.5, de acordo com o Lote e Campus de interesse.

3.2.2.4 Locais onde ocorrerão a prestação dos serviços: informados no quadro do subtópico 3.2.2.5, de acordo com o Lote e Campus de interesse, podendo ter mais detalhamentos durante a visita técnica.

3.2.2.5 Contatos para agendamento de visitas:

Quadro 07 - Endereços e contatos para visitas técnicas

LOTE 1 Campus Florianópolis (DME/PU)	Endereço: Campus Universitário - Rua João Pio Duarte, 94 (referência) - Córrego Grande – Florianópolis/ SC CEP: 88037-000	Roberto Carlos Alves Departamento de Manutenção Externa/PU dme.pu@contato.ufsc.br/ contratos. dme@contato.ufsc.br (48) 3721 – 6044 José Dias Júnior Coordenadoria de Manutenção Predial dme.pu@contato.ufsc.br (48) 3721 – 5122	Segunda a sexta-feira das 9 às 12h e das 14 às 17h
LOTE 1 Campus Florianópolis (Demais Unidades)	Endereço: Campus Universitário, Rua João Pio Duarte, 241 (rua do Biotério Central) - Córrego Grande – Florianópolis/ SC CEP: 88037-000	Brenda Morelli Piazza Departamento de Gestão Patrimonial direcao.dgp@contato.ufsc.br (48) 3721-2164 Brígida A. de Carvalho Vieira Coordenadoria de Apoio Administrativo - DGP/PROAD direcao.dgp@contato.ufsc.br (48) 3721-4985 José Edgar Kurceski Coordenadoria do Almoxarifado Central almoxarifadocentral@contato.ufsc.br (48) 3721-9530	Segunda a sexta-feira das 9 às 12h e das 14 às 17h Segunda a sexta-feira das 14 às 17h (Edgar)
LOTE 2 Campus Araranguá	Unidade Jardim das Avenidas Endereço: Rua Governador Jorge Lacerda, 3201 - Jardim das Avenidas, Araranguá - SC CEP: 88906-072 Unidade Mato Alto Endereço: Rua Pedro João Pereira, 150 - Mato Alto, Araranguá – SC CEP: 88.905-12	Guilherme da Silva de Oliveira Coordenadoria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Manutenção sumae.ara@contato.ufsc.br (48) 3721-6943 João Antônio Ribeiro da Luz Coordenadoria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Manutenção omgp.ara@contato.ufsc.br (48) 3721-6928 Carlos Antônio Marques Diretor Administrativo da.ara@contato.ufsc.br/ servicos.ara@contato. ufsc.br (48) 3721-7161	Segunda a sexta-feira das 08h às 12h; das 13h às 17h.
LOTE 3 Campus Blumenau	Endereço: Rua Marechal Rondon, 880, bairro Salto do Norte, Blumenau - SC CEP 89065-200	Josué Andrade Divisão de Infraestrutura e Segurança do Trabalho - DIST manutencao.bnu@contato.ufsc.br 48 3721-3362 Marcelo Brandes Müller Administração de Edifícios - AED	Segunda a sexta-feira das 08h às 12h; das 13h às 17h.

		<p>aed.bnu@contato.ufsc.br 48 3721-3366</p> <p>Felipe Iop Capeleto Setor de Contratos contratos.blumenau@contato.ufsc.br 48 3721-3396</p>	
<p>LOTE 4 Campus Curitibanos</p>	<p>Endereço: Rodovia Ulysses Gaboardi, s/nº Km 3 – Curitibanos/SC Caixa Postal: 101 CEP: 89520-000</p>	<p>Rodrigo Suitck Zaleuski Diretoria Administrativa Serviço de Contratos contratos.cbs@contato.ufsc.br (48) 3721-6276 ou 5030</p> <p>Adriano Lucio Ziero Diretoria Administrativa Serviço de Manutenção e Infraestrutura manutencao.cbs@contato.ufsc.br (48) 3721-7174</p>	<p>Segunda a sexta-feira das 08h às 12h; das 13h às 17h.</p>
<p>LOTE 5 Campus Joinville</p>	<p>Endereço: Rua Dona Francisca, 8300 – Bloco U Zona Industrial Norte Joinville – SC – Brasil CEP: 89219-600</p>	<p>Taiza Rodrigues Setor de Contratos e Serviços contratos.jve@contato.ufsc.br (48) 3721-3871</p> <p>Ivan Ferraz Lemke Setor de Contratos e Serviços contratos.jve@contato.ufsc.br (48) 3721-4653</p>	<p>Segunda a sexta-feira das 08h às 12h; das 13h às 16h.</p>

3.2.2.6 O prazo para a realização da visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame (abertura da sessão pública).

3.2.3 Ainda que opte por não realizar a visita, o licitante deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, não podendo utilizar da opção pela não visita para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante, conforme modelos anexos ao Ato Convocatório.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1 A Contratada deverá disponibilizar, nos quantitativos previstos no presente instrumento e de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/MT), pessoal especializado para executar o objeto desta contratação.

4.1.2 Requisitos mínimos exigidos aos postos:

4.1.2.1 Os empregados deverão atender aos requisitos mínimos de qualificação e formação descritos, cargo a cargo, no Apêndice III Descrição de Atividades. Não havendo exigência especificada, devem ser alfabetizados, com conhecimentos das funções matemáticas básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão) e que saibam manusear os utensílios e equipamentos para os serviços e os de segurança pessoal.

4.1.2.2 A contratada deverá apresentar a comprovação dos requisitos mínimos dos postos em até 03 dias antes do início da prestação dos serviços.

4.1.2.3 A Contratada alocação dos empregados observando as especificações contidas neste Termo e demais requisitos legais.

4.1.2.4 O horário de trabalho semanal e a rotina de atividades de cada posto serão definidos pelos respectivos Fiscais dos postos nas Unidades demandantes (Contratante), respeitando a carga horária semanal estabelecida, sendo, **preferencialmente** (mas não fixada), das 08h às 12h, e das 13h às 17h.

4.1.2.5 O registro e controle da assiduidade, pontualidade e cumprimento integral da jornada de trabalho dos funcionários serão realizados, no caso do LOTE 01, pelo Supervisor da Contratada, diariamente, bem como as ocorrências havidas, devendo haver, conjuntamente, a fiscalização por parte da Contratante.

4.1.2.6 Nos casos em que não houver expediente em dias úteis decorrente de ponto facultativo definido pela Contratante, poderá não haver interrupção dos serviços, reservando-se a Contratante o direito de dispensá-los de acordo com a conveniência e a necessidade, podendo, conforme o caso, haver compensação de horas.

4.1.2.7 Durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, a Contratante poderá alterar o horário dos serviços incluindo trabalhos aos finais de semana e feriados, conforme a necessidade, respeitada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas à Contratada (exceto em casos de emergência), para efetuar os ajustes.

4.1.2.8 Excepcional realização de horas extras pelos empregados somente ocorrerá mediante prévia autorização do Gestor/Fiscal de Contrato e prévio acordo com a UFSC, relativo à compensação das horas extras de serviço.

4.1.2.9 A Contratada não deve programar férias para mais de dois colaboradores simultaneamente, a fim de evitar desconhecimento das rotinas internas dos serviços, indicando também, com antecedência de 30 (trinta) dias, de forma documentada, o funcionário substituto.

4.1.2.10 Em casos excepcionais, tais como férias coletivas ou significativa redução no atendimento nas Unidades contempladas com postos de trabalho, poderão ser previamente programadas, respeitando-se a antecedência estabelecida na Instrução Normativa SEGES n. 213/2025, de comum acordo entre Contratante e Contratada, férias conjuntas para os empregados da Contratada, sem a necessidade de reposição da mão de obra.

4.1.2.11 Na ocasião da concessão de férias sem a reposição da mão de obra, deverá a Contratante realizar na fatura seguinte os respectivos descontos oriundos da não reposição.

4.1.2.12 Os descontos são os custos que a empresa não terá ao não precisar repor os funcionários durante as férias, ou seja, custo de reposição por motivo de férias + Vale Alimentação + Vale Transporte do período não repostos + assiduidade (se houver) + outros custos relacionados (se houver). Os descontos deverão ser sobre suas rubricas e seus reflexos na planilha de custos.

4.1.3 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

4.2 O início da execução do objeto dar-se-á a partir da data de início de vigência estabelecida no contrato.

4.3 Execução dos serviços seguirá os seguintes métodos, rotinas e procedimentos:

4.3.1 As atividades de cada cargo encontram-se descritas no Apêndice III deste Termo de Referência.

4.3.2 Assumir o posto de serviço, devidamente uniformizados, e com higiene pessoal adequada.

4.3.3 Comunicar imediatamente à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

4.3.4 Manter-se no posto de serviço, não devendo se afastar de seus afazeres.

4.3.5 O cronograma de trabalho para a execução dos serviços será definido posteriormente, em conjunto com os fiscais do contrato, conforme a demanda de cada Unidade.

4.3.6 Início da execução de cada serviço demandado: cada fiscal dos postos observará o tempo geralmente necessário para desenvolvimento das demandas, acompanhando o desenrolar das atividades. Havendo falta de progresso ou descumprimento do solicitado que ultrapasse 3 dias úteis, sem que haja justificativa plausível, a empresa será notificada.

4.3.6.1 Casos urgentes não estão inseridos no prazo de 3 dias úteis, e deverão ser atendidos prioritariamente, conforme orientação do fiscal/gestor do contrato.

4.3.7 Locais principais da prestação dos serviços, para todos os cargos:

a. Lote 1 - Campus Florianópolis:

a.1. **DGP/PROAD: Campus Universitário Florianópolis** - Rua João Pio Duarte, 241 (rua do Biotério Central) - Córrego Grande - Florianópolis - SC, CEP: 88037-000;

a.2. **DME/PU: Campus Universitário Florianópolis** - Rua João Pio Duarte, 94 (referência) - Córrego Grande - Florianópolis - SC, CEP: 88037-000.

b. Lote 2 - Campus Araranguá:

- b.1. **Unidade Jardim das Avenidas** - Rua Governador Jorge Lacerda, 3201 - Jardim das Avenidas, Araranguá - SC, CEP: 88906-072;
b.2. **Unidade Mato Alto** - Rua Pedro João Pereira, 150 - Mato Alto, Araranguá - SC CEP: 88.905-12.

c. Lote 3 - Campus Blumenau:

Rua Marechal Rondon, 880, bairro Salto do Norte, Blumenau-SC, CEP 89065-200.

d. Lote 4 - Campus de Curitiba:

- d.1. **Sede:** Rodovia Ulysses Gaboardi, s/nº Km 3 – Curitiba/SC, Caixa Postal: 101, CEP: 89520-000;
d.2. **CEDUP:** Rua Adv. Sebastião Calomeno, nº 400 – Bairro São Francisco, Curitiba/SC, CEP: 89520-000;
d.3. **Área Experimental Agropecuária:** Rodovia Ulysses Gaboardi, Km. 6, Curitiba/SC, CEP: 89520-000;
d.4. **Área Experimental Florestal:** BR-470, km 265, Curitiba/SC, CEP: 89520-000;
d.5. **Núcleo de Ciência da Saúde:** Rua Juvenal Caetano da Silva, nº 45 - Bairro São Luiz, Curitiba/SC, CEP: 89520-000.

e. Lote 5 - Campus Joinville:

e. 1. Rua Dona Francisca, 8300 - Bloco U, Zona Industrial Norte, Joinville/SC. CEP: 89219-600.

e.2. **Fazenda Yakult:** Estrada Geral Barra do Itapocu, Balneário Barra do Sul – SC. CEP: 89.247-000.

4.3.8 Em complemento, os locais de prestação dos serviços, para todos os cargos, serão realizados, **prioritariamente**, nas dependências da UFSC (incluindo futuras instalações, próprias ou alugadas), conforme Lotes e endereços listados no subtópico 4.3.7, e, **excepcionalmente**, em outras propriedades e municípios das cercanias de cada Campus/Lote em que haja atividades desenvolvidas pela Universidade, ou em função dessas, com a demanda sendo registrada e justificada pelo fiscal do(s) respectivo(s) posto(s), e o deslocamento feito com veículo disponibilizado pela Contratante, dentro da jornada semanal de trabalho.

4.3.9 A Contratante reembolsará a Contratada pelos custos efetivamente pagos referentes às diárias de viagem necessários à execução dos serviços, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho adotada para a categoria, nos termos do subtópico 4.3.12.

4.3.10 A contratação atenderá, além do deslocamento dentro dos municípios supracitados, as viagens intermunicipais.

4.3.11 Para os itens 05, 10, 15, 21 e 26 - Previsão de Despesas com Diárias, a estimativa do quantitativo foi realizada conforme descrito no subtópico 2.1.2 deste Termo de Referência.

4.3.12 O trabalhador fará jus ao recebimento de diárias conforme os seguintes critérios para caracterização de diária e meia-diária:

4.3.12.1 **Diária:** Ultrapassado o limite de oito horas **fora da região metropolitana** onde se localiza a sede de prestação de serviços, e o retorno não possa se efetivar dentro das horas extras permitidas em lei, e que se exija pernoite.

4.3.12.2 **Meia-diária:** quando a viagem ultrapassar o limite de oito horas **fora da região metropolitana** onde se localiza a sede de prestação de serviços, não se exigindo pernoite e o retorno podendo ser realizado até o limite das horas extras permitidas em lei.

4.3.12.3 Para haver o ressarcimento dos valores de diárias, deverá ser observada a Lei Complementar 495/2010 do Governo do Estado de Santa Catarina, ou alterações posteriores, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado.

4.3.13 Os valores da diária integral e da meia diária serão pagos aos trabalhadores pela Contratada, e ressarcidos pela Contratante, como verba indenizatória. As diárias integrais deverão corresponder ao percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária concedida no âmbito do Decreto federal nº 11.872, de 29/12/2023, ANEXO I - “Tabela - Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País” conforme Linha d) Demais cargos, empregos e funções e coluna Demais Deslocamentos. O valor da meia diária corresponderá a 50% do valor da diária integral.

4.3.14 Os valores a serem ressarcidos correspondentes a diárias e meias-diárias são demonstrados a seguir:

Quadro 08 - Valores de diárias para carregadores, almoxarifes, supervisor, oficiais de manutenção predial e eletricitas

Descrição	Diária	Meia-diária*
Demais deslocamentos no Estado de SC	R\$ 251,25	R\$ 125,63

*50% (cinquenta por cento) do valor da diária integral.

- 4.3.15 O reajuste dos valores de diária durante a vigência do contrato ocorrerá se houver alteração na legislação federal respectiva.
- 4.3.16 A Contratada deverá garantir benefício de seguro de contratação obrigatória e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial, decorrentes de acidentes de trabalho, referentes às suas atividades e aos deslocamentos intramunicipais e intermunicipais aos locais necessários à execução das atividades, no valor mínimo correspondente ao valor fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho (caso o seguro não esteja previsto na CCT ou ACT, o valor mínimo do prêmio deverá ser de quinze vezes o salário fixo do empregado).
- 4.3.17 Caso a contratada utilize termo de contrato individual de trabalho expresso com seus empregados, orienta-se inserir cláusula sobre a possibilidade de exercício do cargo fora do município da Sede para o qual contratado.
- 4.3.18 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, descrição e depreciação apresentadas no Apêndice IV, promovendo sua substituição quando necessário.
- 4.3.19 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar aos seus colaboradores uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, compatíveis com o clima do Estado de Santa Catarina, e que sejam duráveis, sem qualquer repasse do custo para o empregado, devendo contemplar os indicados nos Quadros 09 e 10.

Quadro 09 - Composição dos uniformes - carregadores, almoxarifes, supervisor e oficial de manutenção predial

Item de Uniforme	Descrição Mínima	Tempo de depreciação	Qtde anual por colaborador (equivale 2 conjuntos de uniformes)
JAQUETA	Jaqueta em tecido Nylon, forrada, para uso no inverno, com logomarca da empresa	12 meses	2
CAMISETA MANGA CURTA	Camiseta 100% algodão e logomarca da empresa	12 meses	10
CAMISETA MANGA LONGA	Camiseta 100% algodão e logomarca da empresa	12 meses	10
CALÇA	Calça comprida, 100% algodão, brim, com elástico e cordão	12 meses	4
CALÇADO (PAR DE SAPATOS)	Calçado de segurança, solado baixo, cor preta, com palmilha antibacteriana e solado antiderrapante	12 meses	2
CRACHÁ	Crachá funcional	12 meses	2
MEIAS (PAR)	Par de meias de algodão	12 meses	10

Quadro 10 - Composição dos uniformes - eletricista

Item de Uniforme	Descrição Mínima	Tempo de depreciação	Qtde anual por colaborador (equivale a 2 conjuntos de uniformes)
JAQUETA	Jaqueta em tecido Nylon, forrada, para uso no inverno, com logomarca da empresa	12 meses	2
CAMISETA MANGA CURTA	Camiseta 100% algodão e logomarca da empresa	12 meses	10

CAMISETA MANGA LONGA (conforme Norma Regulamentadora n. 10)	Camisa eletricista 100% algodão, antichamas, manga longa.	12 meses	10
CALÇA	Calça comprida para trabalho com eletricidade, antichamas, refletiva, 100% algodão, brim pesado	12 meses	4
CALÇADO (PAR)	Calçado de segurança, solado baixo, cor preta, com palmilha antibacteriana e solado antiderrapante	12 meses	2
CRACHÁ	Crachá funcional	12 meses	2
MEIAS	Par de meias de algodão	12 meses	10

4.3.19.1 Um conjunto completo de uniforme é composto pelos seguintes itens: 5 camisetas manga curta, 5 camisetas de manga longa, 2 calças compridas, 1 jaqueta em tecido Nylon, 1 par de sapatos, 5 pares de meias, 1 crachá.

4.3.19.2 A Contratada deverá fornecer 01 (um) conjunto completo ao colaborador no início da execução do contrato, devendo ser fornecido 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

4.3.19.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros da descrição mínima apresentada nos Quadros do tópico 4.

4.3.19.4 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.3.19.5 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, **deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.**

4.3.19.6 Todos os itens do conjunto de uniforme estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações descritas.

4.3.19.7 Eventuais alterações nas especificações dos uniformes poderão ocorrer quanto ao tecido e modelo, desde que previamente aceitas pela fiscalização da Contratante.

4.3.20 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar aos seus colaboradores os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo que se fizerem necessários, incluindo, no mínimo, (mas não apenas) os itens descritos no Apêndice IV.

4.4. A contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, tendo os poderes/deveres listados no Termo de Nomeação do Preposto (modelo definido no Apêndice I do Termo de Contrato).

4.4.1. O preposto deverá comparecer presencialmente no local de prestação dos serviços com a frequência definida pelo respectivo gestor ou fiscal do contrato.

4.4.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.5 Caso, no decorrer da realização dos serviços, haja algum dano à rede hidráulica, elétrica, de lógica, às estruturas físicas ou a bens da Contratante, a Contratada deverá repará-lo imediatamente, e possíveis prejuízos decorrentes destes, serão de sua responsabilidade.

4.6 Detalhamento do item “Fornecimento de Materiais”

4.6.1 Optou-se por utilizar como referência para pagamentos das peças/materiais a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), visto que a mesma é construída conjuntamente pela Caixa Econômica Federal e o IBGE, sendo utilizada como referência para obras públicas, possuindo o serviço de manutenção predial, os mesmos materiais que estão dispostos na tabela insumos SINAPI.

4.6.1.1 O fornecimento dos materiais necessários à execução dos Serviços de Manutenção Predial com base na tabela SINAPI está baseado no disposto no Decreto 7.983/2013 e no Acórdão Nº 1238/2016 – TCU – Plenário.

4.6.2 O valor unitário do item “Fornecimento de Materiais” utilizado nos lotes 02, 04 e 05 é somente para viabilizar as operações de empenho no SIASG, pois possibilita que se empenhem materiais de diversos valores conforme tabela SINAPI de referência. Os valores totais destes itens nos lotes 02, 04 e 05 são meramente **estimativos** e serão o máximo que a Administração poderá utilizar durante os 12 (doze) meses anuais de contrato.

4.6.3 Os materiais indicados no Apêndice V - Listas de Materiais (Exemplificativas e Estimativas) são exemplificativos, não taxativos, podendo a Contratante adquirir outros materiais não previstos no referido Apêndice, mas que se encontram na tabela SINAPI (além de materiais que não se encontram na tabela, mas sejam necessários para a execução do serviço). Há impossibilidades para prever quantitativos que serão utilizados num período de doze meses, por se tratar de manutenção predial em edificações diversas nos três Campi dos lotes 02, 04 e 05. Assim, prever um valor máximo é uma delimitação dessa parte do objeto.

4.6.4 Os preços estimados dos materiais a serem aplicados no serviço de manutenção predial foram feitos com a seguinte metodologia: inicialmente, foram obtidos valores da tabela SINAPI desonerado, referentes ao Estado de Santa Catarina, acrescidos do índice BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de 14,02% (conforme Acórdão nº 2622/2013 – TC 036.076/2011-2), com referência de março/2026. Tais valores totais estimados para cada lote estão descritos no item “Fornecimento Materiais” dos Quadros 02, 04 e 05 do item 1.1 deste Termo de Referência.

4.6.4.1 Em relação à contratação conjunta do serviço e insumos, a colocação em disputa de item por item poderia inviabilizar a licitação (ex: itens importantes desertos). Além disso, poderia ocasionar diversos embaraços na fase executória contratual, uma vez que o prestador necessitaria aguardar que os materiais viessem de fornecedores diferentes, criando-se maior morosidade a um procedimento que se busca eficiência e respostas rápidas.

4.6.5 Os valores de referência da tabela SINAPI serão fixos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta pela licitante. Exemplo: Se a proposta foi apresentada pela licitante no dia 10/04/2026, a tabela SINAPI da competência 03/2026 será fixa pelo prazo de 12 (doze) meses a partir dessa data.

4.6.5.1 Os valores de referência da tabela SINAPI serão atualizados anualmente. Cumprida a anualidade da apresentação da proposta, adotar-se-á nova publicação da tabela SINAPI, a ser utilizada por mais 12 (meses) consecutivos e assim sucessivamente até o final da vigência contratual. No exemplo do item 4.6.5, os materiais fornecidos a partir do dia 10/04/2027 seriam pagos utilizando-se a tabela SINAPI da competência 03/2027, que será fixa por um período de mais 12 (doze) meses.

4.6.6 O critério de seleção para este item será o de maior desconto sobre o valor total dos respectivos itens, o que corresponderá, durante a vigência do contrato, à aplicação do maior desconto linear aos itens da tabela SINAPI do mês competência da data de apresentação da proposta.

4.6.7 A estimativa dos gastos com materiais foi feita por meio da elaboração de uma tabela de materiais para cada um dos lotes 02, 04 e 05 (Apêndice V), exemplificativa e estimativa, com a descrição dos insumos, das quantidades e com os valores correspondentes considerando a tabela SINAPI referente ao mês de março do ano de 2026, obtidos por meio do endereço eletrônico <https://www.caixa.gov.br>. Dessa forma, conseguiu-se estimar o valor total (máximo) de gastos com os materiais passíveis de utilização no decorrer de 12 (doze) meses de contratação.

4.6.8 Os materiais serão adquiridos para uso exclusivo na prestação dos serviços a serem contratados, não podendo a Contratante fazer uso destes para outras finalidades.

4.6.9 Caso algum material ou peça, comprovadamente, **não faça parte da tabela SINAPI**, a Contratada deverá apresentar cotação com um mínimo de 3 (três) preços de lojas físicas ou *sites* da *internet* (três empresas ativas e sem nenhuma relação entre si) e fornecê-lo à Contratante conforme a menor cotação, com a aplicação do mesmo desconto ofertado pela licitante sobre os preços da tabela SINAPI, acrescidos dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) apurados na Planilha de Custos e Formação de Preços. A cotação dos preços deverá ser apresentada à Contratante para que seja aprovada, por meio de Formulário de Requisição de Compra de Materiais (FRCM) - Apêndice VI. O valor dos FRCMs autorizados pela Contratante deverão ser faturados juntamente aos serviços mensais prestados.

4.6.9.1 Os orçamentos obtidos pela Contratada deverão estar em conformidade com as diretrizes postuladas pelo setor de compras da UFSC, sendo necessário constar obrigatoriamente dados da empresa (CNPJ, razão social, endereço, telefone), data da emissão do orçamento, nome completo e identificação do responsável, características dos itens cotados e o frete por conta do fornecedor.

4.6.9.2 A Contratante, mediante pesquisa de mercado, pode confrontar o valor selecionado e, se identificado um valor inferior para o respectivo material, dar conhecimento à Contratada para que a mesma o forneça, de imediato, por este menor valor obtido (aplicado o desconto ofertado para o item de fornecimento de materiais no faturamento).

4.6.10 A Contratada, por meio de seus funcionários, deverá preencher a solicitação de autorização de compra de materiais, conforme modelo do Apêndice VII, caso **esteja na tabela da SINAPI**, baseado na projeção de materiais a serem utilizados para execução dos serviços, fundamentado no chamado emitido pela Contratante.

4.6.11 O fornecimento dos materiais deverá ocorrer somente após a análise e assinatura dos fiscais/gestores dos contratos da Contratante. Estes materiais são uma estimativa, e serão empenhados somente se necessário à execução dos serviços.

4.6.12 Para fins de pagamento de materiais, peças e afins à Contratada, será empregada a tabela SINAPI “com desoneração” - Unidade da Federação: Florianópolis - SC, do mês de competência da data de apresentação da proposta pela licitante, pelo período de 12 (doze) meses contados desta data. Decorrido esse período, ou seja, cumprida a anualidade, adotar-se-á nova publicação da Tabela SINAPI, a qual será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos, e assim sucessivamente, em observância ao artigo 25, §7º, da Lei 14.133/2021, e ao Acórdão nº 1238/2016 – TCU – Plenário.

4.6.13 Caberá à Contratada providenciar, às suas expensas, a entrega dos materiais, peças e afins nos locais indicados pela Contratante, dentre os endereços especificados no subtópico 4.3.7 deste Termo de Referência.

4.6.14 A contratada deverá fornecer materiais de qualidade, considerando o que segue:

a. Antes do fornecimento, a Contratada deverá, sempre que aplicável, apresentar catálogos, fichas técnicas e laudos de ensaio dos materiais, comprovando sua adequação ao uso.

a.1 A utilização dos materiais dependerá de aprovação prévia do fiscal técnico do contrato, que poderá solicitar amostras para testes e validação.

b. Todos os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e provenientes de fabricantes ou distribuidores devidamente regularizados.

b.1 Quando aplicável, os produtos deverão possuir prazo de garantia adequado, considerando, no mínimo, o prazo previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor e conforme especificações do fabricante e legislação vigente).

c. Os materiais devem estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT e demais regulamentações aplicáveis.

c.1 Sempre que aplicável, os produtos deverão possuir certificação de qualidade emitida por órgãos reconhecidos, como INMETRO e PROCEL (para materiais elétricos e de eficiência energética).

d. Caso algum material fornecido apresente defeito, não conformidade técnica ou qualidade inferior à exigida, a Contratada deverá providenciar sua substituição imediata, sem ônus para a UFSC, dentro de um prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação pela fiscalização do contrato.

4.6.15 Os materiais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de autorização da compra pelo gestor do contrato, prorrogável mediante justificativa a ser apresentada e aceita pela gestão/fiscalização do contrato.

4.6.15.1. O prazo definido no item 4.6.15 poderá ser reduzido em casos de situações emergenciais, a critério do gestor do contrato. Nesta hipótese de definição de novo prazo, a Contratada poderá apresentar justificativa comprovando sua inviabilidade, a ser avaliada pela gestão/fiscalização do contrato.

4.7 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7.1 O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.8 Das Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.8.1 A licitante deverá atentar para as seguintes informações relevantes e indispensáveis para o correto dimensionamento da proposta:

4.8.1.1 Os serviços objeto deste instrumento foram prestados pelos Contratos n. 343/2018 (Florianópolis), n. 285/2018 (Araranguá), n. 57/2023 (Blumenau), n. 113/2022 (Curitiba) e n. 130/2022 (Joinville).

4.8.1.2 A demanda da Contratante tem como base os contratos vigentes e anteriores.

4.8.2 Os dados históricos e as estimativas de consumo não criam obrigação à Contratante, servindo apenas de subsídio para o licitante dimensionar sua proposta.

4.8.3 A Contratada deverá realizar, se solicitada pela Contratante, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável ao objeto contratado e, sempre considerando a relevância de manter-se a continuidade dos serviços, sem prejuízos à contratante.

4.9 Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, fica estabelecida a redução de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais, para os contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra indicados no seu Anexo I, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

4.9.1. a contratada se obriga a aceitar a redução de jornada dos postos de 44h, tão somente quando o exigir a Administração.

4.9.2. a redução de jornada de trabalho, quando implementada, não trará impactos na remuneração dos trabalhadores. Não haverá redução de valores de salários ou benefícios, apenas adequação das rotinas de trabalho e do contrato firmado entre a Administração e a empresa contratada. A redução da jornada também não modificará a remuneração devida à empresa contratada.

4.9.3. Fica vedada por parte da CONTRATADA a utilização de saldo de horas reduzidas para a realização de outras atividades por parte dos empregados alocados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO PAGAMENTO

5.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto nos Apêndices I e II deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.2 Será indicada a retenção ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.2.1 Não produziu os resultados acordados;

5.2.2 Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas; ou

5.2.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.3 O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base na Meta a Cumprir, Instrumento de Medição, Forma de Acompanhamento e Periodicidade de cada indicador estabelecido.

5.4 Serão 3 (três) indicadores distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo Mecanismo de Cálculo e respectivas Faixas de Ajuste no Pagamento, **que serão somados**, formando a glosa total a ser aplicada no pagamento do período:

Quadro 11 - Avaliações para pagamento do período

INDICADOR	MECANISMO DE CÁLCULO	FAIXAS DE AJUSTE
1	Pagamento de salários e benefícios (alimentação e transporte): X = Dias de atraso no efetivo depósito de salários e/ou benefícios.	De 1 a 2 dias corridos de atraso – 0,5% do valor total mensal contratado De 3 a 5 dias corridos de atraso – 1% do valor total mensal contratado De 6 a 9 dias corridos de atraso – 2% do valor total mensal contratado De 10 a 15 dias corridos de atraso – 3% do valor total mensal contratado Mais de 15 dias corridos de atraso – 5% do valor total mensal contratado
2	Recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS) e FGTS dos trabalhadores: X = Meses de atraso no efetivo recolhimento de INSS e FGTS, com base na data de vencimento das obrigações.	0 < X ≤ 1 mês completo de atraso – 0,5% desconto 1 < X ≤ 2 meses completos de atraso – 0,75% do valor total mensal contratado X > 2 meses completos – 1 % do valor total mensal contratado
	Qualidade Dos Serviços Prestados:	27 ≥ X ≥ 25 = 0% de desconto do valor total mensal contratado

3	X = Resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme parâmetros apresentados no Apêndice II deste Termo de Referência.	25 > X ≥ 22 = 2% de desconto do valor total mensal contratado
		22 > X ≥ 20 = 4% de desconto do valor total mensal contratado
		20 > X ≥ 18 = 8% de desconto do valor total mensal contratado
		18 > X = 10% de desconto do valor total mensal contratado

5.4.1 Os serviços serão considerados insatisfatórios se a Contratada ultrapassar o limite da última faixa de ajuste no pagamento de qualquer indicador(es), ficando sujeita às penalidades previstas no ato convocatório.

5.4.2 O valor mensal contratado previsto nas faixas de ajustes será o valor total mensal contratado para cada unidade/setor de faturamento, caso o faturamento mensal seja por setores e não unificado.

5.4.3. O redimensionamento do pagamento respeitará limite máximo de 10% sobre o valor total da parcela mensal

5.4.4 O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

5.4.5 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5.4.6 A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

5.4.6.1 Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em qualquer indicador, por mais de 3 (três) vezes durante a vigência deste contrato ou a cada prorrogação, se houver;

5.4.6.2 Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em um mesmo indicador, por 3 (três) vezes consecutivas.

5.5 O indicador nº 03 trata da avaliação da qualidade dos serviços realizada por meio de um formulário de avaliação com pontuação decrescente de 3 (três), 2 (dois), 1 (um) e 0 (zero), respectivamente, sendo que a avaliação 3 (três) corresponde ao completo atendimento aos resultados esperados, e a avaliação 0 (zero) corresponde ao não atendimento aos resultados esperados.

5.5.1 O formulário é dividido em módulos com pesos específicos. A cada módulo, a fiscalização deverá selecionar apenas um conceito entre os quatro disponíveis.

5.5.2 A pontuação de cada módulo deverá ser multiplicada ao seu respectivo peso de avaliação, conforme Apêndice II deste Termo de Referência, obtendo-se a pontuação total de cada módulo. A soma das pontuações totais de cada módulo resultará na pontuação obtida cuja respectiva faixa de ajuste está prevista no tópico 5.4.

5.6 O detalhamento quanto ao regramento para o processamento do pagamento devido à contratada apresenta-se definido na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 Requisitos para o julgamento da proposta comercial

6.1.1. O critério de julgamento de todos os itens dos lotes 01 e 03, bem como dos itens 06, 07 e 08 (lote 02), 16, 17, 18 e 19 (lote 04) e 22, 23 e 24 (lote 05), será o **menor preço**.

6.1.2. O critério de julgamento dos itens 09 (lote 02), 20 (lote 04) e 25 (lote 05) será o **maior desconto** linear sobre a tabela SINAPI de referência (Apêndice V do Termo de Referência).

6.1.2.1. O licitante deverá considerar na formulação da sua proposta, para os itens 09 (lote 02), 20 (lote 04) e 25 (lote 05), a diferença entre a sua proposta e o máximo estimado pela Administração, o que equivalerá ao percentual de desconto (Exemplo: Se o item 09 tem valor estimado de R\$ 109.361,00 e a proposta do licitante for R\$ 108.267,39, a proposta corresponderia ao percentual de desconto linear de 1% sobre o item 09).

6.1.2.2. O percentual mínimo de desconto aceitável deverá ser superior a 0% (zero por cento).

6.1.2.3. Durante a execução do contrato, o desconto ofertado será aplicado linearmente sobre o valor unitário do material fornecido, nos termos do item 4.6 e subitens deste Termo de Referência.

6.1.3. Os itens 5 (lote 01), 10 (lote 02), 15 (lote 03), 21 (lote 04) e 26 (lote 05) possuem valores fixos e não serão objeto de lances, contudo, o licitante deverá considerá-los em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.2. Regime de Execução

6.2.1 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

6.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho SEAC/SC SC000110/2026 (Campus Blumenau) e SC000124/2026 (Campus Florianópolis, Araranguá, Curitiba e Joinville), utilizado(a) como paradigma:

6.3.1 Operador de carga e descarga:

- a) salário-base no valor de R\$ 1.752,85;
- b) adicional de insalubridade, no valor de R\$ 350,57;
- c) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 33,00 por dia trabalhado;
- d) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - d.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 147,24 (7% incidente sobre o total da remuneração).

6.3.2. Auxiliar de depósito e almoxarifado.

- a) salário-base, no valor de R\$ 1.752,85;
- b) adicional de insalubridade, no valor de R\$ 350,57;
- c) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 33,00 por dia trabalhado;
- d) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - d.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 147,24 (7% incidente sobre o total da remuneração).

6.3.3. Supervisor/Encarregado.

- a) salário-base, no valor de R\$ 2.397,34;
- b) adicional de insalubridade, no valor de R\$ 479,47;
- c) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 33,00 por dia trabalhado;
- d) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - d.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 201,3767 (7% incidente sobre o total da remuneração).

6.3.4. Oficial de manutenção predial.

- a) salário-base, no valor de R\$ 1.977,73;
- b) adicional de periculosidade, no valor de R\$ 593,32;
- c) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 33,00 por dia trabalhado;
- d) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - d.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 179,9735.

6.3.5. Eletricista.

- a) salário-base, no valor de R\$ 1.977,73;
- b) adicional de periculosidade, no valor de R\$ 593,32;
- c) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 33,00;
- d) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

d.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 179,9735.

6.4. Requisitos para o julgamento da habilitação

6.4.1 Habilitação Jurídica

6.3.1.1 Os requisitos de habilitação jurídica constam no Edital de Licitação.

6.4.2 Habilitação fiscal, social, trabalhista

6.3.2.1 Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista constam no Edital de Licitação.

6.4.3 Habilitação econômico-financeira

6.4.3.1 Os requisitos de habilitação econômico-financeira constam no Edital de Licitação.

6.4.4 Qualificação Técnica

6.4.4.1 Independentemente de cadastro no SICAF, a comprovação da qualificação técnica dar-se-á por meio de:

a.1) Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa gerenciou ou gerencia serviços de mão de obra de forma adequada, por período não inferior a 1 (um) ano, comprovando o quantitativo de postos de trabalho a seguir:

a.1.1 Campus de Florianópolis: mínimo de 30 postos de trabalho;

a.1.2 Campus de Araranguá: mínimo de 04 postos de trabalho;

a.1.3 Campus de Blumenau: mínimo de 07 postos de trabalho;

a.1.4 Campus de Curitiba: mínimo de 07 postos de trabalho;

a.1.5 Campus de Joinville: mínimo de 05 postos de trabalho.

a.2) Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.

a.3) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

a.4) O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao ano anterior à data da licitação e o prazo de 1 (um) ano não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua).

a.5) Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pela própria licitante.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

7.1 Em atendimento à Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010, Art. 6º e ao Guia Nacional de Contratação Sustentáveis da CGU de setembro de 2019 e suas atualizações, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

7.1.1 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.1.2 Informar à Contratante sobre a existência de vazamentos de água, esgoto ou defeito na iluminação e descarte incorreto de lixo sempre que forem constatados no local de execução dos serviços.

7.1.3 Informar à contratante sobre pontos de água parada que podem ser criadouros do mosquito Aedes aegypti, extinguindo-os sempre que possível.

7.1.4 Informar diretamente à Contratante, sempre que, no decorrer da execução do serviço ou no local de sua realização for observado:

a. manutenção não autorizada ou degradação da vegetação existente;

b. vazamento de água/esgoto;

- c. existência de pontos de água parada que persistam por mais de três dias. Estes locais caracterizam-se como possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, extinguindo-os sempre que possível;
- d. existência de defeito na iluminação - como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;
- e. descarte inadequado de resíduos;
- f. equipamentos com mau funcionamento ou danificados;
- g. valas e bueiros entupidos.

7.1.5 Repassar aos seus funcionários as informações recebidas pela Contratante a respeito dos programas de uso racional dos recursos, sustentabilidade e campanhas educativas, sendo dever dos funcionários da Contratada segui-los, quando dentro da Instituição.

7.1.6 Disponibilizar seus funcionários para participarem de treinamentos realizados pela Contratante para fins de orientações relacionadas a boas práticas ambientais.

7.1.7 Instruir seus funcionários sobre a correta utilização dos equipamentos de combate a incêndio disponíveis no local da prestação dos serviços, considerando as medidas de prevenção de incêndios dispostas na Legislação Estadual e a Norma Regulamentadora MT nº 23, de 8 de junho de 1978.

7.1.8 Instruir seus funcionários a fazerem o uso racional de energia elétrica e de água na realização dos seus serviços por meio da adoção de medidas para evitar o desperdício e dar preferência a equipamentos que promovam a redução do consumo.

7.1.9 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

7.1.10 Instruir os funcionários a utilizar os seus próprios recipientes para ingestão de líquidos, e reutilizá-los, a fim de eliminar o uso de recipientes descartáveis na prestação de serviços nas dependências da Contratante.

7.1.11 Instruir os funcionários da Contratada a respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

7.1.12 Manter critérios privilegiados para a aquisição e uso de equipamentos, insumos e EPIs que promovam a redução do consumo de água, de energia e de resíduos.

7.1.13 Dar prioridade ao uso de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;

7.1.14 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

7.1.15 Responsabilizar-se integralmente pela separação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.1.16 Caso sejam gerados resíduos passíveis de Logística Reversa (lâmpadas, óleos, pilhas, baterias, eletroeletrônicos, embalagens de agrotóxicos, entre outros) que possuam Acordo Setorial, deverá responsabilizar-se em cumprir o disposto na Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010.

7.1.17 Caso sejam gerados resíduos comuns, os funcionários da contratada deverão acondicioná-los adequadamente, de acordo com o Sistema de Gestão de Resíduos vigentes na instituição ou dar a destinação ambientalmente adequada para os mesmos.

7.1.18 É desejável que a Contratada tenha a certificação ABNT NBR ISO 14000, que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais;

7.1.19 Comprometer-se a executar o objeto deste contrato em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que couber.

7.1.20 Prestar os serviços de forma que o impacto sonoro seja o menor possível, respeitando as legislações municipais e estaduais de silêncio, além das restrições impostas pela Contratante.

7.1.21 A contratada deve contribuir para a consecução dos objetivos traçados no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS 2025-2029) da UFSC, elaborado a partir das diretrizes fixadas na Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

7.1.22 A contratada deve dar a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

7.1.23. A contratada deve obedecer à Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento, cfe. art. 6º da IN nº 01/2010 do MPOG.

Subcontratação

7.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

7.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual da contratação.

7.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

7.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

7.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

7.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

7.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

7.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

7.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

7.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

7.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

7.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

7.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

7.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

7.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

7.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

7.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

7.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

7.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

7.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Instalação de escritório

7.20. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, na região metropolitana do município de Florianópolis/SC para o lote 01, em distância de até 150km do município de Araranguá/SC para o lote 02, em distância de até 150km do município de Blumenau/SC para o lote 03, em distância de até 150km do município de Curitiba/SC para o lote 04 e em distância de até 150km do município de Joinville/SC para o lote 05, a fim de dispor de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 O detalhamento quanto às obrigações da contratada apresentam-se definidos na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 O detalhamento quanto às obrigações da contratante apresentam-se definidos na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

10. APÊNDICES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice I - Instrumento de Medição de Resultados

Apêndice II - Formulário de avaliação do Indicador 3 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR

Apêndice III - Descrição das Atividades dos Cargos

Apêndice IV - Lista de Equipamentos e EPI's

Apêndice V - Lista Exemplificativa de Materiais

Apêndice VI - Modelo de Formulário de Requisição de Compra de Materiais (FORA DA TABELA SINAPI)

Apêndice VII - Modelo de Solicitação de Autorização de Compra de Materiais (TABELA SINAPI)

11. APÊNDICE I

Apêndice I - Instrumento de Medição de Resultados

Indicador Nº 01 – Pagamento de salários e benefícios (alimentação e transporte)	
Item	Descrição
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos no pagamento de obrigações trabalhistas
Meta a cumprir	Assegurar os direitos trabalhistas a cada mês, cumprindo a legislação e os acordos/convenções/dissídios coletivos.
Instrumento de medição	Preenchimento de planilha para acompanhamento, conforme entrega de documentação comprobatória.
Forma de acompanhamento	Análise de documentos comprobatórios de quitação das obrigações trabalhistas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	X= Dias de atraso no efetivo depósito de salários e/ou benefícios
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme tópico 5 deste Termo de Referência
Cálculo da faixa de ajuste (a ser preenchido mensalmente pelo fiscal do contrato)	

Indicador Nº 02 – Recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS) e FGTS dos trabalhadores	
Item	Descrição
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos no pagamento de obrigações trabalhistas
Meta a cumprir	Assegurar os direitos trabalhistas a cada mês, cumprindo a legislação.
Instrumento de medição	Preenchimento de planilha para acompanhamento, conforme entrega de documentação comprobatória.

Forma de acompanhamento	Análise de documento comprobatório de quitação das obrigações trabalhistas.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	X= Meses de atraso no efetivo recolhimento de INSS e FGTS, com base na data de vencimento das obrigações.	
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixas de ajuste no pagamento		Conforme tópico 5 deste Termo de Referência
	Cálculo da faixa de ajuste (a ser preenchido mensalmente pelo fiscal do contrato)	

Indicador Nº 03 - Qualidade Dos Serviços Prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Garantir a prestação de um serviço eficiente com qualidade
Instrumento de medição	Preenchimento da planilha de acompanhamento
Forma de acompanhamento	Avaliação pelo fiscal do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	X= Resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme parâmetros apresentados no Apêndice II deste Termo de Referência.
Início da Vigência	Data do início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme tópico 5 deste Termo de Referência
Cálculo da faixa de ajuste (a ser preenchido mensalmente pelo fiscal do contrato)	

12. APÊNDICE II

Apêndice II - Formulário de avaliação do indicador 3 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR

Indicador nº 03- FORMULÁRIO DE DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS			
Módulo A - Dos Colaboradores	Pontos	Peso do Módulo A	Ponto x Peso (o fiscal deve preencher apenas uma opção de cada submódulo)
Submódulo A1 – Utilização de uniformes, segurança e entrega de materiais (peso 1)			
Uniformes completos, empregados com crachás legíveis. EPIs completos e disponíveis a todos os funcionários. Materiais (uniformes, crachás, EPI's, EPC's e ferramentas) exigidos no TR entregues no prazo e condições previstas (até 2 ocorrências no mês)	3	1	
Uniformes incompletos e/ou empregados com crachás ilegíveis ou sem crachás. EPIs completos e disponíveis a todos os funcionários.. Materiais (uniformes e EPI's) exigidos no TR entregues no prazo e condições previstas (de 3 a 4 ocorrências no mês)	2	1	
Uniformes completos, empregados com crachás legíveis. EPIs completos e disponíveis a todos os funcionários. Falha na entrega de materiais (uniformes, crachás, EPI's, EPC's e ferramentas), entregues fora do prazo ou em desacordo com TR (de 5 a 7 ocorrências no mês)	1	1	
Uniformes incompletos, empregados sem crachás legíveis. EPIs completos e disponíveis a todos os funcionários. Materiais (uniformes, crachás, EPI's, EPC's e ferramentas) entregues fora do prazo ou em desacordo com TR (Igual ou mais de 8 ocorrências no mês)	0	1	
Submódulo A2 – Prestação do serviço e zelo com patrimônio (peso 2,0)			
Os funcionários da Contratada atendem adequadamente às orientações repassadas pelo fiscal/gestor do contrato, mantêm relacionamento cortês com os servidores, alunos e demais usuários dos serviços prestados. Comportamento zeloso com o bem público, serviços prestados cumprindo as NRs, sem riscos à comunidade universitária.(Nenhuma ocorrência no mês)	3	2	
Até 2 reclamações formais ou observações dos fiscais totais por mês referentes a: Desconformidade no cumprimento das atividades e rotinas estabelecidas pelo fiscal /gestor do contrato. Falta de relacionamento cortês com os servidores, alunos e demais usuários dos serviços prestados. Falta de comportamento zeloso com o bem público. Serviços prestados em desacordo com as NRs, com riscos à comunidade universitária ou ao colaborador.	2	2	
	1	2	

De 3 a 5 reclamações formais ou observações dos fiscais totais por mês) referentes a: Desconformidade no cumprimento das atividades e rotinas estabelecidas pelo fiscal/gestor do contrato. Falta de relacionamento cortês com os servidores, alunos e demais usuários dos serviços prestados. Falta de comportamento zeloso com o bem público. Serviços prestados em desacordo com as NRs, com riscos à comunidade universitária ou ao colaborador.			
A partir de 6 reclamações (inclusive): formais ou observações dos fiscais totais por mês) referente a: Desconformidade no cumprimento das atividades e rotinas estabelecidas pelo fiscal/gestor do contrato. Falta de relacionamento cortês com os servidores, alunos e demais usuários dos serviços prestados. Falta de comportamento zeloso com o bem público. Serviços prestados em desacordo com as NRs, com riscos à comunidade universitária ou ao colaborador.	0	2	
Total Módulo A			

Módulo B - Da Contratada	Pontos	Peso do Módulo B	Ponto x Peso (o fiscal deve preencher apenas uma opção de cada submódulo)
Submódulo B1 – Pontualidade e reposição de faltas/afastamentos (peso 2,0)			
Os funcionários cumprem rigorosamente os horários de trabalho, sem atrasos ou saídas antecipadas. A empresa repõe trabalhadores em caso de faltas/afastamentos no tempo previsto (Nenhuma ocorrência no mês)	3	2	
Os funcionários cumprem os horários de trabalho, mas houve atrasos ou saídas antecipadas. A empresa repõe trabalhadores em caso de faltas/afastamentos integrais, mas não repõe atrasos e saídas antecipadas (Até 5 ocorrências de atrasos /saídas antecipadas totais por mês sem reposição).	2	2	
Os funcionários cumprem os horários de trabalho, mas houve atrasos ou saídas antecipadas. A empresa não repõe trabalhadores em todas as faltas/afastamentos ou repõe fora do prazo previsto no TR. (Entre 6 a 10 ocorrências de atrasos/saídas antecipadas sem reposição totais por mês e/ou até 2 ocorrências de ausência de reposição integral ou fora do prazo).	1	2	
Os funcionários não cumprem os horários de trabalho, com registros de atrasos ou saídas antecipadas. A empresa não repõe trabalhadores nos atrasos/saídas antecipadas e faltas/afastamentos ou repõe fora do prazo previsto no TR. (Mais de 10 ocorrências de atrasos/saídas antecipadas totais por mês sem reposição e/ou mais de 2 ocorrências de ausência integral sem reposição ou fora do prazo).	0	2	
Submódulo B2 – Pontualidade na entrega dos materiais (peso 2,0)			
	3	2	

As entregas de materiais ocorrem dentro do prazo estipulado, sem atrasos superiores a 48 horas. Não há registros de falhas na entrega ou problemas de disponibilidade dos materiais no período avaliado. (Nenhuma ocorrência de atraso superior a 48 horas no mês).			
As entregas de materiais ocorrem dentro do prazo na maioria dos casos, mas houve atrasos superiores a 48 horas em algumas entregas. No entanto, a empresa conseguiu cumprir a maior parte das demandas dentro do prazo estabelecido. (Até 2 ocorrências de atraso superior a 48 horas no mês).	2	2	
As entregas de materiais apresentaram atrasos recorrentes superiores a 48 horas. Além disso, houve casos de não entrega dentro do período necessário, impactando parcialmente as operações. (Entre 3 e 5 ocorrências de atraso superior a 48 horas no mês).	1	2	
Os prazos de entrega não foram cumpridos de maneira consistente, com frequentes atrasos superiores a 48 horas. Atrasos significativos impactaram a disponibilidade dos materiais, prejudicando as atividades dependentes dessas entregas. (Mais de 5 ocorrências de atraso superior a 48 horas no mês).	0	2	
Total Módulo B2			

Módulo C - Da relação com a Contratante	Pontos	Peso do Módulo C	Ponto x Peso (o fiscal deve preencher apenas uma opção de cada submódulo)
Submódulo C1 – Atendimento das solicitações da gestão e fiscalização do contrato (peso 1,0)			
Nenhuma ocorrência no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados. (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	3	1	
De 1 ou 3 ocorrências totais no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	2	1	
De 4 a 6 ocorrências totais no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados. (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	1	1	

Mais de 6 ocorrências totais no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados. (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	0	1	
--	---	---	--

Submódulo C2 – Atendimento do preposto (peso 1,0)			
Nenhuma ocorrência no mês, relacionada ao esclarecimento das questões de faturamento dos serviços prestados, dos insumos consumidos e quaisquer outras relacionadas à contratação, enquanto representante da Contratada.	3	1	
Até 3 ocorrências no mês, relacionadas ao esclarecimento das questões de faturamento dos serviços prestados, dos insumos consumidos e quaisquer outras relacionadas à contratação, enquanto representante da Contratada.	2	1	
Entre 4 e 5 ocorrências no mês, relacionadas ao esclarecimento das questões de faturamento dos serviços prestados, dos insumos consumidos e quaisquer outras relacionadas à contratação, enquanto representante da Contratada.	1	1	
Mais de 5 ocorrências no mês, relacionadas ao esclarecimento das questões de faturamento dos serviços prestados, dos insumos consumidos e quaisquer outras relacionadas à contratação, enquanto representante da Contratada.	0	1	
Total Módulo C			
Resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços (total módulo A+B+C)			

13. APÊNDICE III

Apêndice III - Descrição das Atividades

Operador de carga e descarga (Carregadores)

- a. Realizar trabalhos de natureza manual e braçal;
- b. Preparar cargas e descargas de materiais, documentos e demais insumos;
- c. Movimentar materiais de/para veículos de transporte, garantindo adequada acomodação das cargas;
- d. Acomodar cargas e volumes em prateleiras, estantes e outros locais indicados pela Contratante;
- e. Entregar e coletar encomendas, sejam bens, materiais bibliográficos ou documentos;
- f. Operar equipamentos de carga e descarga;

- g. Deslocar estruturas para exposições, formaturas e outros eventos, e auxiliar na montagem e desmontagem;
- h. Auxiliar na preparação e transporte de caixas, pacotes e sacolas a serem manuseadas;
- i. Coletar vidros de qualquer tamanho, mesmo quebrados, entulhos de construção civil, materiais de fibra de vidro, e outros afins, exceto resíduos corrosivos ou de alta periculosidade;
- j. Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de cargas, descargas e movimentações de itens nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante;
- k. Auxiliar na realização de inventários e na conferência dos bens permanentes e de consumo, de modo a demonstrar quais bens foram movimentados no período avaliado;
- l. Auxiliar nas atividades de organização de almoxarifados, depósitos e áreas afins;
- m. Zelar pela conservação dos itens que estiverem sob sua responsabilidade durante as atividades;
- n. Comunicar ao preposto, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos equipamentos e materiais que compõem o almoxarifado ou local em que estiver atuando;
- o. Estar presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao preposto sempre que se ausentar;
- p. Auxiliar no processo de logística da Contratante;
- q. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição;
- r. Demonstrar organização, criatividade, agilidade, disciplina, iniciativa, dedicação, responsabilidade, capacidade de observação e concentração; comunicar-se com facilidade; utilizar EPI; ouvir atentamente; manter-se dinâmico, trabalhar em equipe;
- s. Executar outras tarefas correlatas.

Qualificação

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR 11 – TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS.

NR 17 - ERGONOMIA

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR 35 - TRABALHO EM ALTURA

--- X --- X --- X --- X --- X --- X ---

Auxiliar de almoxarifado e depósito (Almoxarife)

- a. Recepcionar, conferir e armazenar produtos, utensílios, insumos e materiais em almoxarifados e depósitos;
- b. Lançar a movimentação de entradas e saídas de itens, e controlar os estoques ou ambientes semelhantes, utilizando, também, os sistemas disponibilizados pela Contratante;
- c. Distribuir bens e insumos;
- d. Organizar almoxarifados, depósitos e demais áreas afins para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar,
- e. Preservar os locais de atuação limpos de resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de movimentação dos bens, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante;
- f. Acompanhar as entradas, saídas e permanência de pessoas nos depósitos, a fim de garantir a integridade dos itens armazenados;
- g. Conferir os materiais a serem recebidos ou retirados com os devidos documentos fiscais ou gerenciais;
- h. Distribuir e transportar materiais e insumos a serem utilizados nos diversos setores da Universidade;
- i. Empacotar e/ou desempacotar produtos e materiais;
- j. Auxiliar no processo de logística da Contratante;
- k. Realizar conferências e inventários sempre que e como solicitado pela Contratante;

- l. Auxiliar nos atendimentos telefônicos, operações em computadores, impressoras, fotocopiadoras, e outros pertinentes às áreas de atuação;
- m. Auxiliar na identificação, tombamento, conferência e triagem de materiais;
- n. Operar equipamentos de transporte e armazenamento de materiais;
- o. Realizar trabalhos de natureza manual e braçal;
- p. Zelar pela conservação dos itens que estiverem sob sua responsabilidade durante as atividades;
- q. Comunicar, ao preposto, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos equipamentos que compõem o almoxarifado ou local em que estiver atuando;
- r. Estar presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao preposto sempre que se ausentar;
- s. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição;
- t. Demonstrar organização, criatividade, agilidade, disciplina, iniciativa, dedicação, responsabilidade, capacidade de observação e concentração; comunicar-se com facilidade; utilizar EPI; ouvir atentamente; manter-se dinâmico, trabalhar em equipe;
- u. Executar outras tarefas correlatas.

Qualificação

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR 11 – TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS.

NR 17 - ERGONOMIA

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR 35 - TRABALHO EM ALTURA

--- X --- X --- X --- X --- X ---

Supervisor de operadores de cargas e auxiliares de almoxarifado

- a. Gerenciar as equipes de operadores de cargas e auxiliares de almoxarifado;
- b. Acompanhar o registro e controle da assiduidade, pontualidade e cumprimento integral da jornada de trabalho dos funcionários terceirizados, diariamente, registrando atrasos, ocorrências e faltas havidas, devendo, para estas últimas, comunicar à Contratada imediatamente, solicitando a devida substituição;
- c. Solicitar à Contratada a substituição de empregado que cometa atos de indisciplina ou que não atenda às exigências de qualidade na execução do serviço, através do fiscal do contrato.
- d. Zelar para que todos os empregados estejam devidamente uniformizados durante o serviço;
- e. Zelar para que os EPI sejam devidamente utilizados pelos empregados terceirizados, sempre que necessário;
- f. Comunicar ao Fiscal de Contrato, diariamente, as alterações ocorridas quanto à frequência dos empregados, execução dos serviços, substituições pertinentes às faltas registradas e disciplina no ambiente de trabalho;
- g. Observar e orientar a conduta adequada dos seus subordinados na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- h. Supervisionar rotinas e atividades inerentes ao cargo de supervisor de pessoal;
- i. Providenciar disponibilidade de veículo e motorista para as atividades do dia junto à Contratante;
- j. Coordenar os serviços de carga, descarga, movimentação de materiais e organização de depósitos ou espaços correlatos, conforme orientação dos fiscais ou gestores dos contratos;
- k. Estabelecer comunicação entre Contratada e Contratante, e entre Contratante e empregados terceirizados, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de materiais, bem como danos aos equipamentos e utensílios disponibilizados pela Contratada;
- l. Auxiliar no processo de logística da Contratante;

- m. Conferir diariamente os itens movimentados pelos empregados terceirizados, quali e quantitativamente, prestando contas ao Fiscal do Contrato, inclusive documentalmente, se solicitado;
- n. Comunicar ao preposto, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos bens (equipamentos, móveis, documentos, etc) que compõem o almoxarifado ou local em que estiver atuando;
- o. Estar presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao preposto sempre que se ausentar;
- p. Recepcionar, conferir e armazenar produtos, utensílios, insumos e materiais em almoxarifados e depósitos;
- q. Garantir a limpeza dos locais de atuação, sem resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de movimentação dos bens, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante;
- r. Supervisionar as entradas, saídas e permanência de pessoas nos depósitos, a fim de garantir a integridade dos itens armazenados;
- s. Realizar conferências e inventários sempre que solicitado pela Contratante;
- t. Utilizar os sistemas operacionais e outras tecnologias necessários ao desenvolvimento das atividades, disponibilizados pela Contratante;
- u. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição;
- v. Demonstrar organização, criatividade, agilidade, disciplina, iniciativa, dedicação, responsabilidade, capacidade de observação e concentração; comunicar-se com facilidade; utilizar EPI; ouvir atentamente; manter-se dinâmico, trabalhar em equipe;
- w. Manter a disciplina no ambiente de trabalho;
- x. Executar outras tarefas correlatas.

- - - X - - - X - - - X - - - X - - - X - - -

Oficial de manutenção predial

São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços de manutenção, conservação e reparos prediais (Oficial de Manutenção Predial), entre outras inerentes ao cargo: executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, pintura, hidráulica, carpintaria, serralheria e alvenaria, mediante inspeções, verificações, limpezas, consertos, reparos, substituições, remanejamentos, montagens, instalação, desinstalação, pequenas adaptações e modificações. Os serviços compreenderão a listagem a seguir detalhada, a qual não é exaustiva, devendo ser executados todos os serviços inerentes à função:

- a. Verificar, corrigir, reparar, substituir ou executar, quando necessário, reparos e serviços de manutenção elétrica e mecânica:
 - a.1) Funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação;
 - a.2) Equipamentos de iluminação;
 - a.3) Executar instalações elétricas de baixa tensão;
 - a.4) Verificar avarias nas instalações;
 - a.5) Instalar equipamentos elétricos;
 - a.6) Instalar equipamentos de iluminação;
 - a.7) Soldar objetos;
 - a.8) Verificar motores elétricos.
 - a.9) Limpar filtros de equipamentos condicionadores de ar;
 - a.10) Realizar outros serviços de natureza elétrica/mecânica que forem demandados.
- b. Verificar, solicitar, corrigir, reparar, substituir ou executar, quando necessário, reparos e serviços de manutenção hidráulica:

- b.1) Classificar equipamentos e tubulações;
- b.2) Vazamento nas torneiras, boias, registros, chuveiros, pias, bebedouros, bacias sanitárias, etc.;
- b.3) Entupimento das bacias, acessórios, vasos, ralos, caixas coletoras, mictórios etc.;
- b.4) Trincas em tubulação;
- b.5) Pressão e vazão de água nas louças sanitárias e bebedouros;
- b.6) Estado geral de louças, ferragens, etc.;
- b.7) Regulagem dos dispositivos de acionamento das válvulas (bóias, descarga);
- b.8) As bombas hidráulicas;
- b.9) Vazamento nos registros e barriletes (rede);
- b.10) Ruídos e vibrações anormais;
- b.11) Estado das bóias superiores e inferiores;
- b.12) Parafusos de fixação;
- b.13) As peças, tubulações e conexões hidráulicas;
- b.14) Verificar a caixa de registro de água na entrada do prédio, mantendo-a sempre estanque e limpa;
- b.15) Verificar o nível da água nas caixa d'água, comunicando previamente a Contratante a necessidade de reposição;
- b.16) Comunicar, imediatamente, à Contratante a ocorrência de quaisquer defeitos identificados e/ou visualizados;
- b.17) Verificar o funcionamento e realizar as manutenções necessárias nas cisternas e caixas d'água, reportando quaisquer anormalidades/irregularidades ao Preposto.
- b.18) Efetuar limpeza da caixa d'água. A empresa deverá fornecer laudo técnico de limpeza.
- b.19) Analisar o consumo de água e efetuar testes de verificação de vazamentos.
- b.20) Inspeccionar todas as caixas de passagem, caixas coletoras e de gordura, procedendo à sua limpeza e retirada de materiais sólidos, raízes, óleos e gordura.
- b.21) Efetuar a abertura e fechamento de valas, para realização de manutenção de rede de água e esgoto;
- b.22) Limpar todas as calhas e redes pluviais (trabalho em altura);
- b.23) Realizar outros serviços hidráulicos que forem demandados.
- c. Verificar, solicitar, corrigir, reparar, substituir ou executar, quando necessário, reparos e serviços de carpintaria e alvenaria:
 - c.1) Verificar fachadas, revestimentos, pinturas, etc.
 - c.2) Lavar fachadas, superfícies (pisos, paredes, teto) e vidros;
 - c.3) Reparar trincas, rachaduras, fendas, emendas;
 - c.4) Impermeabilizar superfícies;

- c.5) Executar e recuperar pinturas;
- c.6) Repor revestimentos cerâmicos (pisos, azulejos, pastilhas).
- c.7) Consertar mobiliário;
- c.8) Reparar e substituir portas, janelas, divisórias, forros, etc...
- c.9) Realizar outros serviços de carpintaria e alvenaria que forem demandados.

d. Portas e portões de acessos comuns, externos e internos:

- d.1) Verificar os acessos comuns internos e externos, efetuando a necessária manutenção;
- d.2) Relatar os casos em que seja necessária a substituição de peças (molas, roldanas) e de serviços de serralheria;
- d.3) Verificar o funcionamento de molas de piso e pivôs, e efetuar a devida regulação;
- d.4) Verificar o estado das fechaduras, dos fechos e ferrolhos;
- d.5) Verificar o estado dos elementos de sinalização (faixas adesivas, pinturas e luminárias);
- d.6) Verificar o estado das roldanas e lubrificá-las;
- d.7) Verificar o estado dos puxadores e sua fixação;
- d.8) Verificar os controles de acionamento e eventual troca de pilhas;
- d.9) Realizar serviço de substituição de portas e/ou dobradiças, bem como, fechaduras, quando necessário.
- d.10) Realizar outros serviços de carpintaria que forem demandados.

e. Alvenaria/Estrutura:

- e.1) Verificar o estado de conservação da estrutura predial: fachadas, acabamento interno e externo, aspectos gerais de pintura, piso, tampas de vedação das caixas do sistema hidrossanitário, elétrico e de telefonia, vazamentos, infiltrações, etc.;
- e.2) Promover reparos de menor complexidade de pintura, reboco/alvenaria, carpintaria, marcenaria, elétrica e hidráulica;
- e.3) Pintar e manter as marcações de estacionamento sempre visíveis.
- e.4) Proceder à limpeza, manutenção e conservação dos locais de trabalho e instalações (internas e externas) da Contratante quando determinado;
- e.5) Executar serviços de higienização predial;
- e.6) Verificar condições gerais das lajes (sinais de deformações excessivas, recalques, lixiviação, expansões, desagregação, fissuras, lascamentos, corrosão da armadura)
- e.7) Verificar impermeabilização de lajes
- e.8) Verificar condições gerais de vigas (sinais de deformações excessivas, recalques, lixiviação, expansões, desagregação, fissuras, lascamentos, corrosão da armadura);
- e.9) Verificar condições gerais de pilares (sinais de deformações excessivas, recalques, lixiviação, expansões, desagregação, fissuras, lascamentos, corrosão da armadura).

- e.10) Construir/abrir paredes, chapiscar e rebocar;
- e.11) Descascar, emassar e pintar paredes, tetos, portas e esquadrias;
- e.12) Vedar fendas, trincas e rachaduras;
- e.13) Impermeabilizar superfícies;
- e.14) Fazer contrapiso e piso;
- e.15) Assentar e rejuntar pisos, azulejos, soleiras e peitoris;
- e.16) Manutenir/construir calçadas e rampas;
- e.17) Abrir valas, cavar e tapar buracos;
- e.18) Demolir pisos, alvenaria e concreto;
- e.19) Reparar, substituir e instalar marcos, portas, janelas, divisórias e forros;
- e.20) Reparar calçadas, arruamentos e meio-fio;
- e.21) Efetuar limpeza e pintura de muros e meio-fio;
- e.22) Remover, substituir e instalar pias, lavatórios, vasos sanitários, espelhos e chuveiros;
- e.23) Verificar a integridade física dos pisos, em áreas internas e externas, recompondo-os, se necessário;
- e.24) Realizar outros serviços de Alvenaria/Estrutura de baixa complexidade que forem demandados.

f. Cobertura (telhado)

- f.1) Verificar o estado geral das coberturas e das calhas em todas as edificações da Contratante;
- f.2) Corrigir vazamentos e infiltrações.
- f.3) Reparar telhados, instalar e substituir caibros, ripas, telhas, cumeeiras, rufos, rincões, espigões e calhas (trabalho em altura);
- f.4) Realizar outros serviços de manutenção de cobertura que forem demandados.

g. Esquadrias

- g.1) Realizar instalação e remoção de esquadrias internas ou externas;
- g.2) Restauro de esquadria, incluindo ferragens, vedações e estrutura.
- g.3) Instalação de molas aéreas e de piso em portas e outras esquadrias;
- g.4) Realizar a substituição de vidros (temperado, comum, fumê, verde, laminado, martelado, aramado, e outros), e suas fixações.
- g.5) Efetuar reparos e substituições de maçanetas, fechaduras, dobradiças, pinos, parafusos de fixação, etc.
- g.6) Efetuar outros serviços em esquadrias e aberturas que forem demandados.

h. Trabalhos de natureza manual e braçal:

- h.1) Realizar trabalhos de natureza manual e braçal;

- h.2) Carregar e descarregar materiais e volumes em automóveis e caminhões;
- h.3) Efetuar movimentação de mobiliário, materiais de consumo e materiais em geral;
- h.4) Efetuar acomodação de cargas e volumes em prateleiras, estantes e outros locais indicados;
- h.5) Efetuar movimentação de materiais permanentes e de consumo nos depósitos do setor de almoxarifado;
- h.6) Auxiliar na organização e manutenção das instalações dos almoxarifados da Instituição;
- h.7) Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de movimentações de itens nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente aos locais ambientalmente adequados, indicados pela Contratante;
- h.8) Realizar outros serviços de natureza manual e braçal que forem demandados.

i. Trabalhar com segurança:

- i.1) Usar uniforme;
- i.2) Utilizar EPIs;
- i.3) Inspecionar local a ser trabalhado;
- i.4) Isolar área para manutenção e limpeza;
- i.5) Montar andaime;
- i.6) Operar equipamentos;
- i.7) Submeter-se a cursos de capacitação e qualificação.

j. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Formação e experiência

Para o exercício dos serviços aos *Lotes 02, 03, 04 e 05*, requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho por tempo superior a 06 meses, comprovada na CTPS.

Qualificação

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 35 - TRABALHO EM ALTURA

NR17 - ERGONOMIA

NR 18 - CURSO ANDAIME TUBULAR, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM.

NR 18 – TRABALHO A QUENTE

NR 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: ESMERILHADEIRA ELÉTRICA ANGULAR, FURADEIRA MARTELETE/ROMPEDOR PROFISSIONAL, LANTERNA HOLOFOTE, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, PARAFUSADEIRA ", SERRA CIRCULAR ELÉTRICA 7 ¼", SERRA MÁRMORE ELÉTRICA, FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL

Eletricista de Instalações elétricas

Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalam e reparam equipamentos de iluminação. São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços:

a) PLANEJAR SERVIÇOS ELÉTRICOS

- a.1) Levantar material a ser utilizado;
- a.2) Quantificar material a ser utilizado;
- a.3) Orçar material;
- a.4) Dimensionar local de execução do serviço;
- a.5) Estabelecer cronograma de serviço;
- a.6) Organizar equipamentos e ferramentas;
- a.7) Determinar número de ajudantes para o serviço.

b) REALIZAR INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO

- b.1) Realizar os buracos da posteação (posicionamento);
- b.2) Cavar buracos para instalação de postes;
- b.3) Instalar postes;
- b.4) Equipar os postes;
- b.5) Instalar condutores e acessórios;
- b.6) Instalar transformadores;
- b.7) Instalar iluminação pública;
- b.8) Testar a rede de distribuição.

c) REALIZAR INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E INDUSTRIAIS

- c.1) Instalar dutos de acordo com as normas técnicas;
- c.2) Passagem de condutores elétricos nos dutos;
- c.3) Instalar quadros de distribuição de circuitos;
- c.4) Seguir padrões de medição;
- c.5) Instalar pontos de luz conforme solicitação do cliente;
- c.6) Balancear cargas do circuito de distribuição;
- c.7) Testar as instalações elétricas;
- c.8) Fazer medições elétricas;
- c.9) Instalar comandos e controles elétricos em diversos equipamentos;
- c.10) Instalar motores elétricos;
- c.11) Instalar grupos geradores;
- c.12) Instalar equipamentos de potência;
- c.13) Instalar terminais de alta tensão;
- c.14) Emendar condutores elétricos;
- c.15) Soldar condutores elétricos;
- c.16) Instalar banco de capacitores;
- c.17) Instalar equipamentos auxiliares: corrente contínua (C.C.), inversores, retificadores e banco de bateria;
- c.18) Realizar reparos em rede de alarme de incêndio, iluminação de emergência e sinalização para abandono de local.

d) EFETUAR SERVIÇOS COMERCIAIS DE ALTA E BAIXA TENSÃO

- d.1) Vistoriar a unidade consumidora;
- d.2) Instalar medidor de energia, transformador de potência e corrente;
- d.3) Interligar a unidade consumidora;

- d.4) Desligar o fornecimento de energia;
- d.5) Religar o fornecimento de energia;
- d.6) Inspeccionar a medição do consumo.

e) EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- e.1) Listar máquinas e equipamentos;
- e.2) Estabelecer cronograma de execução da manutenção de máquinas e equipamentos;
- e.3) Seguir instruções técnicas do fabricante para fazer a manutenção;
- e.4) Proteger equipamentos das intempéries ambientais;
- e.5) Inspeccionar máquinas e equipamentos visualmente;
- e.6) Realizar testes operacionais das máquinas e equipamentos auxiliares;
- e.7) Limpar máquinas, equipamentos e local de trabalho;
- e.8) Entregar máquinas e equipamentos em condições normais de operação;
- e.9) Monitorar dados durante a operação de equipamentos e máquinas auxiliares;
- e.10) Interpretar esquemas elétricos dos equipamentos;
- e.11) Identificar defeitos;
- e.12) Preparar equipamentos para a manutenção;
- e.13) Selecionar ferramentas e materiais;
- e.14) Corrigir defeitos de máquinas, equipamentos e sistemas;
- e.15) Testar funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas;
- e.16) Fazer ensaios elétricos dos equipamentos;
- e.17) Liberar máquina, equipamento e sistema para operação após a manutenção.

f) PREENCHER DOCUMENTAÇÃO

- f.1) Fazer relatórios de serviços;
- f.2) Preencher ordem de serviço;
- f.3) Preencher boletim de interrupção de energia;
- f.4) Registrar ocorrências;
- f.5) Preencher formulários de requisição de materiais;
- f.6) Emitir parecer técnico;
- f.7) Elaborar relatórios de serviços;
- f.8) Elaborar diagramas de comando e força.

g) REALIZAR MEDIÇÕES E TESTES

- g.1) Verificar tensões dos sistemas;
- g.2) Verificar resistências dos componentes eletroeletrônicos;
- g.3) Medir correntes dos circuitos;
- g.4) Medir fator de potência;
- g.5) Medir aterramento e isolamento.

h) REALIZAR SERVIÇOS SEGUNDO NORMAS DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL

- h.1) Solicitar inspeções dos locais de trabalho;
- h.2) Interpretar laudos de segurança;
- h.3) Interpretar laudos do meio ambiente;
- h.4) Interpretar laudos de saúde ocupacional;
- h.5) Utilizar equipamentos de segurança individual e coletivo;
- h.6) Avaliar condições de insegurança;
- h.7) Sinalizar equipamentos ou locais de trabalho para isolamento;
- h.8) Bloquear o funcionamento da máquina;
- h.9) Aplicar primeiros socorros;
- h.10) Depositar resíduos e demais materiais em locais próprios.

- i) TRABALHAR EM EQUIPE E COLABORAR COM OUTRAS ÁREAS
- i.1) Colaborar com equipes multidisciplinares para a execução de projetos elétricos e de infraestrutura;
 - i.2) Comunicar-se de forma eficaz com outros profissionais;
 - i.3) Auxiliar em projetos de melhoria das instalações elétricas em parceria com setores administrativos e acadêmicos;
 - i.4) Promover a integração e cooperação entre os membros da equipe para garantir a segurança e eficiência na execução dos serviços;
 - i.5) Participar de reuniões de planejamento e execução de projetos, contribuindo com sugestões técnicas;
 - i.6) Compartilhar conhecimentos técnicos e boas práticas com os colegas de trabalho, promovendo a capacitação contínua da equipe;
 - i.7) Coordenar atividades conjuntas com outros departamentos, como manutenção predial, TI e segurança.
- j) Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Formação e experiência

Para o exercício das ocupações requer-se ensino médio completo e curso profissionalizante na área com prática profissional no posto de trabalho ou correlatos de 06 meses, comprovada na CTPS.

Qualificação

- NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA
- NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE
- NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
- NR 17 - ERGONOMIA
- NR 35 - TRABALHO EM ALTURA
- NR 18 - CURSO ANDAIME TUBULAR, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM.
- NR 18 – TRABALHO A QUENTE.
- NR 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
- Conhecimento da NBR-5410 e NBR 5419

14. APÊNDICE IV - A

APÊNDICE IV - A - LISTA DE EQUIPAMENTOS E EPI'S - LOTE 1 FLORIANÓPOLIS

Equipamentos - Florianópolis - Lote 1 - Carregadores DME					
Equipamentos	Descrição	Tempo de Depreciação	Quantidade	Número de postos que compatilharão o equipamento	
Carrinho de serviço /escada 300 kg	Carrinho de serviço/escada - capacidade mínima de carga: 300 kg	60 meses	2	4	
Carrinho para transporte tipo "armazém" 400 kg	Carrinho para transporte de carga tipo "armazém - capacidade 400 kg	60 meses	2	4	

Carrinho para transporte plataforma 400 kg	Carrinho para transporte de carga modelo plataforma - capacidade mínima de carga: 400 kg	60 meses	1	4	
Paleta de elevação hidráulica 2.000 kg	Paleta de elevação hidráulica - capacidade mínima de carga: 2.000 kg	60 meses	1	4	
Cinta Segurança Carga	Cinta de Segurança para Transporte de Carga - capacidade mínima 700Kg	60 meses	2	4	
Equipamentos - Florianópolis - Lote 1 - Carregadores DGP e demais unidades					
Equipamentos	Descrição	Tempo de Depreciação	Quantidade	Número de postos que compartilharão o equipamento	
Carrinho de serviço /escada 300 kg	Carrinho de serviço/escada - capacidade mínima de carga: 300 kg	60 meses	3	16	
Carrinho para transporte tipo "armazém" 400 kg	Carrinho para transporte de carga tipo "armazém - capacidade 400 kg	60 meses	3	16	
Carrinho para transporte plataforma 400 kg	Carrinho para transporte de carga modelo plataforma - capacidade mínima de carga: 400 kg	60 meses	2	16	
Paleta de elevação hidráulica 2.000 kg	Paleta de elevação hidráulica - capacidade mínima de carga: 2.000 kg	60 meses	2	16	
Cinta Segurança Carga	Cinta de Segurança para Transporte de Carga - capacidade mínima 700Kg	60 meses	5	16	
Balde Metálico	Balde metálico 10 L	60 meses	30	16	
Pá Quadrada	Pá Quadrada com Cabo de Madeira 120cm	60 meses	3	16	
Enxada	Enxada com cabo, material aço carbono	60 meses	3	16	
Carro de mão	Carro de Mão 65L até 120kg	60 meses	3	16	
EPI's – FLORIANÓPOLIS - LOTE 1 - ALMOXARIFE - DGP/DME/DEMAIS UNIDADES					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	Par	12	1	1
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	Un.	12	1	1
Luva	Luva de borracha nitrílica proteção contra agentes químicos e umidade. (CAIXA COM 100)	Un.	12	1	1
Respirador	Respirador PFF2	Un.	12	12	1
Luva	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada Algodão, Com CA válido	Par	12	1	1
Avental	Avental PVC impermeável (Comprimento 120 cm e largura de 70)	Un.	12	1	1
Jaleco	Jaleco Manga Longa	Un.	12	1	1
EPI's – FLORIANÓPOLIS - LOTE 1 - CARREGADORES DGP/DME/DEMAIS UNIDADES					
		Unidade de	Tempo de	Quantidade	Quantidade de postos que

EPI	Descrição	medida	depreciação	anual	compartilharão o equipamento
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	Un.	12	1	1
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	Par	12	1	1
Protetor auricular	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	Par	12	1	1
Cinta	Cinta Lombar Ergonômica Proteção Para Coluna, Com CA válido	Un.	12	1	1
Capacete	Capacete para construção civil (com carneira e jugular), Com CA válido	Un.	12	1	1
Protetor solar	Protetor solar fator 50	Frasco	12	1	1
Chapéu	Chapéu australiano com proteção de pescoço	Un.	12	1	1
Luva	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada Algodão, Com CA válido	Par	12	1	1
Luva	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos. Comprimento do punho de 15cm. Com CA válido	Par	12	1	1
Perneira	Perneira fechamento em Velcro	Par	12	1	1
Avental	Avental PVC impermeável (Comprimento 120 cm e largura de 70)	Un.	12	1	1
Cinto	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	Un.	60	1	1
Talabarte	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	Un.	60	1	1
Mosquetão	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	Un.	60	5	1
Trava quedas	Trava quedas, Com CA válido	Un.	60	1	1
Fitas de ancoragem	fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	Un.	60	1	1
Corda	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18, constituído em trançado triplo e alma central	Un.	60	1	1
Blusão	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	Un.	60	1	1
Bota	Bota PVC impermeável cano longo	Par.	60	1	1

15. APÊNDICE IV - B

APÊNDICE IV - B - LISTA DE EQUIPAMENTOS E EPI'S - LOTE 2 ARARANGUÁ

LISTA DE EQUIPAMENTOS E EPI's - LOTE 2 - ARARANGUÁ

EPI'S EXCLUSIVOS OFICIAIS DE MANUTENÇÃO:

EPI	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
AVENTAL	AVENTAL DE RASPA MANGA LONGA 1,20 X 0,60 CM	60	2	2
CAPA DE CHUVA	BLUSÃO CAPA DE CHUVA PVC, FORRADO COM CAPUS	12	2	2
BOTA	BOTA IMPERMEÁVEL PVC CANO LONGO	12	2	2

CAPACETE	CAPACETE DE SEGURANÇA COM CARNEIRA E JUGULAR CLASSE B COR	12	2	2
CAVALETE	CAVALETE DE SINALIZAÇÃO PERIGO – MANTENHA-SE AFASTADO	60	2	2
CHAPÉU	CHAPÉU AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO	12	2	2
CINTO PARAQUEDISTA	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA ABDOMINAL (5 PONTOS)	60	2	2
CORDA	CORDA DE SEGURANÇA FIBRA EM POLIAMIDA 12 MM X 100 METROS	60	2	2
PROTETOR SOLAR	FILTRO DE PROTEÇÃO SOLAR (200 ML) FPS 70	12	12	2
FITA DE ANCORAGEM	FITAS DE ANCORAGEM 200 CM, 22KN	60	4	2
LUVA	LUVA DE LÁTEX FORRADA COM ALGODÃO	12	12	2
LUVA	LUVA DE RASPA COM PUNHO PARA SOLDADOR	12	2	2
LUVA	LUVA DE VAQUETA PARA COBERTURA DE LUVA ISOLANTE, COM CINTA AJUSTÁVEL NO PUNHO.	60	2	2
LUVA		60	2	2

	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, TIPO I, CLASSE 00, 500 V, TAMANHO 9,5. DE ACORDO COM NORMAS ABNT NBR 16295/14 E ABNT NBR 13393/95. LUVA DE SEGURANÇA PARA TRABALHO COM ELETRICIDADE			
LUVA	LUVA MULTITATO EMBORRACHADA	12	6	2
LUVA	LUVA TRICOTADA 3 FIOS PIGMENTADA	12	4	2
MÁSCARA	MÁSCARA RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL COM VÁLVULA PFF2	12	24	2
MÁSCARA	MÁSCARA DE GÁS POEIRA COM FILTRO, PARA POEIRA /PRODUTOS QUÍMICOS	12	2	2
MOSQUETÃO	MOSQUETÃO PARA ANCORAGEM	60	2	2
ÓCULOS	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS	12	2	2
ÓCULOS	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RAIOS UVA E UVB	12	2	2
PROTETOR AURICULAR	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	12	2	2
PROTETOR AURICULAR	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG EM COPOLÍMERO	12	8	2

REPELENTE	REPELENTE LOÇÃO 200 ML	12	8	2
TABARTE	TALABARTE DUPLO EM Y COM ABS GANCHO COM ABERTURA DE 55 MM	60	2	2
TRAVA QUEDAS	TRAVA QUEDAS PARA USO EM CORDA 12 MM	60	2	2
MÁSCARA	MÁSCARA DE SOLDA COM REGULAGEM E ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO	60	1	2
CINTA ERGONOMICA	CINTA ERGONÔMICA LOMBAR COM SUSPENSÓRIO E ELÁSTICO	60	2	2
PERNEIRA	PERNEIRA DE COURO PARA PROTEÇÃO CONTRA ANIMAIS PEÇONHENTOS	60	2	2

EQUIPAMENTOS EXCLUSIVOS OFICIAL DE MANUTENÇÃO:

EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
BALDE	BALDE METÁLICO PARA CONCRETO 10 LITROS	60	1	2
BANDEJA DE PINTURA	BANDEJA DE PINTURA 23CM	60	2	2
BOLSA DE FERRAMENTAS	BOLSA DE CINTO PARA FERRAMENTAS 7 BOLSOS EM LONA (REFERÊNCIA MTX- 902419 OU SIMILIAR TÉCNICO)	60	1	2

BOMBA SAPO	BOMBA SAPO 220V 1CV	60	1	2
CAIXA DE FERRAMENTAS	CAIXA PARA FERRAMENTA PROFUNDA COM RODAS E ALÇA DE TRANSPORTE	60	1	2
CARRINHO DE MÃO	CARRO DE MÃO CAÇAMBA METÁLICA OVAL, , RODA COM PNEU E CÂMARA, MÍNIMO 45L	60	1	2
CAVADEIRA	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DA CAVADEIRA 450MM, LARGURA DA CAVADEIRA 150MM, MATERIAL DA CAVADEIRA ALO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE, COMPRIMENTO DO CABO 1,20 METROS	60	1	2
CAVADEIRA	CAVADEIRA RETA EM AÇO COM CABO METÁLICO 120 CM E SOCADOR	60	1	2
COLHER DE PEDREIRO	COLHER DE PEDREIRO 9"	60	1	2
CORTADOR DE VIDRO	CORTADOR DE VIDRO TIPO: CANETA , COMPONENTES: RESERVATÓRIO PARA QUEROSENE , MATERIAL PONTA: DIAMANTE , FORMATO BASE: TRAPÉZIO	60	1	2

DESEMPENADEIRA	DESEMPENADEIRA EM AÇO DENTADA 10 X 10MM X 26CM	60	1	2
DESENTUPIDOR	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO MANUAL COM CABO	60	1	2
DESENTUPIDOR	DESENTUPIDOR MANUAL TIPO BOMBA PARA MICTÓRIO	60	1	2
ENGATE PARA MANGUEIRA	ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA DE JARDIM 1/2" KIT 2 PEÇAS (ENGATE ROSCA + ENGATE RÁPIDO)	60	1	2
ENXADA	ENXADA COM CABO, MATERIAL AÇO CARBONO DE ALTA QUALIDADE TEMPERADO, OLHO OVAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA DA LÂMINA 24 CM E COMPRIMENTO DO CABO 150 CM	60	1	2
ESPÁTULA	ESPÁTULA AÇO INOX LISA 4"- 101 MM	60	1	2
ESQUADRO	ESQUADRO COM CABO DE ALUMÍNIO DE 30 CM	60	1	2
JOGO DE FORMÕES	JOGO DE FORMÕES COM CABO DE MADEIRA (OU PLÁSTICO). TAMANHOS: 3/8", 1/2", 5/8" E 3/4"	60	1	2
LAVADORA	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO,	60	1	2

	MIN. 1500PSI, 220V (LAVADORA DE ALTA PRESSÃO INDICADA PARA: LIMPEZA PESADA).			
MALETA DE FERRAMENTAS	MALETA FERRAMENTAS GRANDE, MATERIAL: COURO OU LONA, COM ALÇA DE TRANSPORTE E FECHO COM FIVELAS	60	2	2
MANGUEIRA	MANGUEIRA DE NIVEL CRISTAL 3 /8" (METRO)	60	20	2
MANGUEIRA	MANGUEIRA PVC 1 /2" PARA JARDIM, 50 METROS	60	1	2
MÁQUINA DE SOLDA	MÁQUINA SOLDA PORTÁTIL TIPO: INVERSORA , TENSÃO: 220 V, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ, FATOR POTÊNCIA: 0,93 , FAIXA CORRENTE: 5 A 200 A, APLICAÇÃO: SOLDA PEQ./MÉD. PORTE EM ALUMÍNIO, FERRO E INOX , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DISPLAY LCD, GARRA OBRA, PORTA ELETRODO E ALÇA TRANSPORTE	60	1	2
PÁ	PÁ DE CORTE, COM CABO, MATERIAL AÇO SAE 1045. DIMENSÕES APROXIMADAS 265X200MM	60	1	2

PÁ	PÁ MATERIAL CABO: MADEIRA , APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL , MATERIAL: AÇO CARBONO , FORMATO: QUADRADA , TAMANHO: 330 X 275 MM, COMPRIMENTO CABO: 0,74 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO MADEIRA EM Y	60	1	2
PÉ DE CABRA	PÉ DE CABRA 60 CM	60	1	2
PICARETA	PICARETA PONTA E PÁ ESTREITA COM CABO DE MADEIRA 90 CM	60	1	2
PLAINA	PLAINA ELÉTRICA 700W COM 2 LÂMINAS E COLETOR DE PÓ (REFERÊNCIA BOSCH GHO-700 OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	2
PRUMO	PRUMO DE PAREDE LATÃO 500G CORDA DE ALGODÃO	60	1	2
RÉGUA	RÉGUA PEDREIRO MATERIAL: ALUMÍNIO , COMPRIMENTO: 2 M	60	1	2
TALHADEIRA	TALHADEIRA MANUAL AÇO TEMPERADO 150 X 15 MM	60	1	2
TORQUÊS	TORQUÊS ARMADOR DE 12 POL	60	1	2

VENTOSA	VENTOSA DUPLA, MATERIAL PLASTICO ABS E BORRACHA, CAPACIDADE ATÉ 60KG. APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE VIDROS	60	4	2
TRENA	TRENA 10 METROS 25 MM COM PARADA AUTOMÁTICA, CORPO EMBORRACHADO	60	1	2
MARTELO	MARTELO TIPO UNHA 27 MM COM CABO	60	1	2
ESTILETE	ESTILETE LINHA PROFISSIONAL	60	1	2
ALICATE	ALICATE BOMBA D'ÁGUA 10"	60	1	2
ALICATE	ALICATE CORTE DIAGONAL 6" 1000V CROMO VANÁDIO	60	1	2
ALICATE	ALICATE DE BICO MEIA-CANA 8", RETO, COM CORTE, ISOLAMENTO 1000V	60	1	2
ALICATE	ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 8", ISOLAÇÃO 1000V (REFERENCIA TRAMONTINA PRO)	60	1	2
MARRETA	MARRETA COM CABO DE 1KG	60	1	2

INSUMOS EXCLUSIVO OFICIAIS DE MANUTENÇÃO:

--	--	--	--	--

INSUMO	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
Lápis	Tipo: Carpinteiro, Cor: Preta	12	2	2
LINHA DE PEDREIRO	LINHA PARA PEDREIRO COM MEDIDA 0,80 MM X 100 M	12	1	2
PINCEL	PINCEL 2"	12	3	2
ROLO DE PINTURA	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ SINTÉTICA , COMPRIMENTO: 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SUPORTE/GARFO DE AÇO GALVANIZADO	12	4	2
ROLO DE PINTURA	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: ESPUMA , COMPRIMENTO: 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO	12	4	2
ROLO DE PINTURA	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ SINTÉTICA , ALTURA: 9 CM, COMPRIMENTO: 23 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM CABO	12	3	2
ROLO DE PINTURA	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: ESPUMA , ALTURA: 9 CM, COMPRIMENTO: 23 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM CABO	12	3	2

ELETRODO DE SOLDA	ELETRODO SOLDA MATERIAL INDICADO: LATÃO , FORMA: VARETA , DIÂMETRO: 2,50 MM, NORMAS TÉCNICAS: AWS A5. 15/82, CLASSE E CUSN-C , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REDONDO, 1 KG	12	1	2
ESPUMA	ESPUMA MATERIAL: ESPUMA , APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL / PEDREIRO ACABAMENTO , COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 15 CM, ESPESSURA: 5 CM, DENSIDADE: D28	12	2	2

INSUMOS COMPARTILHADOS ELETRICISTA E OFICIAIS DE MANUTENÇÃO

INSUMO	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
DISCO DE CORTE	DISCO DE CORTE DE FERRO PARA ESMERILHADEIRA 4.1 /2"X 1MM	12	6	3
DISCO DE CORTE	DISCO DE CORTE DE MADEIRA PARA SERRA CIRCULAR COM DISCO 36 DENTES	12	1	3
DISCO DE CORTE	DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA CONCRETO (PARA SERRA MÁRMORE)	12	2	3
DISCO DE CORTE	DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA PORCELANATO	12	2	3

	(PARA SERRA MÁRMORE)			
DISCO DE DESBASTE	DISCO DE DESBASTE 115X22MM TIPO FLAP GRÃO 100	12	4	3
DISCO DE DESBASTE	DISCO DE DESBASTE PARA METAL 4.1/2" X 1/4" X 7/8"	12	2	3
ESCOVA DE AÇO	ESCOVA DE AÇO TIPO COPO PARA ESMERILHADEIRA ROSCA M14	12	2	3
JOGO DE BITS	JOGO DE BITS PARA PARAFUSADEIRA PONTAS DIVERSAS, COM NO MÍNIMO 37 PEÇAS, COM PELO MENOS AS PONTAS APARAFUSADORAS COMPRIMENTO DE 25 MM, PH 1/2/3, PZ 1/2/3, SL 4,5/5,5/8,0, HEX 4/5/6, T 15/20/25/30 E PONTAS APARAFUSADORAS DE 50 MM, PH 1/2/3, SL 4,5/5,5, T 15/20/25, FABRICADAS EM AÇO CR-V OU SUPERIOR	12	2	3
JOGO DE BROCAS	JOGO DE BROCAS CHATAS PARA MADEIRA CONTENDO OS TAMANHOS: 3,8" (10MM); 1/2" (12MM); 5/8" (16MM); 3/4" (18MM); 7/8" (20MM) E 1" (25MM).	12	1	3
JOGO DE BROCAS	KIT BROCA DE AÇO RÁPIDO COM NO MÍNIMO 5 PEÇAS (5, 6, 8, 10 E 12MM)	12	1	3
BROCA	BROCA WIDIA 6 MM SDS	12	3	3

BROCA	BROCA WIDIA 8 MM SDS	12	3	3
BROCA	BROCA WIDIA 10MM SDS	12	3	3
BROCA	BROCA WIDIA 12 MM SDS	12	3	3
JOGO DE BROCAS	JOGO DE BROCAS PARA CONCRETO (VÍDEA) DOS TAMANHOS DE 6 À 12 MM (6, 8, 10 E 12 MM)	12	3	3
JOGO DE BROCAS	JOGO DE BROCAS PARA MADEIRA, (8 PEÇAS) DOS TAMANHOS DE 3 À 10MM	12	1	3
LÂMINA DE SERRA	LÂMINA DE SERRA MANUAL, MATERIAL AÇO FLEXÍVEL, QUANTIDADE DENTES 32 DENTES POR POLEGADA, LARGURA 1/2", COMPRIMENTO 12", COMPATÍVEL COM ARCO DE SERRA 12"	12	3	3

EQUIPAMENTOS COMPARTILHADOS OFICIAL DE MANUTENÇÃO E ELETRICISTA

EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
ALICATE	ALICATE REBITADOR PROFISSIONAL COM 4 PONTAS	60	1	3
ANDAIME	ANDAIME TUBULAR 1,00 X 1,50 M, MODULAR DE 1,50 M, 1 DIAGONAL POR MÓDULO, GUARDA CORPO E RODAPÉ	60	1	3

	NOS 4 LADOS, PISO METÁLICO NA ÁREA DE TRABALHO, ESCADA DE ACESSO, 2 TIPOS DE SAPATAS (FIXA REGULAVEL E RODIZIO), ALTURA TOTAL DA TORRE 8M			
APLICADOR DE SILICONE	APLICADOR DE SILICONE FECHADO DE ALUMÍNIO 400ML	60	1	3
ARCO DE SERRA	ARCO DE SERRA PARA METAIS, COM CABO ISOLADO E LÂMINA (REFERÊNCIA 140 FECHADO STARRET OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	3
CHAVE	CHAVE AJUSTÁVEL PARA PORCAS, 12"	60	1	3
CHAVE	CHAVE DE GRIFO 12"	60	1	3
ESCADA	ESCADA FIBRA VIDRO ALTURA: 1,80 M, QUANTIDADE DEGRAUS: 6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO TESOURA, DUPLO ACESSO, PÉS ANTIDERRAPANTES	60	1	3
ESMERILHADEIRA	ESMERILHADEIRA ELÉTRICA ANGULAR, PROFISSIONAL 4.1 /2", 850W, 220V (REFERENCIA BOCH OU SIMULAR)	60	1	3
EXTENSÃO ELÉTRICA	EXTENSÃO CARRETEL PROFISSIONAL 20A FIO PP 3X2,5MM - 30 METROS	60	1	3
FURADEIRA	FURADEIRA DE IMPACTO	60	1	3

	PROFISSIONAL, VELOCIDADE VARIÁVEL E REVERSÍVEL, 750 WATTS, 220V. (REFERENCIA BOSCH GSB 13 OU SIMILAR)			
FURADEIRA	FURADEIRA MARTELETE /ROMPEDOR PROFISSIONAL, ENCAIXE SDS, VELOCIDADE VARIÁVEL E REVERSÍVEL, 800 WATTS APROXIMADAMENTE, 220V	60	1	3
JOGO DE CHAVES	JOGO CHAVES HEXAGONAIS ALLEN L HEXAGONAIS (ALLEN) LONGAS DE 1,5MM À 10MM; AÇO CROMO VANÁDIO	60	1	3
JOGO DE CHAVES	JOGO CHAVES TORX 10 PEÇAS T9 À T50	60	1	3
JOGO DE CHAVES	JOGO DE CHAVE DE FENDA E PHILLIPS ISOLADAS 1000V COM 6 PEÇAS: 3 CHAVES DE FENDA SIMPLES NR 150 ISOLADA NBR 9699: 1 /8 X 4", 3/16 X 4" E 1/4 X 6"E 3 CHAVES DE PONTA CRUZADAS NR 160 ISOLADA NBR 9699: 1/8 X 2.3/8" PH0, 3/16 X 3" PH1 E 1 /4 X 6" PH2, (REFERÊNCIA GEDORE OU SIMILAR)	60	1	3
JOGO DE CHAVES	JOGO DE CHAVES COMBINADAS (MILIMÉTRICAS) – 12 PÇS (6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 17; 19; 22 MM)	60	1	3

JOGO DE CHAVES	JOGO DE CHAVES DE BIELA 12 PEÇAS TIPO L EM MILÍMETROS, (8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 MM)	60	1	3
JOGO DE LIMAS	JOGO DE LIMAS CABO PLÁSTICO COM 5 PEÇAS (01 LIMA TRIANGULAR, 01 LIMA PLANA, 01 LIMA REDONDA, 01 LIMA MEIA-CANA E 01 LIMA QUADRADA)	60	1	3
LANTERNA	LANTERNA DE CABEÇA PROFISSIONAL LED, RECARREGÁVEL, APROXIMADAMENTE 150 LM	60	1	3
LIXADEIRA	LIXADEIRA ELÉTRICA ORBITAL PROFISSIONAL (REFERÊNCIA BOSCH GSS 140 OU SIMILIAR TÉCNICO)	60	1	3
LONA	LONA PLÁSTICA PRETA EM ROLO DE 4 X 100M 15KG	60	1	3
JOGO DE CHAVES	MALETA SOQUETES ESTRIADOS E ACESSÓRIOS ENCAIXE 1/2", 22 PEÇAS, CONTENDO 18 SOQUETES ESTRIADOS 1/2", CATRACA REVERSÍVEL 1/2", CABO T10", EXTENSÃO 5", EXTENSÃO 10" (REFERÊNCIA TRAMONTINA OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	3
MARTELO		60	1	3

	MARTELO DE BORRACHA 40 MM COM CABO			
NÍVEL LASER	NÍVEL A LASER AUTONIVELANTE ALCANCE MÍNIMO 10 M, COM TRIPÉ E MALETA	60	1	3
NIVEL	NÍVEL EM ALUMÍNIO TRAPEZOIDAL 3 BOLHAS, 600MM BASE MAGNÉTICA	60	1	3
PARAFUSADEIRA	PARAFUSADEIRA 3 /8" À BATERIA 12 VOLTS COM 2 BATERIAS E CARREGADOR (REFERÊNCIA BOSCH GSB 120 LI OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	3
SERRA CIRCULAR	SERRA CIRCULAR ELÉTRICA 7 1/4", PROFESSIONAL, 184MM 1500W, 220V (REFERÊNCIA GSK 150 BOSCH OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	3
SERRA-COPO	SERRA COPO PARA MADEIRA, 9 PÇS TAMANHOS: 19MM, 22MM, 29MM, 35MM, 38MM, 44MM, 51MM, 57MM, 64 MM	60	1	3
SERRA MARMORE	SERRA MÁRMORE ELÉTRICA 125MM, 1500W, 220V (REFERENCA BOSCH GDC 151 OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	3
SERRA-COPO	SERRA-COPO PARA CONCRETO /ALVENARIA 25MM COM HASTE E PINO GUIA	60	1	3

SERRA-COPO	SERRA-COPO PARA CONCRETO /ALVENARIA 50MM COM HASTE E PINO GUIA	60	1	3
ALICATE	ALICATE DE PRESSÃO 10" MORDENTE TRIANGULAR AÇO CROMO VANÁDIO	60	1	3
SERROTE	SERROTE 22"	60	1	3

EQUIPAMENTOS ELETRICISTA

EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
ALICATE AMPERÍMETRO	ALICATE AMPERÍMETRO 400A-600V AC/DC + BOLSA, CLASSIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CAT IV 300 V, CAT III 600 V; (REFERÊNCIA FLUKE 324 OU SIMILAR TÉCNICO)	60	1	1
ALICATE	ALICATE DESENCAPADOR DE FIOS 8", CORTE DE 0,2 A 6 MM (7 BITOLAS DIFERENTES), AUTOMÁTICO, PROFISSIONAL	60	1	1
ALICATE	ALICATE PRENSA TERMINAIS PRÉ-ISOLADOS 7 POL. COM REGULADOR DE PRESSÃO	60	1	1

	(REFERÊNCIA VONDER OU SIMILAR)			
DETECTOR DE TENSÃO	CANETA DETECTOR DE TENSÃO E CORRENTE ELÉTRICA, TESTE SONORO, CAT IV 1000V, NORMA IEC 1010, GRAU DE PROTEÇÃO: IP54	60	1	1
BLOQUEIO DE DISJUNTOR	KIT DE BLOQUEIO DE DISJUNTOR EM PLÁSTICO COMPLETO. KIT COMPOSTO POR CADEADO PLÁSTICO, GARRA DE BLOQUEIO E TRAVAMENTO NÃO-CONDUTORA EM NYLON - GANCHO 4MM, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, DISPOSITIVO DE BLOQUEIO UNIVERSAL PLÁSTICO	60	1	1
PASSA FIO	PASSA FIO HELICOIDAL DE 20M, COM ALMA DE AÇO	60	1	1
ALICATE	ALICATE CORTE DIAGONAL 6" 1000V CROMO VANÁDIO	60	1	1
ALICATE	ALICATE DE BICO MEIA-CANA 8", RETO, COM CORTE, ISOLAMENTO 1000V	60	1	1

ALICATE	ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 8", ISOLAÇÃO 1000V (REFERENCIA TRAMONTINA PRO)	60	1	1
BOLSA DE FERRAMENTAS	BOLSA DE CINTO PARA FERRAMENTAS 7 BOLSOS EM LONA (REFERÊNCIA MTX-902419 OU SIMILIAR TÉCNICO)	60	1	1
CAIXA DE FERRAMENTAS	CAIXA PARA FERRAMENTA PROFUNDA COM RODAS E ALÇA DE TRANSPORTE	60	1	1
MALETA DE FERRAMENTAS	MALETA FERRAMENTAS GRANDE, MATERIAL: COURO OU LONA, COM ALÇA DE TRANSPORTE E FECHO COM FIVELAS	60	2	3
ESTILETE	ESTILETE LINHA PROFISSIONAL	60	1	1
MARTELO	MARTELO TIPO UNHA 27 MM COM CABO	60	1	1
TRENA	TRENA 10 METROS 25 MM COM PARADA AUTOMÁTICA, CORPO EMBORRACHADO	60	1	1

EPI's ELETRICISTA

EPI	DESCRIÇÃO			
-----	-----------	--	--	--

		TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
AVENTAL	AVENTAL DE RASPA MANGA LONGA 1,20 X 0,60 CM	60	1	1
CAPA DE CHUVA	BLUSÃO CAPA DE CHUVA PVC, FORRADO COM CAPUS	12	1	1
BOTA	BOTA IMPERMEÁVEL PVC CANO LONGO	12	1	1
CAPACETE	CAPACETE DE SEGURANÇA COM CARNEIRA E JUGULAR CLASSE B COR	12	1	1
CAVALETE	CAVALETE DE SINALIZAÇÃO PERIGO – MANTENHA-SE AFASTADO	60	1	1
CHAPÉU	CHAPÉU AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO	12	1	1
CINTO PARAQUEDISTA	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA ABDOMINAL (5 PONTOS)	60	1	1
CORDA	CORDA DE SEGURANÇA FIBRA EM POLIAMIDA 12 MM X 100 METROS	60	1	1
PROTETOR SOLAR	FILTRO DE PROTEÇÃO SOLAR (200 ML) FPS 70	12	6	1
FITA DE ANCORAGEM		60	2	1

	FITAS DE ANCORAGEM 200 CM, 22KN			
LUVA	LUVA DE LÁTEX FORRADA COM ALGODÃO	12	6	1
LUVA	LUVA DE RASPA COM PUNHO PARA SOLDADOR	12	1	1
LUVA	LUVA DE VAQUETA PARA COBERTURA DE LUVA ISOLANTE, COM CINTA AJUSTÁVEL NO PUNHO.	60	1	1
LUVA	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, TIPO I, CLASSE 00, 500 V, TAMANHO 9,5. DE ACORDO COM NORMAS ABNT NBR 16295/14 E ABNT NBR 13393/95. LUVA DE SEGURANÇA PARA TRABALHO COM ELETRICIDADE	60	1	1
LUVA	LUVA MULTITATO EMBORRACHADA	12	3	1
LUVA	LUVA TRICOTADA 3 FIOS PIGMENTADA	12	2	1
MÁSCARA	MÁSCARA RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL COM VÁLVULA PFF2	12	12	1
MÁSCARA	MÁSCARA DE GÁS POEIRA COM FILTRO, PARA POEIRA /PRODUTOS QUÍMICOS	12	1	1
MOSQUETÃO	MOSQUETÃO PARA ANCORAGEM	60	1	1

ÓCULOS	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS	12	1	1
ÓCULOS	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA RAIOS UVA E UVB	12	1	1
PROTETOR AURICULAR	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	12	1	1
PROTETOR AURICULAR	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG EM COPOLÍMERO	12	4	1
REPELENTE	REPELENTE LOÇÃO 200 ML	12	4	1
TABARTE	TALABARTE DUPLO EM Y COM ABS GANCHO COM ABERTURA DE 55 MM	60	1	1
TRAVA QUEDAS	TRAVA QUEDAS PARA USO EM CORDA 12 MM	60	1	1
PERNEIRA	PERNEIRA DE COURO PARA PROTEÇÃO CONTRA ANIMAIS PEÇONHENTOS	60	1	1

EQUIPAMENTOS AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
CARRINHO DE TRANSPORTE	CARRINHO DE TRANSPORTE DE CARGA MODELO PLATAFORMA CAPACIDADE 400KG	60	1	1

EPI's AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

EPI	DESCRIÇÃO	TEMPO DA DEPRECIAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE DE POSTOS QUE COMPARTILHARÃO EQUIPAMENTO
AVENTAL	AVENTAL DE RASPA MANGA LONGA 1,20 X 0,60 CM	60	1	1
LUVA	LUVA TRICOTADA 3 FIOS PIGMENTADA	12	2	1
MÁSCARA	MÁSCARA RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL COM VÁLVULA PFF2	12	12	1
ÓCULOS	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS	12	2	1
CINTA ERGONOMICA	CINTA ERGONÔMICA LOMBAR COM SUSPENSÓRIO E ELÁSTICO	60	2	1

16. APÊNDICE IV - C

APÊNDICE IV - C - LISTA DE EQUIPAMENTOS E EPI'S - LOTE 3 BLUMENAU

LOTE 3				
CARREGADOR – EQUIPAMENTOS				

Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Carrinho para Transporte de Carga	Carrinho para Transporte de Carga 200 kg tipo armazém	60	1	2
Carro plataforma metálico	Carro plataforma metálico com capacidade de 600kg	60	1	2
Paleteira hidráulica	Paleteira hidráulica, 2,5 toneladas (2,5 tf), 1.150 mm x 550 mm, roda simples de nylon	60	1	2
Carrinho Plataforma Fechado Em Tela	Carrinho Plataforma Fechado Em Tela Capacidade 800kg	60	1	2

ELETRICISTA – EQUIPAMENTOS

Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Bolsa de cinto	Bolsa de Cinto para Ferramentas 7 Bolsos em Lona	60	1	1
Bolsa de ferramentas	Bolsa de ferramentas lona, alças laterais e de ombro, mínimo 20 compartimentos	60	1	1
Caixa para ferramenta	Caixa para ferramenta profunda com rodas e alça de transporte 20"-51cm (referência Dewalt DWST17820 ou similar)	60	1	1
Alicate	Alicate corte diagonal 6" 1000V	60	1	1

Alicate	Alicate de bico meia-cana 8", reto, isolamento 1000V	60	1	1
Alicate	Alicate rebitorador profissional com 4 pontas	60	1	1
Alicate	Alicate Universal isolado 8", isolação 1000V, marcas Belzer ou Gedore ou similar	60	1	1
Arco de serra	Arco de serra para metais, com cabo isolado e lâmina (similar ao 140 Fechado Starret)	60	1	1
Esquadro	Esquadro com cabo de alumínio de 30 cm	60	1	1
Estilete	Estilete profissional	60	1	1
Trena	Trena 10 metros 25 mm com parada automática, corpo emborrachado	60	1	1
Escada	Escada de fibra de vidro modelo Tesoura Dupla 6 Degraus 1,80 Metros, peso máximo 120kg	60	1	1
Escada	Escada de fibra de vidro, modelo americano tesoura dupla 8 degraus 2,40 m , peso máximo 120kg	60	1	1
Furadeira	Furadeira Martelete /Rompedor profissional, encaixe SDS, velocidade variável e reversível, 800 Watts, 220V.	60	1	1
Lanterna	Lanterna holofote, led 10W, com bateria recarregável	60	1	1
Parafusadeira	Parafusadeira 3/8" à bateria 12 volts com 2 baterias e carregador,	60	1	1

	BOSCH GSb 120 li ou similar			
Furadeira	Furadeira de impacto profissional, velocidade variável e reversível, 750 Watts, 220V. (referencia BOSCH GSB 13 ou similar)	60	1	1
Jogo de chave	Jogo de Chave de Fenda e Phillips Isoladas 1000V com 6 Peças: 3 Chaves de fenda simples NR 150 isolada NBR 9699: 1/8 x 4", 3/16 x 4" e 1/4 x 6" e 3 Chaves de ponta cruzadas NR 160 isolada NBR 9699: 1/8 x 2.3/8" PH0, 3/16 x 3" PH1 e 1/4 x 6" PH2, (referência GEDORE ou similar)	60	1	1
Alicate	Alicate Amperímetro 400a-600v AC/DC + Bolsa, Classificação de segurança CAT IV 300 V, CAT III 600 V; (referência Fluke 325 ou similar)	60	1	1
Alicate	Alicate desencapador de Fios 8", corte de 0,2 a 6 mm (7 bitolas diferentes), automático, profissional	60	1	1
Alicate	Alicate Crimpar Prensa Terminal, Ilhós Tubular 0,25 Até 10mm²	60	1	1
Alicate	Alicate prensa terminais pré-Isolados 7 Pol. (referência Vonder ou similar)	60	1	1
Multímetro	Multímetro digital com detector de tensão sem Contato True-RMS. Classificação de segurança CAT III 600 V (referência Fluke 117 ou similar)	60	1	1

Passa fio	Passa fio (sonda) de 10m, com alma de aço	60	1	1
Passa fio	Passa fio (sonda) de 20m, com alma de aço	60	1	1
Nível	Nível em alumínio trapezoidal 14", 3 bolhas: horizontal, vertical e transversal, Base magnética (referência Starret klts 14 ou similar)	60	1	1
Soprador	Soprador Térmico 2000w, 3 temperaturas 50°/350° /520°, 220V, com 4 Bocais (referência Vonder stv 200 ou similar)	60	1	1
Wattímetro	Wattímetro digital medidor energia tomada 3 pinos, 220V 15A Tomada	60	1	1
Testador	Testador Elétrico Digital 600V CATIII / 600V CATIV (referência Fluke T6-600 ou similar)	60	1	1
Caneta	Caneta detector de tensão e corrente elétrica, teste Sonoro, CAT II 1000V, norma IEC 1010, Grau de proteção: IP54	60	1	1

OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL – EQUIPAMENTOS

Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Bolsa de cinto	Bolsa de Cinto para Ferramentas 7 Bolsos em Lona	60	2	1

Bolsa de ferramentas	Bolsa de ferramentas lona, alças laterais e de ombro, mínimo 20 compartimentos	60	2	1
Caixa para ferramenta	Caixa para ferramenta profunda com rodas e alça de transporte 20"-51cm (referência Dewalt DWST17820 ou similar)	60	2	1
Balde	Balde metálico para concreto 10 litros	60	2	1
Carro de mão	Carro de mão tipo caçamba, tipo da caçamba dobrada, roda com pneu e câmara, capacidade 60 litros	60	2	1
Pá	Pá de corte, com cabo, material Aço SAE 1045, 265x200mm	60	2	1
Pá	Pá quadrada com cabo Y, comprimento do cabo 125 mm, medida 280x240mm	60	2	1
Escada	Escada de fibra de vidro Extensível Vazada 33 Degraus 10,20 Metros, peso máximo 120kg	60	1	1
Escada	Escada de fibra de vidro extensível, 20 degraus, 3,6 x 6,0 metros, peso máximo 120kg	60	2	1
Escada	Escada de fibra de vidro modelo Tesoura Dupla 6 Degraus 1,80 Metros, peso máximo 120kg	60	3	1
Escada	Escada de fibra de vidro, modelo americano tesoura dupla 8 degraus 2,40 m , peso máximo 120kg	60	3	1

Furadeira	Furadeira Martetele /Rompedor profissional, encaixe SDS, velocidade variável e reversível, 800 Watts, 220V.	60	2	1
Lanterna	Lanterna holofote, led 10W, com bateria recarregável	60	3	1
Lavadora	Lavadora de alta pressão, min. 1500psi, 220V (Lavadora de alta pressão indicada para: limpeza pesada).	60	1	1
Parafusadeira	Parafusadeira 3/8" à bateria 12 volts com 2 baterias e carregador, BOSCH GSb 120 li ou similar	60	3	1
Serra Circular	Serra Circular Elétrica 7 1/4", Professional, 184mm 1500w, 220v (referencia GSK 150 BOSCH ou similar)	60	1	1
Serra mármore	Serra Mármore Elétrica 125mm, 1500w, 220v (referencia BOSCH GDC 151 ou similar)	60	2	1
Furadeira	Furadeira de impacto profissional 1/2", velocidade variável e reversível, 750 Watts, 220V. (referencia BOSCH GSB 13 ou similar)	60	3	1
Alicate	Alicate bomba d'água 10"	60	2	1
Alicate	Alicate corte diagonal 6" 1000V	60	3	1
Alicate	Alicate de bico meia-cana 8", reto, isolamento 1000V	60	3	1

Alicate	Alicate de pressão 10" mordente triangular	60	2	1
Bandeja	Bandeja de pintura 23cm	60	2	1
Alicate	Alicate rebitador profissional com 4 pontas	60	3	1
Alicate	Alicate Universal isolado 8", isolação 1000V, marcas Belzer ou Gedore ou similar	60	3	1
Aplicador	Aplicador de Silicone Fechado de Alumínio 400ml	60	2	1
Arco de serra	Arco de serra para metais, com cabo isolado e lâmina (similar ao 140 Fechado Starret)	60	3	1
Chave	Chave ajustável para porcas, 12"	60	2	1
Chave	Chave de grifo 12"	60	2	1
Colher	Colher de Pedreiro 9"	60	2	1
Desempenadeira	Desempenadeira em Aço Dentada 10 x 10mm x 26cm	60	2	1
Desempenadeira	Desempenadeira em aço lisa 255x12mm	60	2	1
Desentupidor	Desentupidor de vaso	60	2	1
Espátula	Espátula Aço Inox Lisa 4"-101 mm	60	2	1
Esquadro	Esquadro com cabo de alumínio de 30 cm	60	3	1
Estilete	Estilete profissional	60	3	1

Jogo de chaves	Jogo chaves combinadas (milimétricas) – 11 pçs (6; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 17; 19; 22 mm)	60	2	1
Jogo de chaves	Jogo chaves hexagonais Allen 9 Pçs. – 1,5 a 10mm (1,5, 2, 2,5, 3, 4, 5, 6, 8 e 10 mm)	60	2	1
Jogo de chaves	Jogo chaves Torx 9 Pçs. – 1,5 a 10mm (1,5, 2, 2,5, 3, 4, 5, 6, 8 e 10 mm)	60	2	1
Jogo de chaves	Jogo de chaves de fenda e Phillips (cruzada) com 10 peças	60	2	1
Jogo de chaves	Jogo de chave estrela dos tamanhos de 6 à 22 mm, com intervalo de 2mm	60	2	1
Chave de teste	Chave de teste elétrico	60	2	1
Jogo de chaves	Jogo de Chaves Biela 12 Peças tipo L em Milímetros, (8 – 9 - 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 mm)	60	2	1
Mangueira	Mangueira de nível cristal 20m	60	2	1
Marreta	Marreta com cabo de 1kg	60	2	1
Martelo	Martelo de bordas plásticas 40 mm	60	2	1
Martelo	Martelo de borracha com cabo	60	2	1
Martelo	Martelo tipo unha 27 mm com cabo	60	2	1
Nível	Nível em alumínio 20"	60	2	1

Pé de cabra	Pé de cabra simples de 500 mm, corpo em aço especial, pintura eletroestática, têmpera por indução nas extremidades	60	2	1
Ponteiro	Ponteiro redondo manual em aço temperado para concreto 200 mm	60	2	1
Prumo	Prumo De Parede Aço Carbono 750g	60	2	1
Talhadeira	Talhadeira aço temperado 150 x 15 mm	60	2	1
Torquês	Torquês Armador de 13Pol	60	2	1
Trena	Trena 10 metros 25 mm com parada automática, corpo emborrachado	60	2	1
Passa fio	Passa fio (sonda) de 10m, com alma de aço	60	2	1
Passa fio	Passa fio (sonda) de 20m, com alma de aço	60	2	1
Nível	Nível em alumínio trapezoidal 14", 3 bolhas: horizontal, vertical e transversal, Base magnética (referência Starret klts 14 ou similar)	60	2	1
Wattímetro	Wattímetro digital medidor energia tomada 3 pinos, 220V 15A Tomada	60	2	1
Caneta	Caneta detector de tensão e corrente elétrica, teste Sonoro, CAT II 1000V, norma IEC 1010, Grau de proteção: IP54	60	2	1
Enxada	Enxada com cabo, material aço carbono de alta qualidade temperado, olho	60	2	1

	oval, medida 190x205mm.			
Cavadeira	Cavadeira articulada com cabo, altura da cavadeira 450mm, largura da cavadeira 150mm, material da cavadeira alo carbono especial de alta qualidade, comprimento do cabo 1,20 metros	60	1	2
Engates	Engates rápido para mangueira de jardim 1/2" 2pçs (macho e fêmea)	60	1	2
Facão	Facão para mato 20", material da lâmina aço carbono de alta qualidade, cabo de polipropileno	60	1	2
Mangueira	Mangueira PVC 1/2"para jardim, 30 metros	60	1	2
Picareta	Picareta ponta e pá estreita com cabo de madeira 90 cm	60	1	2
Esmerilhadeira	Esmerilhadeira Elétrica angular, Profissional 4.1 /2", 850W, 220V (referencia Boch ou similar)	60	1	2
Cortador de piso	Cortador de Piso Manual (Riscadeira) Porcelanato 100cm	60	1	2
Formões	Formões com cabo de madeira Jogo com 4 peças, Medidas: 3/8", 1/2", 3/4" e 1"	60	1	2
Jogo de limas	Jogo de Limas Cabo Plástico com 5 Peças (01 Lima triangular, 01 Lima plana, 01 Lima redonda, 01 Lima meia-cana e 01 Lima quadrada)	60	1	2

Machadinha	Machadinha 600g com cabo	60	1	2
Maleta	Maleta Soquetes Estriados e acessórios encaixe 1/2", 22 Peças, contendo 18 soquetes estriados 1/2", catraca reversível 1/2", cabo T10", extensão 5", extensão 10". Similar Tramontina ou similar.	60	1	2
Régua	Régua de alumínio 1m	60	1	2
Serrote	Serrote 22"	60	1	2

ELETRICISTA – FERRAMENTAS				
Material	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Escova	Escova de aço, manual 290mm	12	1	1
Jogo de bits	Jogo de bits para parafusadeira pontas diversas, com no mínimo 37 peças, com pelo menos as pontas aparafusadoras comprimento de 25 mm, PH 1/2/3, PZ 1 /2/3, SL 4,5/5,5/8,0, HEX 4/5/6, T 15/20 /25/30 e pontas aparafusadoras de 50 mm, PH 1/2/3, SL 4,5/5,5, T 15/20 /25, fabricadas em aço Cr-V ou superior.	12	1	1

Jogo de brocas	Jogo de Brocas de Aço Rápido dos tamanhos de 2 à 12mm (2, 4, 6, 8, 10 e 12mm)	12	1	1
Jogo de brocas	Jogo de Brocas para concreto (vídea) dos tamanhos de 4 à 12 mm	12	1	1
Jogo de brocas	Jogo de Brocas para concreto de encaixe rápido, SDS, dos tamanhos de 4 à 12 mm (6, 8, 10 e 12mm)	12	1	1
Lâmina	Lâmina para arco de serra	12	1	1
Lâmina	Lâmina para estilete profissional	12	5	1
Serra copo	Serra copo para madeira, 11pçs Tamanhos: 3/4" (19mm)01 - 7/8" (22mm)01 - 1.1/8" (29mm)01 - 1.1/4" (32mm)01 - 1.1/2" (38mm)01 - 1.3/4" (44mm)01 - 2" (51mm)01 - 2.1/2" (64mm)	12	5	1

OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL – FERRAMENTAS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento

Disco segmentado	Disco segmentado de corte de concreto para serra mármore 110mm	12	5	1
Disco de corte	Disco de corte de ferro para esmerilhadeira 4.1/2" x 1mm	12	10	1
Disco de corte	Disco de corte de madeira para serra circular 184mm, com 16 dentes	12	1	1
Disco de corte	Disco de corte de madeira para serra mármore 110mm, indicado para Rotação máxima (rpm): 13800 /min	12	4	1
Disco de desbaste	Disco de desbaste 115x22mm Tipo Flap Grão 80 e 120	12	1	1
Disco de desbaste	Disco de desbaste para metal 4.1/2" x 1 /4" x 7/8" (1pç)	12	3	1
Escova rotativa	Escova rotativa roçadeira	12	3	1
Escova de aço	Escova de aço, manual 290mm	12	3	1
Jogo de bits	Jogo de bits para parafusadeira pontas diversas, com no mínimo 37 peças, com pelo menos as pontas aparafusadoras comprimento de 25 mm, PH 1/2/3, PZ 1/2 /3, SL 4,5/5,5/8,0, HEX 4/5/6, T 15/20/25 /30 e pontas aparafusadoras de 50	12	3	1

	mm, PH 1/2/3, SL 4,5 /5,5, T 15/20/25, fabricadas em aço Cr-V ou superior.			
Jogo de brocas	Jogo de Brocas de Aço Rápido dos tamanhos de 2 à 12mm (2, 4, 6, 8, 10 e 12mm)	12	3	1
Jogo de brocas	Jogo de Brocas para concreto (vídea) dos tamanhos de 4 à 12 mm (4, 6, 8, 10 e 10mm)	12	3	1
Jogo de brocas	Jogo de Brocas para concreto de encaixe rápido, SDS, dos tamanhos de 4 à 12 mm (6, 8, 10 e 12mm)	12	3	1
Lâmina	Lâmina para arco de serra	12	10	1
Lâmina	Lâmina para estilete profissional (Kit com 10 peças)	12	1	1
Pincel	Pincel 1"	12	3	1
Pincel	Pincel 2"	12	3	1
Rolo de lã	Rolo de lã para pintura 09 cm com cabo	12	3	1
Rolo de lã	Rolo de lã para pintura 15 cm com cabo	12	3	1
Serra copo	Serra copo para concreto, Tamanho (25 mm), com haste	12	2	1

Serra copo	Serra copo para concreto, Tamanho (50 mm), com haste	12	2	1
Serra copo	Serra copo para madeira, 11pçs Tamanhos: 3/4" (19mm)01 - 7/8" (22mm)01 - 1.1/8" (29mm)01 - 1.1/4" (32mm)01 - 1.1/2" (38mm)01 - 1.3/4" (44mm)01 - 2" (51mm) 01 - 2.1/2" (64mm)	12	3	1

LOTE 3					
ALMOXARIFE - EPIs					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	un.	12	1	1
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	par	12	1	1

Avental	Avental PVC impermeável (Comprimento 120 cm e largura de 70)	un.	12	1	1
Jaleco	Jaleco manga longa	un.	12	1	1
Luva	Luva de borracha nitrílica proteção contra agentes químicos e umidade. (CAIXA COM 100	par	12	1	1
Respirador	Respirador - PFF2	un.	12	12	1
Luva	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada Algodão, Com CA válido	par	12	1	1
CARREGADOR - EPIs					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	un.	12	1	1
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa	par	12	1	1

	tensão (até 500 v) em ambiente seco.				
Protetor auricular	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	par	12	1	1
Cinta	Cinta Lombar Ergonômica Proteção Para Coluna, Com CA válido	un	12	1	1
Capacete	Capacete para construção civil (com carneira e jugular), Com CA válido	un	12	1	1
Protetor solar	Protetor solar fator 50 - 300ml	frasco	12	1	1
Chapéu	Chapéu australiano com proteção de pescoço	un.	12	1	1
Luva	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada Algodão, Com CA válido	par	12	1	1
Luva	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos. Comprimento do punho de 15cm. Com CA válido	par	12	1	1
Perneira	Perneira fechamento em Velcro	par	12	1	1
Avental	Avental PVC impermeável (Comprimento 120 cm e largura de 70)	un.	12	1	1

Cinto	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	un.	60	1	1
Talabarte	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	un.	60	1	1
Mosquetões	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	un.	60	5	1
Trava quedas	Trava quedas, Com CA válido	un.	60	1	1
Fitas de ancoragem	Fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	un.	60	1	1
Corda	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18, constituído em trançado triplo e alma central	un.	60	1	1
Blusão	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	un.	60	1	1
Bota	Bota PVC impermeável cano longo	par	60	1	1
ELETRICISTA - EPIs					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento

Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	par	12	1	1
Protetor auricular	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	par	12	1	1
Capacete	Capacete de Segurança para Trabalhadores com energia elétrica, com aba frontal, cor branca. tipo B (eletricidade). Com jugular. Com CA válido	un.	12	1	1
Protetor solar	Protetor solar fator 50 - frasco de 300ml	frasco	12	1	1
Chapéu	Chapéu australiano com proteção de pescoço	un.	12	1	1
Luva	Luva Isolante de Borracha, Tipo I, Classe 00, 500 V, tamanho 9,5. De acordo com as normas ABNT NBR 16295/14 E ABNT NBR 13393/95	par	12	1	1
Luva	Luva multitato emborrachada	par	12	1	1

Luva	Luva tricotada 3 fios pigmentada	par	12	1	1
Luva	Luva raspa punho soldador	par	12	1	1
Luva	Luva de Vaqueta para cobertura para Luva Isolante, Tamanho 9,5. Com cinta ajustável no punho	par	12	1	1
Cinto	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	un.	60	1	1
Talabarte	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	un.	60	1	1
Cinto	Cinto de posicionamento para eletricista	un.	60	1	1
Mosquetões	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	un.	60	5	1
Trava quedas	Trava quedas, Com CA válido	un.	60	1	1
Fitas de ancoragem	Fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	un.	60	4	1
Corda	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18, constituído em trançado triplo e alma central	un.	60	1	1

Blusão	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	un.	60	1	1
Bota	Bota PVC impermeável cano longo	par	60	1	1

OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL - EPIs					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	un.	12	1	1
Protetor auricular	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	par	12	1	1
Capacete	Capacete de Segurança para Trabalhadores com energia elétrica, com aba frontal, cor branca. tipo B (eletricidade). Com jugular. Com CA válido	un.	12	1	1
Protetor solar	Protetor solar fator 50 - frasco 300ml	frasco	12	1	1
Chapéu	Chapéu australiano com proteção de pescoço	un.	12	1	1
	Luva Isolante de Borracha, Tipo I, Classe 00, 500 V, tamanho 9,5. De				

Luva	acordo com as normas ABNT NBR 16295/14 E ABNT NBR 13393/95	par	60	1	1
Luva	Luva de Vaqueta para cobertura para Luva Isolante, Tamanho 9,5. Com cinta ajustável no punho	par	60	1	1
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	par	12	1	1
Luva	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada Algodão, Com CA válido	par	12	1	1
Capacete	Capacete para construção civil (com carneira e jugular), Com CA válido	un.	12	1	1
Luva	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos. Comprimento do punho de 15cm. Com CA válido	par	12	1	1

Cinto	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	un.	60	1	1
Talabarte	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	un.	60	1	1
Mosquetões	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	un.	60	5	1
Trava quedas	Trava quedas, Com CA válido	un.	60	1	1
Fitas de ancoragem	Fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	un.	60	4	1
Corda	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18, constituído em trançado triplo e alma central	un.	60	1	1
Máscara	Máscara de solda	un.	60	1	1
Respirador	Respirador - PFF2	un.	12	12	1
Óculos	Óculos de sol com proteção UV	un.	12	1	1
Avental	Avental de raspa	un.	60	1	1
Blusão	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	un.	60	1	1
Bota					

	Bota PVC impermeável cano longo	par	60	1	1
--	---------------------------------	-----	----	---	---

17. APÊNDICE IV - D

APÊNDICE IV - D - LISTA DE EQUIPAMENTOS E EPI'S - LOTE 4 CURITIBANOS

LOTE 4				
CARREGADOR – EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Carrinho para Transporte de Carga	Carrinho de transporte de Carga - capacidade 200 kg - duas rodas	60	1	2
Carrinho para Transporte de Carga	Carrinho de transporte de Carga - modelo plataforma - 400 kg	60	1	2
ELETRICISTA – EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Bomba submersível	Bomba submersível Elétrica tipo sapo 220V	60	1	1
Furadeira /Marlete	Furadeira Martelete /Rompedor profissional, encaixe SDS, velocidade variável e reversível, 800 Watts, 220V	60	1	1

Furadeira	Furadeira de impacto profissional, velocidade variável e reversível, 750 Watts, 220V, mandril de ½". (referencia BOSCH GSB 13 ou similar)	60	1	1
Marlete Perfurador	Martelete Perfurador /rompedor SD Plus 5KG SDS Plus, 220 V	60	1	1
Marlete Rompedor	Martelete rompedor /demolidor/perfurador 1200/1500V (10 kg)	60	1	1
Parafusadeira	Parafusadeira 3/8" à bateria 12 volts com 2 baterias e carregador (referência BOSCH GSb 120 li ou similar técnico)	60	1	1
Alicate	Alicate de pressão 10" mordente triangular	60	1	1
Alicate	Alicate Torquês Armador de 13 Pol	60	1	1
Alicate	Alicate Universal isolado 8", isolação 1000V	60	1	1
Alicate	Alicate rebitorador profissional com 4 pontas	60	1	1
Bolsa para ferramentas	Bolsa em lona para ferramentas	60	1	1
Jogo de chaves	Jogo de Chave de Fenda e Phillips Isoladas 1000V com 6 Peças: 3 Chaves de fenda simples NR 150 isolada NBR 9699: 1/8 x 4", 3/16 x 4" e 1/4 x 6" e 3 Chaves de ponta	60	1	1

	cruzadas NR 160 isolada NBR 9699: 1/8 x 2.3/8" PH0, 3/16 x 3" PH1 e 1/4 x 6" PH2, (referência GEDORE ou similar)			
Esquadro	Esquadro metálico profissional de 30 cm	60	1	1
Estilete	Estilete profissional	60	1	1
Jogo de Chaves	Jogo de chave Allen (1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 6, 8, 10MM)	60	1	1
Nível	Nível em alumínio trapezoidal 20", 3 bolhas: horizontal, vertical e transversal, base magnética	60	1	1
Trena	Trena 10 metros 25 mm com parada automática, corpo emborrachado	60	1	1
Wattímetro	Wattímetro digital medidor energia tomada 3 pinos, 220V 15A Tomada	60	1	1
Alicate	Alicate Amperímetro 400a-600v AC/DC + Bolsa, Classificação de segurança CAT IV 300 V, CAT III 600 V; (referência Fluke 325 ou similar)	60	1	1
Alicate	Alicate desencapador de Fios 8", corte de 0,2 a 6 mm (7 bitolas diferentes), automático, profissional	60	1	1
Alicate	Alicate Crimpar Prensa Terminal, Ilhós Tubular 0,25 Até 10mm²	60	1	1

Multímetro	Multímetro digital com detector de tensão sem Contato True-RMS. Classificação de segurança CAT III 600 V (referência Fluke 117 ou similar)	60	1	1
Parafusadeira / Furadeira	Parafusadeira / Furadeira/martelete 18V	60	1	1
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL – EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Betoneira	Betoneira com capacidade para 150 litros, 0,5 CV Monofásica 220 V	60	1	2
Bomba de graxa	Bomba de graxa, engraxadeira manual 400 gr - Graxeira	60	1	2
Carro de mão	Carro de mão caçamba metálica oval, , roda com pneu e câmara, mínimo 45L	60	1	2
Computador	Computador notebook, tela de 14"	60	1	2
Cortador de piso	Cortador de piso/azulejo	60	1	2
Escada	Escada extensível em alumínio 3 em 1 com 20 degraus, 5,07 metros	60	1	2
Escada	Escada de alumínio com 7 degraus	60	1	2

Esmerilhadeira	Esmerilhadeira Angular 7" com no mínimo 2200W, 220 V	60	1	2
Maçarico	Maçarico lança chamas curto	60	1	2
Máquina de solda	Máquina de solda inversora 130A c/ eletrodos	60	1	2
Plaina Elétrica	Plaina elétrica 700W com 2 lâminas E coletor de pó (referência BOSCH GHO-700 ou similar técnico)	60	1	2
Serra Circular	Serra Circular Elétrica 7 1/4", Profissional, 184mm 1500w, 220v c/ conjunto de discos (referência GSK 150 BOSCH ou similar técnico)	60	1	2
Serra copo	Serra copo c/ suporte e nove canecas 20mm a 90mm (metal e alvenaria)	60	1	2
Serra	Serra meia esquadria	60	1	2
Serra	Serra mármore profissional com jogo de discos e acessórios, potência mínima de 1500W, 220 V	60	1	2
Serra	Serra tico-tico	60	1	2
Ventosa	Ventosa dupla para transporte de vidros /espelhos/chapas 100kg	60	1	2

LOTE 4

EPI's – ALMOXARIFE					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	Par	12	1	1
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	Un.	12	1	1
Luva	Luva de borracha nitrílica proteção contra agentes químicos e umidade. (CAIXA COM 100)	Un.	12	1	1
Respirador		Un.	12	12	1
Luva		Par	12	1	1
EPI's – CARREGADORES					

EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Óculos	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	Un.	12	1	1
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	Par	12	1	1
Protetor auricular	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	Par	12	1	1
Cinta	Cinta Lombar Ergonômica Proteção Para Coluna, Com CA válido	Un.	12	1	1
Capacete	Capacete para construção civil (com carneira e jugular), Com CA válido	Un.	12	1	1
Protetor solar	Protetor solar fator 50	Frasco	12	1	1

Chapéu	Chapéu australiano com proteção de pescoço	Un.	12	1	1
Luva	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada Algodão, Com CA válido	Par	12	1	1
Luva	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos. Comprimento do punho de 15cm. Com CA válido	Par	12	1	1
Perneira	Perneira fechamento em Velcro	Par	12	1	1
Avental	Avental PVC impermeável (Comprimento 120 cm e largura de 70)	Un.	12	1	1
Cinto	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	Un.	60	1	1
Talabarte	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	Un.	60	1	1
Mosquetão	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	Un.	60	5	1
			60	1	1

Trava quedas	Trava quedas, Com CA válido	Un.			
Fitas de ancoragem	fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	Un.	60	1	1
Corda	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18, constituído em trançado triplo e alma central	Un.	60	1	1
Blusão	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	Un.	60	1	1
Bota	Bota PVC impermeável cano longo	Par.	60	1	1
EPI´s – ELETRICISTA					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Botina	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão	Par	12	1	1

	de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.				
Protetor auricular	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	Par	12	1	1
Capacete	Capacete de Segurança para Trabalhadores com energia elétrica, com aba frontal, cor branca. tipo B (eletricidade). Com jugular. Com CA válido	Un.	12	1	1
Protetor solar	Protetor solar fator 50	Frasco	12	1	1
Chapéu	Chapéu australiano com proteção de pescoço	Un.	12	1	1
Luva	Luva Isolante de Borracha, Tipo I, Classe 00, 500 V, tamanho 9,5. De acordo com as normas ABNT NBR 16295/14 E ABNT NBR 13393/95	Par	12	1	1
Luva	Luva multitato emborrachada	Par	12	1	1
Luva	Luva tricotada 3 fios pigmentada	Par	12	1	1

Luva	Luva raspa punho soldador	Par	12	1	1
Luva	Luva de Vaqueta para cobertura para Luva Isolante, Tamanho 9,5. Com cinta ajustável no punho	Par	12	1	1
Cinto	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	Un.	60	1	1
Talabarte	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	Un.	60	1	1
Cinto	Cinto de posicionamento para eletricista	Un.	60	1	1
Mosquetões	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	Un.	60	1	5
Trava quedas	Trava quedas, Com CA válido	Un.	60	1	1
Fitas de ancoragem	Fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	Un.	60	1	4
Corda	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18,	Un.	60	1	1

	constituído em trançado triplo e alma central				
Blusão	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	Un.	60	1	1
Bota	Bota PVC impermeável cano longo	Par	60	1	1
EPI´s – OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL					
EPI	Descrição	Unidade de medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
	Óculos anti embaçante, anti risco, contra impacto, com CA válido	Un.	12	1	1
	Protetor auricular tipo concha, Com CA válido	Par	12	1	1
	Capacete de Segurança para Trabalhadores com energia elétrica, com aba frontal, cor branca. tipo B (eletricidade). Com jugular. Com CA válido	Un.	12	1	1
	Protetor solar fator 50	Frasco	12	1	1
		Un.	12	1	1

	Chapéu australiano com proteção de pescoço				
	Luva Isolante de Borracha, Tipo I, Classe 00, 500 V, tamanho 9,5. De acordo com as normas ABNT NBR 16295/14 E ABNT NBR 13393/95	Par	60	1	1
	Luva de Vaqueta para cobertura para Luva Isolante, Tamanho 9,5. Com cinta ajustável no punho	Par	60	1	1
	Botina de segurança com cartom elástico e bico/biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	Par	12	1	1
	Luva Tricotada Pigmentada Emborrachada Segurança Antiderrapante Reforçada	Par	12	1	1

	Algodão, Com CA válido				
	Capacete para construção civil (com carneira e jugular), Com CA válido	Un.	12	1	1
	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos. Comprimento do punho de 15cm. Com CA válido	Par	12	1	1
	Cinto de segurança tipo paraquedista (com 5 pontos), Com CA válido	Un.	60	1	1
	Talabarte em Y com absorvedor de energia, Com CA válido	Un.	60	1	1
	Mosquetões para ancoragem, Com CA válido	Un.	60	5	1
	Trava quedas, Com CA válido	Un.	60	1	1
	Fitas de ancoragem, 200 cm, 22kN, Com CA válido	Un.	60	4	1
	Corda estática de segurança - material: poliamida com 12mm de diâmetro e 100m de comprimento. Atende nr 18, constituído em	Un.	60	1	1

	trançado triplo e alma central.				
	Máscara de solda	Un.	60	1	1
	Respirador - PFF2	Un.	12	1	1
	Óculos com proteção UV	Un.	12	12	1
	Avental de raspa	Un.	60	1	1
	Blusão capa de chuva PVC, forrado com capuz	Un.	60	1	1
	Bota PVC impermeável cano longo	Par	60	1	1

18. APÊNDICE IV - E

APÊNDICE IV - E - LISTA DE EQUIPAMENTOS E EPI'S - LOTE 5 JOINVILLE

LOTE 5 - JOINVILLE				
CARREGADOR - EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Carrinho para Transporte de Carga	Carrinho de transporte de Carga - capacidade 200 kg -	60	3	3

	duas rodas			
Carrinho para Transporte de Carga	Carrinho de transporte de Carga - modelo plataforma - 400 kg	60	2	3

OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL - EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Escada	Escada de fibra de vidro 20 degraus 3,6 x 6,0 metros, extensível	60	1	1
Escada	Escada de alumínio com no mínimo oito degraus	60	1	1
Caixa de ferramentas	Caixa de ferramenta profissional com 65 peças	60	1	1
Furadeira	Furadeira Martetele /Rompedor 220V, encaixe SDS, velocidade variável e reversível 620 watts ou mais, com maleta	60	1	1
Parafusadeira	Parafusadeira 3 /80" à bateria 12	60	1	1

	volts com 2 baterias, BOSCH GSR 12-2 ou similar			
Esmerilhadora	Esmerilhadora 4 ½ angular, 220v com	60	1	1

	disco de corte de ferro			
Serra circular	Serra circular 7 ¼ com kit de discos – Potência mínima 1.400 watts	60	1	1
Lavadora de alta pressão	Lavadora de alta pressão 220V	60	1	1
Escada com altura mínima 1,6 metros	Escada com altura mínima 1,6 metros (Duas (2) escadas dobráveis, autossustentável, altura mínima 1,6 metros, capacidade mínima de 120kg, em alumínio, com trava	60	1	1
Escada com altura mínima 2,5 metros	Escada com altura mínima 2,5 metros (Uma (1) escada dobrável, autossustentável, altura mínima 2,5 metros (aberta), capacidade mínima 120kg, em alumínio, com trava	60	2	1
		60	1	1

Carro de mão tipo caçamba	Carro de mão tipo caçamba, tipo da caçamba dobrada, roda com pneu e câmara, capacidade 60 litros			
---------------------------	--	--	--	--

ELETRICISTA PREDIAL - EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Descrição	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Alicate	Alicate Amperímetro 400a-600v AC /DC + Bolsa, Classificação	60	1	1
	de segurança CAT IV 300 V, CAT III 600 V; (referência Fluke 324 ou similar técnico)			
Caneta detector de tensão	Caneta detector de tensão e corrente elétrica, teste Sonoro, CAT IV 1000V, norma IEC 1010, Grau de proteção: IP54	60	1	1
Alicate Universal	Alicate Universal	60	1	1

	isolado 8", isolação 1000V (referencia tramontina PRO)			
Bolsa de Cinto para Ferramentas	Bolsa de Cinto para Ferramentas 7 Bolsos em Lona (referência MTX-902419 ou similiar técnico)	60	1	1
Bolsa de ferramentas lona	B o l s a de ferramentas lona, alças laterais e de ombro, mínimo 2 0 compartimentos	60	1	1
Estilete	Estilete linha profissional	60	1	1
Passa fio	Passa fio helicoidal de 20m, com alma de aço	60	1	1
Alicate desencapador	Alicate desencapador de Fios 8", corte de 0,2 a 6 mm (7 bitolas diferentes), automático, profissional	60	1	1
Trena	Trena 10 metros 25 mm com parada automática, c o r p o emborrachado	60	1	1

	Martelo tipo unha	60	1	1
	27 mm com cabo			
Jogo de Chave de Fenda e Phillips	<p>Jogo de Chave de Fenda e Phillips Isoladas 1000V com</p> <p>6 Peças: 3 Chaves de fenda simples NR</p> <p>150 isolada NBR 9699: 1/8 x 4", 3/16 x 4" e 1/4 x 6" e 3 Chaves de ponta cruzadas NR 160 isolada NBR 9699: 1/8 x 2.3/8" PH0,</p> <p>3/16 x 3" PH1 e 1/4 x 6" PH2,</p> <p>(referência GEDORE ou similar)</p>	60	1	1
Alicate de pressão	<p>Alicate de pressão 10" mordente triangular</p> <p>Aço cromo vanádio</p>	60	1	1
Chave ajustável para porcas	Chave ajustável para porcas, 12"	60	1	1
Escada Fibra Vidro	<p>Escada Fibra Vidro Altura: 1,80 M,</p> <p>Quantidade Degraus: 6 UN,</p>	60	1	1

	Características Adicionais: Tipo Tesoura, Duplo Acesso, Pés Antiderrapantes			
Furadeira de impacto profissional	Furadeira de impacto profissional, velocidade variável e reversível, 750 Watts, 220V. (referencia BOSCH GSB 13 ou similar)	60	1	1
Furadeira Martetele	Furadeira Martetele /Romped or profissional, encaixe SDS, velocidade variável e reversível, 800 Watts	60	1	1

	aproximadamente, 220V			
Jogo chaves hexagonais Allen	Jogo chaves hexagonais Allen L hexagonais (allen) longas de 1,5mm à 10mm; Aço cromo vanádio	60	1	1
Parafusadeira	Parafusadeira 3 /8” à bateria 12 volts com 2 baterias e carregador (referência BOSCH GSb 120	60	1	1

	li ou similar técnico)			
--	------------------------	--	--	--

LOTE 5 - JOINVILLE					
CARREGADOR - EPI'S					
EPI	Descrição	Unidade de Medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Óculos de Segurança	Óculos de Segurança em policarbonato, lente incolor, com CA.	Unidade	12	1	3
Cinto de segurança	Cinto de segurança tipo paraquedista /ab dominal, confeccionado em fita de poliéster e com 5 pontos	Unidade	12	1	3
Capacete	Capacete com regulagem e jugular, com CA.	Unidade	12	1	3
Protetor auricular	Protetor auricular tipo plug e /ou concha, com CA.	Par	12	1	3

Máscara de	Máscara de	Unidade	12	1	3
------------	------------	---------	----	---	---

proteção facial	proteção facial tipo viseira de acrílico ou policarbonato. Material do suporte /testeira: Plástico. Cor: Incolor /Transparente. Com ajuste simples e tira absorvente para suor, com CA.				
Máscara de proteção facial	Máscara (poeira) PFF1, com CA.	Unidade	12	1	3
Luva proteção de raspa de couro	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos, ambidestra, reforço em couro, com CA.	Par	12	1	3
Luva Tricotada em algodão	pigmentada com pontos em PVC. Luva de boa resistência contra agentes mecânicos e abrasivos, totalmente sem costuras.	Par	12	1	3

	Confortável com uma boa destreza e sensibilidade para uma boa proteção a mão do trabalhador, com CA.				
Trava queda	Trava queda para trabalho em altura em aço inoxidável.	Unidade	12	1	3
Corda de segurança	Corda de segurança 30m de poliamida com 12mm de diâmetro.	Unidade	12	1	3

	Atende NR 18.				
Talabarte	Talabarte duplo em "V"com absorvedor de energia	Unidade	12	1	3
Fita de ancoragem	Fita de ancoragem para trabalho em altura com 100 cm de comprimento e resistência mínima de 22KN.	Unidade	12	1	3
Avental		Unidade	12	1	3

	Avental em raspa de couro com tiras de amarrar, com CA.				
Bota de segurança	Bota de segurança cano longo tipo impermeável, confeccionada em PVC ou em borracha vulcanizada, na cor preta, solado antiderrapante, com CA válido.	Par	12	1	3
Luvras	Luvras de proteção contra agentes químicos e umidade.	Par	12	1	3

OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL - EPI'S					
EPI	Descrição	Unidade de Medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Óculos de Segurança	Óculos de Segurança em	Unidade	12	1	1

	policarbonato, lente incolor,				
--	-------------------------------------	--	--	--	--

	com CA.				
Cinto de segurança	Cinto de segurança tipo paraquedista /ab dominal, confeccionado em fita de poliéster e com 5 pontos	Unidade	12	1	1
Capacete	Capacete com regulagem e jugular, com CA.	Unidade	12	1	1
Protetor auricular	Protetor auricular tipo plug e /ou concha, com CA.	Par	12	1	1
Máscara de proteção facial	Máscara de proteção facial tipo viseira de acrílico ou policarbonato. Material do suporte /testeira: Plástico. Cor: Incolor /Transparente. Com ajuste simples e tira	Unidade	12	1	1

	absorvente para suor, com CA.				
Máscara de proteção facial	Máscara (poeira) PFF1, com CA.	Unidade	12	1	1
Luva proteção de raspa de couro	Luva proteção de raspa de couro, adulto, 5 dedos, ambidestra, reforço em couro, com CA.	Par	12	1	1
Luva Tricotada em algodão	pigmentada com pontos em PVC. Luva de boa resistência contra agentes mecânicos e abrasivos,	Par	12	1	1

	totalmente sem costuras. Confortável com uma boa destreza e sensibilidade para uma boa proteção a mão do trabalhador, com CA.				
Trava queda	Trava queda para trabalho em altura em aço inoxidável.	Unidade	12	1	1

Corda de segurança	Corda de segurança 30m de poliamida com 12mm de diâmetro. Atende NR 18.	Unidade	12	1	1
Talabarte	Talabarte duplo em "V"com absorvedor de energia	Unidade	12	1	1
Fita de ancoragem	Fita de ancoragem para trabalho em altura com 100 cm de comprimento e resistência mínima de 22KN.	Unidade	12	1	1
Avental	Avental em raspa de couro com tiras de amarrar, com CA.	Unidade	12	1	1
Bota de segurança	Bota de segurança cano longo tipo impermeável, confeccionada em PVC ou em borracha vulcanizada, na cor preta, solado antiderrapante,	Par	12	1	1

--	--	--	--	--	--

	com CA válido.				
Luvras	Luvras de proteção contra agentes químicos e umidade.	Par	12	1	1

ELETRICISTA PREDIAL - EPI'S					
EPI	Descrição	Unidade de Medida	Tempo de depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Bota botina	Bota botina de segurança com cartom elástico e bico /biqueira de composite, proteção mecânica contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kn, aprovado para trabalhos com baixa tensão (até 500 v) em ambiente seco.	Par	12	1	1

Capacete	Capacete de segurança para trabalhadores com energia elétrica com carteira e jugular classe com CA válido	Unidade	12	1	1
Cinturão	Cinturão De Segurança Tipo Paraquedista Abdominal (5 Pontos)	Unidade	60	1	1
Corda De Segurança	Corda De Segurança Fibra Em Poliamida 12 Mm X 100 Metros	Unidade	60	1	1

Fitas De Ancoragem	Fitas De Ancoragem 200 Cm, 22kn	Unidade	60	2	1
Luva	Luva De Borracha Nitrilica Proteção Contra Agentes Químicos E Umidade. (Caixa Com 100)	Par	12	1	1
Luva	Luva De Raspa Com Punho Para Soldador	Par	12	1	1

Luva	Luva De Vaqueta Para Cobertura De Luva Isolante, Com Cinta Ajustável No Punho.	Par	60	1	1
Luva	Luva Isolante De Borracha, Tipo I, Classe 00, 500 V, Tamanho 9,5. De Acordo Com Normas ABNT NBR 16295 /14 e ABNT NBR 13393/95. Luva De Segurança Para Trabalho Com Eletricidade	Par	60	1	1
Luva	Luva Multitato Emborrachada	Par	12	3	1
Luva	Luva Tricotada 3 Fios Pigmentada	Par	12	2	1
Máscara	Máscara Respiratória Dobrável Com Válvula Pff2	Unidade	12	12	1
Máscara	Máscara De Gás Poeira Com Filtro, Para Poeira /Produtos Químicos	Unidade	12	1	1
Mosquetão	Mosquetão Para Ancoragem	Unidade	60	1	1
Óculos	Óculos Para	Unidade	12	1	1

--	--	--	--	--	--

	Proteção Dos Olhos Contra Impactos De Partículas				
Óculos	Óculos Para Proteção Dos Olhos Contra Raios Uva E Uvb	Unidade	12	1	1
Protetor Auricular	Protetor Auricular Tipo Concha	Par	12	1	1
Talabarte	Talabarte Duplo Em Y Com Abs Gancho Com Abertura De 55 Mm	Unidade	60	1	1
Trava Quedas	Trava Quedas Para Uso Em Corda 12 Mm	Unidade	60	1	1

19. APÊNDICE V - A

APÊNDICE V - A - LISTA DE MATERIAIS - LOTE 2 ARARANGUÁ

TABELA DE CONSUMO ANUAL DE MATERIAIS CAMPUS ARARANGUÁ
(EXEMPLIFICATIVA E ESTIMATIVA)
MÊS DE REFERENCIA 03/2026

Código ITEM SINAPI		UNQ	TD	DESINAPI DESONERADA 03/2026 S/BDI*	BDI ADOTADO = R\$ 0,14	VALOR UNITÁRIO TOTAL SINAPI ANUAL DESONERADA S/ BDI* 03/2026 C /BDI**	VALOR UNITÁRIO TOTAL SINAPI ANUAL **
130	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG	15	R\$ 3,22		R\$ 48,30	R\$ 3,67
43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	3	R\$ 25,00		R\$ 75,00	R\$ 28,51
34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	20	R\$ 1,35		R\$ 27,00	R\$ 1,54
5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	5	R\$ 15,92		R\$ 79,60	R\$ 18,15
11161	CAL HIDRATADA PARA PINTURA	KG	50	R\$ 1,60		R\$ 80,00	R\$ 1,82
34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	50	R\$ 4,28		R\$ 214,00	R\$ 4,88
36886	ARGAMASSA PRONTA PARA CONTRAPISO KG	KG	30	R\$ 0,75		R\$ 22,50	R\$ 0,86
37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	20	R\$ 2,24		R\$ 44,80	R\$ 2,55
151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR,BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	72	R\$ 21,92		R\$ 1.578,24	R\$ 24,99

5318	DILUENTE AGUARRAS	L 5	R\$ 23,80	R\$ 119,00	R\$ 27,14	R\$ 135,68
6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L 72	R\$ 7,90	R\$ 568,80	R\$ 9,01	R\$ 648,55
7311	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L 18	R\$ 43,75	R\$ 787,50	R\$ 49,88	R\$ 897,91
7307	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L 18	R\$ 45,69	R\$ 822,42	R\$ 52,10	R\$ 937,72
7343	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L 10,8	R\$ 24,31	R\$ 262,55	R\$ 27,72	R\$ 299,36
7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L 18	R\$ 19,11	R\$ 343,98	R\$ 21,79	R\$ 392,21
7158	TELA DE ARAME GALVANIZADA QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 2,77 MM (12 BWG), MALHA 5 X 5 CM, H = 2 M	M230	R\$ 34,64	R\$ 1.039,20	R\$ 39,50	R\$ 1.184,90
38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN20	R\$ 29,00	R\$ 580,00	R\$ 33,07	R\$ 661,32
1113	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	M 30	R\$ 26,96	R\$ 808,80	R\$ 30,74	R\$ 922,19
6212	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M 30	R\$ 12,00	R\$ 360,00	R\$ 13,68	R\$ 410,47
9835	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTOPREDIAL (NBR 5688)	M 24	R\$ 6,55	R\$ 157,20	R\$ 7,47	R\$ 179,24
9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M 24	R\$ 14,19	R\$ 340,56	R\$ 16,18	R\$ 388,31
9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M 30	R\$ 10,81	R\$ 324,30	R\$ 12,33	R\$ 369,77
9867	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR - 5648)	M 36	R\$ 3,61	R\$ 129,96	R\$ 4,12	R\$ 148,18
9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR - 5648)	M 36	R\$ 4,07	R\$ 146,52	R\$ 4,64	R\$ 167,06
9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR - 5648)	M 12	R\$ 8,78	R\$ 105,36	R\$ 10,01	R\$ 120,13
37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M 50	R\$ 2,35	R\$ 117,50	R\$ 2,68	R\$ 133,97
3777	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2200	R\$ 1,95	R\$ 390,00	R\$ 2,22	R\$ 444,68
2747	MOURAO ROLICO DE MADEIRA TRATADA, D = 16 A 20 CM, H = 2,20 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO (PARA CERCA)	M 25	R\$ 32,87	R\$ 821,75	R\$ 37,48	R\$ 936,96
10490	VIDRO LISO INCOLOR 2 A 3 MM - SEM COLOCACAO	M225	R\$ 100,62	R\$ 2.515,50	R\$ 114,73	R\$ 2.868,17
10492	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	M235	R\$ 115,00	R\$ 4.025,00	R\$ 131,12	R\$ 4.589,31
34386	VIDRO LISO INCOLOR 10 MM - SEM COLOCACAO	M210	R\$ 287,50	R\$ 2.875,00	R\$ 327,81	R\$ 3.278,08
1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COR LISA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M235	R\$ 28,67	R\$ 1.003,45	R\$ 32,69	R\$ 1.144,13
370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M320	R\$ 160,00	R\$ 3.200,00	R\$ 182,43	R\$ 3.648,64
4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA /FORNECEDOR, SEM FRETE	M330	R\$ 111,91	R\$ 3.357,30	R\$ 127,60	R\$ 3.827,99
119	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	UN5	R\$ 10,53	R\$ 52,65	R\$ 12,01	R\$ 60,03
377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN75	R\$ 44,64	R\$ 3.348,00	R\$ 50,90	R\$ 3.817,39
736	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 2,96HP, DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1 1/2" X 1 1/4", DIAMETRO DO ROTOR 148 MM, HM/Q: 34 M / 14,80 M3/H A 40 M / 8,60 M3/H	UN1	R\$ 1.717,50	R\$ 1.717,50	R\$ 1.958,29	R\$ 1.958,29
1185	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN5	R\$ 1,22	R\$ 6,10	R\$ 1,39	R\$ 6,96
1189	CAP PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN4	R\$ 2,00	R\$ 8,00	R\$ 2,28	R\$ 9,12
3148	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN4	R\$ 16,18	R\$ 64,72	R\$ 18,45	R\$ 73,79
3515	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN5	R\$ 6,38	R\$ 31,90	R\$ 7,27	R\$ 36,37
3524	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN5	R\$ 7,90	R\$ 39,50	R\$ 9,01	R\$ 45,04
	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR					

3767	VERMELHA)	UN15	R\$ 1,30	R\$ 19,50R\$ 1,48	R\$ 22,23
3854	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN10	R\$ 10,39	R\$ 103,90 R\$ 11,85	R\$ 118,47
3873	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN10	R\$ 12,09	R\$ 120,90 R\$ 13,79	R\$ 137,85
3861	LUVA PVC SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN15	R\$ 0,75	R\$ 11,25R\$ 0,86	R\$ 12,83
3903	LUVA PVC SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN15	R\$ 1,96	R\$ 29,40R\$ 2,23	R\$ 33,52
3862	LUVA PVC SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN3	R\$ 4,17	R\$ 12,51R\$ 4,75	R\$ 14,26
3863	LUVA PVC SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN3	R\$ 4,27	R\$ 12,81R\$ 4,87	R\$ 14,61
4061	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO,COMP 80 CM, *45 X 12/18* CM (H X L1/L2)	UN20	R\$ 39,22	R\$ 784,40 R\$ 44,72	R\$ 894,37
6016	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 "	UN3	R\$ 35,43	R\$ 106,29 R\$ 40,40	R\$ 121,19
6142	CONJUNTO DE LIGACAO AJUSTAVEL, PARA VASO / BACIA SANITARIA, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPUDE	UN5	R\$ 8,89	R\$ 44,45R\$ 10,14	R\$ 50,68
44945	SIFAO / TUBO SINFONADO EXTENSIVEL/SANFONADO, UNIVERSAL/ SIMPLES, ENTRE *50 A 70* CM, DE PLASTICO BRANCO	UN20	R\$ 8,75	R\$ 175,00 R\$ 9,98	R\$ 199,54
6153	VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA TANQUE OU LAVATORIO 1 ", SEM UNHO E SEM LADRAO	UN10	R\$ 5,14	R\$ 51,40R\$ 5,86	R\$ 58,61
7138	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN10	R\$ 1,04	R\$ 10,40R\$ 1,19	R\$ 11,86
7139	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN10	R\$ 1,18	R\$ 11,80R\$ 1,35	R\$ 13,45
7140	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN3	R\$ 3,70	R\$ 11,10R\$ 4,22	R\$ 12,66
7602	TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, COM BICO PLASTICO, CANO CURTO, AREA EXTERNA, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1128)	UN2	R\$ 63,75	R\$ 127,50 R\$ 72,69	R\$ 145,38
10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN2	R\$ 263,00	R\$ 526,00 R\$ 299,87	R\$ 599,75
10420	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO)	UN1	R\$ 208,00	R\$ 208,00 R\$ 237,16	R\$ 237,16
10432	MICTORIO INDICUDUAL, SIFONADO, LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS	UN1	R\$ 362,14	R\$ 362,14 R\$ 412,91	R\$ 412,91
11469	FECHADURA DE EMBUTIR PARA GAVETA E MOVEIS DE MADEIRA, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM ABAS LATERAIS, CILINDRO COM 22 MM DE DIAMETRO, INCLUINDO CHAVE COM PERFIL METALICO E CAPA ESCAMOTEAVEL	UN25	R\$ 15,44	R\$ 386,00 R\$ 17,60	R\$ 440,12
38151	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ 20	R\$ 101,68	R\$ 2.033,60 R\$ 115,94	R\$ 2.318,71
11673	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 20 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN3	R\$ 20,33	R\$ 60,99R\$ 23,18	R\$ 69,54
11674	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN3	R\$ 26,17	R\$ 78,51R\$ 29,84	R\$ 89,52
11675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN1	R\$ 41,56	R\$ 41,56R\$ 47,39	R\$ 47,39
11758	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML	UN25	R\$ 59,00	R\$ 1.475,00 R\$ 67,27	R\$ 1.681,80
11773	TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2" OU 3/4"	UN4	R\$ 173,01	R\$ 692,04 R\$ 197,27	R\$ 789,06
36796	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO	UN3	R\$ 205,17	R\$ 615,51 R\$ 233,93	R\$ 701,80
35692	FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	L 360	R\$ 18,65	R\$ 6.714,00 R\$ 21,26	R\$ 7.655,30
11964	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	UN5	R\$ 2,89	R\$ 14,45R\$ 3,30	R\$ 16,48
	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3 /8", COMPRIMENTO 75 MM			R\$	

12815	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN20	R\$ 13,94	278,80	R\$ 15,89	R\$ 317,89
13244	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RIGIDO COM FAIXA REFLETIVA, H = 70 / 76 CM	UN3	R\$ 50,18	R\$ 150,54	R\$ 57,22	R\$ 171,65
20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIAMETRO MINIMO 300 MM,	UN5	R\$ 16,02	R\$ 80,10	R\$ 18,27	R\$ 91,33
35277	DIAMETRO DE SAIDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA E CESTO	UN1	R\$ 393,66	R\$ 393,66	R\$ 448,85	R\$ 448,85
36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD, SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN1	R\$ 654,37	R\$ 654,37	R\$ 746,11	R\$ 746,11
37401	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	UN15	R\$ 61,42	R\$ 921,30	R\$ 70,03	R\$ 1.050,47
3992	TABUA APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M 30	R\$ 74,25	R\$ 2.227,50	R\$ 84,66	R\$ 2.539,80
39128	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	UN50	R\$ 1,11	R\$ 55,50	R\$ 1,27	R\$ 63,28
39129	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXACAO	UN50	R\$ 1,19	R\$ 59,50	R\$ 1,36	R\$ 67,84
39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN20	R\$ 17,90	R\$ 358,00	R\$ 20,41	R\$ 408,19
43651	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	KG18	R\$ 6,91	R\$ 124,38	R\$ 7,88	R\$ 141,82
1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG200	R\$ 0,86	R\$ 172,00	R\$ 0,98	R\$ 196,11
7258	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM DE *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN200	R\$ 0,74	R\$ 148,00	R\$ 0,84	R\$ 168,75
2418	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN30	R\$ 18,00	R\$ 540,00	R\$ 20,52	R\$ 615,71
3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ 20	R\$ 78,23	R\$ 1.564,60	R\$ 89,20	R\$ 1.783,96
4981	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN10	R\$ 197,30	R\$ 1.973,00	R\$ 224,96	R\$ 2.249,61
44073	TARUGO DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE EM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA M 0,78 DENSIDADE 10 MM, CINZA	M 100	R\$ 0,83	R\$ 83,00	R\$ 0,95	R\$ 94,64
4356	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM	UN150	R\$ 0,31	R\$ 46,50	R\$ 0,35	R\$ 53,02
7588	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN1	R\$ 53,22	R\$ 53,22	R\$ 60,68	R\$ 60,68
980	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	M 100	R\$ 11,98	R\$ 1.198,00	R\$ 13,66	R\$ 1.365,96
979	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2	M 100	R\$ 17,11	R\$ 1.711,00	R\$ 19,51	R\$ 1.950,88
1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M 220	R\$ 2,63	R\$ 578,60	R\$ 3,00	R\$ 659,72
981	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M 120	R\$ 4,36	R\$ 523,20	R\$ 4,97	R\$ 596,55
982	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M 100	R\$ 6,27	R\$ 627,00	R\$ 7,15	R\$ 714,91
34621	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M 75	R\$ 16,39	R\$ 1.229,25	R\$ 18,69	R\$ 1.401,59
34622	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M 75	R\$ 24,36	R\$ 1.827,00	R\$ 27,78	R\$ 2.083,15
39258	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-	M 150	R\$ 9,98	R\$	R\$ 11,38	R\$

	B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2			1.497,00		1.706,88
34643	CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM (INCLUIDA TAMPA SEM ESCOTILHA)	UN5	R\$ 45,34	R\$ 226,70	R\$ 51,70	R\$ 258,48
1872	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN30	R\$ 1,96	R\$ 58,80	R\$ 2,23	R\$ 67,04
2391	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 125 A / 425 V / ICC - 25 KA	UN1	R\$ 323,87	R\$ 323,87	R\$ 369,28	R\$ 369,28
2374	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 150 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	UN1	R\$ 367,43	R\$ 367,43	R\$ 418,94	R\$ 418,94
2377	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 200 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	UN1	R\$ 515,64	R\$ 515,64	R\$ 587,93	R\$ 587,93
2393	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 250 A / 600 V, TIPO FXD	UN1	R\$ 863,51	R\$ 863,51	R\$ 984,57	R\$ 984,57
34705	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 250 A/ICC - 25 KA	UN1	R\$ 755,27	R\$ 755,27	R\$ 861,16	R\$ 861,16
34707	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 350 A/ICC - 25 KA	UN1	R\$ 1.399,52	R\$ 1.399,52	R\$ 1.595,73	R\$ 1.595,73
34544	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 400 A / ICC - 25 KA	UN1	R\$ 1.399,38	R\$ 1.399,38	R\$ 1.595,57	R\$ 1.595,57
39474	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 385 V, CORRENTE MAXIMA DE 30KA (TIPO AC)	UN4	R\$ 116,46	R\$ 465,84	R\$ 132,79	R\$ 531,15
39475	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 385 V CORRENTE MAXIMA DE 45 KA (TIPO AC)	UN4	R\$ 132,14	R\$ 528,56	R\$ 150,67	R\$ 602,66
39445	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC	UN5	R\$ 130,18	R\$ 650,90	R\$ 148,43	R\$ 742,16
39446	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 40 A, TIPO AC	UN5	R\$ 132,50	R\$ 662,50	R\$ 151,08	R\$ 755,38
39447	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	UN5	R\$ 141,69	R\$ 708,45	R\$ 161,55	R\$ 807,77
39455	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC	UN5	R\$ 148,32	R\$ 741,60	R\$ 169,11	R\$ 845,57
39456	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 40 A, TIPO AC	UN5	R\$ 148,43	R\$ 742,15	R\$ 169,24	R\$ 846,20
39457	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	UN5	R\$ 161,81	R\$ 809,05	R\$ 184,50	R\$ 922,48
40400	ELETRODUTO FLEXIVEL PLANO EM PEAD, COR PRETA E LARANJA, DIAMETRO 25 MM	M 70	R\$ 1,41	R\$ 98,70	R\$ 1,61	R\$ 112,54
40401	ELETRODUTO FLEXIVEL PLANO EM PEAD, COR PRETA E LARANJA, DIAMETRO 32 MM	M 80	R\$ 2,08	R\$ 166,40	R\$ 2,37	R\$ 189,73
40402	ELETRODUTO FLEXIVEL PLANO EM PEAD, COR PRETA E LARANJA, DIAMETRO 40 MM	M 70	R\$ 2,67	R\$ 186,90	R\$ 3,04	R\$ 213,10
2501	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 32 MM, DN = 1", TIPO SEALTUBO	M 50	R\$ 23,92	R\$ 1.196,00	R\$ 27,27	R\$ 1.363,68
2500	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO DIAMETRO EXTERNO DE 60 MM, DN = 2", TIPO SEALTUBO	M 30	R\$ 61,88	R\$ 1.856,40	R\$ 70,56	R\$ 2.116,67
39244	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 25 MM, PARA LAJES E PISOS	M 60	R\$ 3,99	R\$ 239,40	R\$ 4,55	R\$ 272,96
39245	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 32 MM, PARA LAJES E PISOS	M 60	R\$ 7,68	R\$ 460,80	R\$ 8,76	R\$ 525,40
39255	ELETRODUTO/CONDULETE DE PVC RIGIDO, LISO, COR CINZA, DE 1", PARA INSTALACOES APARENTES (NBR 5410)	M 70	R\$ 21,26	R\$ 1.488,20	R\$ 24,24	R\$ 1.696,85
39253	ELETRODUTO/CONDULETE DE PVC RIGIDO, LISO, COR CINZA, DE 3/4", PARA INSTALACOES APARENTES (NBR 5410)	M 70	R\$ 14,64	R\$ 1.024,80	R\$ 16,69	R\$ 1.168,48
38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN30	R\$ 2,74	R\$ 82,20	R\$ 3,12	R\$ 93,72
38095	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN30	R\$ 5,81	R\$ 174,30	R\$ 6,62	R\$ 198,74
38092	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN30	R\$ 2,60	R\$ 78,00	R\$ 2,96	R\$ 88,94
38093	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN20	R\$ 2,69	R\$ 53,80	R\$ 3,07	R\$ 61,34
38096	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN20	R\$ 6,24	R\$ 124,80	R\$ 7,11	R\$ 142,30

38094	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN20	R\$ 3,29	R\$ 65,80R\$ 3,75	R\$ 75,03
3380	HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN5	R\$ 62,81	R\$ 314,05 R\$ 71,62	R\$ 358,08
39387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN200	R\$ 10,54	R\$ 2.108,00 R\$ 12,02	R\$ 2.403,54
39386	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN200	R\$ 7,35	R\$ 1.470,00 R\$ 8,38	R\$ 1.676,09
38194	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN25	R\$ 5,50	R\$ 137,50 R\$ 6,27	R\$ 156,78
38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN10	R\$ 13,81	R\$ 138,10 R\$ 15,75	R\$ 157,46
42247	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 138 W ATE 180 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN5	R\$ 471,62	R\$ 2.358,10 R\$ 537,74	R\$ 2.688,71
42248	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 181 W ATE 239 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN5	R\$ 547,82	R\$ 2.739,10 R\$ 624,62	R\$ 3.123,12
42249	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 240 W ATE 350 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN3	R\$ 907,54	R\$ 2.722,62 R\$ 1.034,78	R\$ 3.104,33
7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN40	R\$ 10,40	R\$ 416,00 R\$ 11,86	R\$ 474,32
12147	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN40	R\$ 15,86	R\$ 634,40 R\$ 18,08	R\$ 723,34
38062	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN35	R\$ 7,98	R\$ 279,30 R\$ 9,10	R\$ 318,46
12128	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN35	R\$ 10,67	R\$ 373,45 R\$ 12,17	R\$ 425,81
12129	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + 2 MODULOS)	UN35	R\$ 14,10	R\$ 493,50 R\$ 16,08	R\$ 562,69
* Valor da tabela SINAPI - Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil. SINAPI desonerada. Referência: 03/2026				Total anual c/ BDI	R\$ 113.170,18
**BDI DIFERENCIADO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS				Total mensal	R\$ 9.430,85

20. APÊNDICE V - B

APÊNDICE V - B - LISTA DE MATERIAIS - LOTE 4 CURITIBANOS

TABELA DE MATERIAIS - CAMPUS DE CURITIBANOS - SINAPI 03/2026							
(EXEMPLIFICATIVA E ESTIMATIVA)							
CÓDIGO SINAPI	MATERIAL	UN	QTDE	PREÇO UN.	PREÇO COM BDI 14,02%	PREÇO	TOTAL
39129	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXACAO	UN	35	R\$ 1,19	R\$ 0,17	R\$ 1,36	R\$ 47,49
39128	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3 /4" E CUNHA DE FIXACAO	UN	50	R\$ 1,11	R\$ 0,16	R\$ 1,27	R\$ 63,28

4791	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG	8	R\$ 34,03	R\$ 4,77	R\$ 38,80	R\$ 310,41
20080	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	15	R\$ 26,44	R\$ 3,71	R\$ 30,15	R\$ 452,20
6138	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN	10	R\$ 11,99	R\$ 1,68	R\$ 13,67	R\$ 136,71
344	ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M)	KG	5	R\$ 32,86	R\$ 4,61	R\$ 37,47	R\$ 187,33
370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA /FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	5	R\$ 160,00	R\$ 22,43	R\$ 182,43	R\$ 912,16
1381	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	150	R\$ 0,73	R\$ 0,10	R\$ 0,83	R\$ 124,85
37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	150	R\$ 2,24	R\$ 0,31	R\$ 2,55	R\$ 383,11
34355	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	KG	50	R\$ 2,09	R\$ 0,29	R\$ 2,38	R\$ 119,15
130	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG	40	R\$ 3,22	R\$ 0,45	R\$ 3,67	R\$ 146,86
36886	ARGAMASSA PRONTA PARA CONTRAPISO	KG	300	R\$ 0,75	R\$ 0,11	R\$ 0,86	R\$ 256,55
377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	75	R\$ 44,64	R\$ 6,26	R\$ 50,90	R\$ 3.817,39
10422	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO APARENTE, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	20	R\$ 388,79	R\$ 54,51	R\$ 443,30	R\$ 8.865,97
36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD, SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	2	R\$ 654,37	R\$ 91,74	R\$ 746,11	R\$ 1.492,23

736	BOMBA CENTRIFUGAMOTOR ELETRICO TRIFASICO 2,96HP, DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1 1/2" X 1 1/4", DIAMETRO DO ROTOR 148 MM, HM/Q: 34 M / 14,80 M3/H A 40 M / 8,60 M3/H	UN	2	R\$ 1.717,50	R\$ 240,79	R\$ 1.958,29	R\$ 3.916,59
4375	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6	UN	150	R\$ 0,10	R\$ 0,01	R\$ 0,11	R\$ 17,10
4376	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	UN	150	R\$ 0,19	R\$ 0,03	R\$ 0,22	R\$ 32,50
1013	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	300	R\$ 1,66	R\$ 0,23	R\$ 1,89	R\$ 567,82
1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	250	R\$ 2,63	R\$ 0,37	R\$ 3,00	R\$ 749,68
981	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	250	R\$ 4,36	R\$ 0,61	R\$ 4,97	R\$ 1.242,82
982	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	250	R\$ 6,27	R\$ 0,88	R\$ 7,15	R\$ 1.787,26
1020	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	125	R\$ 11,42	R\$ 1,60	R\$ 13,02	R\$ 1.627,64
995	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	150	R\$ 18,19	R\$ 2,55	R\$ 20,74	R\$ 3.111,04

1000	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 185 MM2	M	75	R\$ 208,29	R\$ 29,20	R\$ 237,49	R\$ 17.811,92
1015	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 240 MM2	M	75	R\$ 276,79	R\$ 38,81	R\$ 315,60	R\$ 23.669,70
996	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	75	R\$ 28,20	R\$ 3,95	R\$ 32,15	R\$ 2.411,52
39258	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M	150	R\$ 9,98	R\$ 1,40	R\$ 11,38	R\$ 1.706,88
39259	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 4 MM2	M	75	R\$ 15,37	R\$ 2,15	R\$ 17,52	R\$ 1.314,37
39260	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 6 MM2	M	75	R\$ 23,53	R\$ 3,30	R\$ 26,83	R\$ 2.012,17
20212	CAIBRO APARELHADO *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	25	R\$ 54,68	R\$ 7,67	R\$ 62,35	R\$ 1.558,65
35277	CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIAMETRO MINIMO 300 MM,	UN	3		R\$ 55,19	R\$ 448,85	R\$ 1.346,55

	DIAMETRO DE SAIDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA E CESTO			R\$ 393,66			
39772	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARA FUSADA, DIMENSOES 30 X 30 X 10 CM	UN	3	R\$ 59,05	R\$ 8,28	R\$ 67,33	R\$ 201,99
11161	CAL HIDRATADA PARA PINTURA	KG	150	R\$ 1,60	R\$ 0,22	R\$ 1,82	R\$ 273,65
1119	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 28, CORTE 25 CM	M	200	R\$ 17,38	R\$ 2,44	R\$ 19,82	R\$ 3.963,34
1191	CAP PVC, SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	20	R\$ 1,22	R\$ 0,17	R\$ 1,39	R\$ 27,82
1185	CAP PVC, SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	20	R\$ 1,22	R\$ 0,17	R\$ 1,39	R\$ 27,82
1189	CAP PVC, SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	20	R\$ 2,00	R\$ 0,28	R\$ 2,28	R\$ 45,61
1200	CAP PVC, SOLDABEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	15	R\$ 9,71	R\$ 1,36	R\$ 11,07	R\$ 166,07
1368	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN	6	R\$ 89,90	R\$ 12,60	R\$ 102,50	R\$ 615,02
1367	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO CROMADO, COM CANO, 4 TEMPERATURAS (110 /220 V)	UN	3	R\$ 290,80	R\$ 40,77	R\$ 331,57	R\$ 994,71
36148	CINTURAO DE SEGURANCA TIPO PARAQUEDISTA, FIVELA EM ACO, AJUSTE NO SUSPENSARIO, CINTURA E PERNAS	UN	2	R\$ 170,48	R\$ 23,90	R\$ 194,38	R\$ 388,76
39345	CONDULETE EM PVC, TIPO "X", SEM TAMPA, DE 1"	UN	20	R\$ 15,07	R\$ 2,11	R\$ 17,18	R\$ 343,66
39344	CONDULETE EM PVC, TIPO "X", SEM TAMPA, DE 3/4"	UN	35	R\$ 10,77	R\$ 1,51	R\$ 12,28	R\$ 429,80

13244	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RIGIDO COM FAIXA REFLETIVA, H = 70 / 76 CM	UN	3	R\$ 50,18	R\$ 7,04	R\$ 57,22	R\$ 171,65
6142	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA AJUSTAVEL, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPUDE	UN	10	R\$ 8,89	R\$ 1,25	R\$ 10,14	R\$ 101,36
11686	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA EM PLASTICO BRANCO COM TUBO, CANOPLA E ANEL DE EXPANSAO (TUBO 1.1/2 " X 20 CM)	UN	4	R\$ 12,34	R\$ 1,73	R\$ 14,07	R\$ 56,28
7181	CUMEEIRA PARA TELHA CERAMICA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *3* TELHAS/M	UN	15	R\$ 4,39	R\$ 0,62	R\$ 5,01	R\$ 75,08
1884	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	45	R\$ 3,44	R\$ 0,48	R\$ 3,92	R\$ 176,50
1870	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 /2", PARA ELETRODUTO	UN	30	R\$ 2,24	R\$ 0,31	R\$ 2,55	R\$ 76,62
1879	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3 /4", PARA ELETRODUTO	UN	45	R\$ 2,27	R\$ 0,32	R\$ 2,59	R\$ 116,47
1927	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	35	R\$ 2,40	R\$ 0,34	R\$ 2,74	R\$ 95,78
1923	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	25	R\$ 4,38	R\$ 0,61	R\$ 4,99	R\$ 124,85
5318	DILUENTE AGUARRAS	L	5	R\$ 23,80	R\$ 3,34	R\$ 27,14	R\$ 135,68
44531	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO DIAMETRO DE 180 MM PARA ESMERILHADEIRA 7 "	UN	7	R\$ 76,57	R\$ 10,74	R\$ 87,31	R\$ 611,14
44495	DISCO DE CORTE PARA METAL COM DUAS TELAS 12 X 1/8 X 3/4 " (300 X 3,2 X 19,05 MM)	UN	4	R\$ 28,89	R\$ 4,05	R\$ 32,94	R\$ 131,76

44533	DISCO DE DESBASTE PARA METAL FERROSO EM GERAL, COM TRES TELAS,9 X 1/4 X 7/8 " (228,6 X 6,4 X 22,2 MM)	UN	4	R\$ 29,31	R\$ 4,11	R\$ 33,42	R\$ 133,68
34729	DISJUNTOR TERMICO E MAGNETICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 100 ATE 250A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN	2	R\$ 1.100,83	R\$ 154,34	R\$ 1.255,17	R\$ 2.510,33
34686	DISJUNTOR TIPO DIN / IEC, MONOPOLAR DE 40ATE 50A	UN	4	R\$ 12,53	R\$ 1,76	R\$ 14,29	R\$ 57,15
34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6ATE32A	UN	15	R\$ 8,45	R\$ 1,18	R\$ 9,63	R\$ 144,52
34709	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN	4	R\$ 59,37	R\$ 8,32	R\$ 67,69	R\$ 270,77
2370	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSAO MAXIMA DE 240 V	UN	10	R\$ 10,95	R\$ 1,54	R\$ 12,49	R\$ 124,85
2392	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 10ATE50A, TENSAO MAXIMA DE 415 V	UN	5	R\$ 73,50	R\$ 10,30	R\$ 83,80	R\$ 419,02
39471	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	4	R\$ 97,33	R\$ 13,65	R\$ 110,98	R\$ 443,90
39446	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 40 A, TIPO AC	UN	4	R\$ 132,50	R\$ 18,58	R\$ 151,08	R\$ 604,31
39447	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	UN	2	R\$ 141,69	R\$ 19,86	R\$ 161,55	R\$ 323,11
2678	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 25 MM	M	75	R\$ 2,91	R\$ 0,41	R\$ 3,32	R\$ 248,85
2679	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 32 MM	M	45	R\$ 4,49	R\$ 0,63	R\$ 5,12	R\$ 230,38

38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	15	R\$ 29,00	R\$ 4,07	R\$ 33,07	R\$ 495,99
11469	FECHADURA DE EMBUTIR PARA GAVETA E MOVEIS DE MADEIRA, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM ABAS LATERAIS, CILINDRO COM 22 MM DE DIAMETRO, INCLUINDO CHAVE COM PERFIL METALICO E CAPA ESCAMOTEAVEL	UN	50	R\$ 15,44	R\$ 2,16	R\$ 17,60	R\$ 880,23
43611	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	CJ	10	R\$ 115,87	R\$ 16,24	R\$ 132,11	R\$ 1.321,15
43610	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA (CONJUNTO DE FECHADURAS)	CJ	10	R\$ 86,91	R\$ 12,18	R\$ 99,09	R\$ 990,95
3122	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 3" A 4" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM	UN	15	R\$ 6,53	R\$ 0,92	R\$ 7,45	R\$ 111,68
12815	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN	25	R\$ 13,94	R\$ 1,95	R\$ 15,89	R\$ 397,36
21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	20	R\$ 6,46	R\$ 0,91	R\$ 7,37	R\$ 147,31

404	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	M	25	R\$ 4,23	R\$ 0,59	R\$ 4,82	R\$ 120,58
3143	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (L X C)	UN	45	R\$ 7,52	R\$ 1,05	R\$ 8,57	R\$ 385,84
3148	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	20	R\$ 16,18	R\$ 2,27	R\$ 18,45	R\$ 368,97
36230	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 10 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	M2	40	R\$ 20,99	R\$ 2,94	R\$ 23,93	R\$ 957,31
7307	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	7	R\$ 45,69	R\$ 6,41	R\$ 52,10	R\$ 364,67
151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	125	R\$ 21,92	R\$ 3,07	R\$ 24,99	R\$ 3.124,15
38064	INTERRUPTOR BIPOLAR 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	10	R\$ 22,53	R\$ 3,16	R\$ 25,69	R\$ 256,89
38065	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	4	R\$ 31,96	R\$ 4,48	R\$ 36,44	R\$ 145,76
38078	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	8	R\$ 18,65	R\$ 2,61	R\$ 21,26	R\$ 170,12
38073	INTERRUPTOR SIMPLES + 2 INTERRUPTORES PARALELOS 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 26,37	R\$ 3,70	R\$ 30,07	R\$ 601,34
	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO 10A,						

38069	250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	16	R\$ 17,71	R\$ 2,48	R\$ 20,19	R\$ 323,09
38072	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + 1 INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	5	R\$ 23,74	R\$ 3,33	R\$ 27,07	R\$ 135,34
38079	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	10	R\$ 24,70	R\$ 3,46	R\$ 28,16	R\$ 281,63
3542	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	45	R\$ 0,58	R\$ 0,08	R\$ 0,66	R\$ 29,76
3529	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	45	R\$ 0,71	R\$ 0,10	R\$ 0,81	R\$ 36,43
3536	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	45	R\$ 2,37	R\$ 0,33	R\$ 2,70	R\$ 121,60
3515	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 6,38	R\$ 0,89	R\$ 7,27	R\$ 72,74
20147	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	35	R\$ 5,25	R\$ 0,74	R\$ 5,99	R\$ 209,51
3524	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 7,90	R\$ 1,11	R\$ 9,01	R\$ 90,08
3729	KIT CAVALETE, PVC, COM REGISTRO, PARA HIDROMETRO, BITOLAS 1/2" OU 3/4" - COMPLETO	UN	4	R\$ 135,90	R\$ 19,05	R\$ 154,95	R\$ 619,81

38194	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	75	R\$ 5,50	R\$ 0,77	R\$ 6,27	R\$ 470,33
39387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	50	R\$ 10,54	R\$ 1,48	R\$ 12,02	R\$ 600,89
39386	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN	75	R\$ 7,35	R\$ 1,03	R\$ 8,38	R\$ 628,54
3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERMELHA)	UN	35	R\$ 1,30	R\$ 0,18	R\$ 1,48	R\$ 51,88
3777	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2	500	R\$ 1,95	R\$ 0,27	R\$ 2,22	R\$ 1.111,70
38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	40	R\$ 13,81	R\$ 1,94	R\$ 15,75	R\$ 629,85
3854	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	7	R\$ 10,39	R\$ 1,46	R\$ 11,85	R\$ 82,93
3873	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 12,09	R\$ 1,70	R\$ 13,79	R\$ 137,85
38021	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 21,47	R\$ 3,01	R\$ 24,48	R\$ 244,80
3868	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	20	R\$ 1,37	R\$ 0,19	R\$ 1,56	R\$ 31,24
3869	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	20	R\$ 3,04	R\$ 0,43	R\$ 3,47	R\$ 69,32
3861	LUVA PVC SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	40	R\$ 0,75	R\$ 0,11	R\$ 0,86	R\$ 34,21
3904	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	50	R\$ 0,80	R\$ 0,11	R\$ 0,91	R\$ 45,61

3903	LUVA PVC SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	40	R\$ 1,96	R\$ 0,27	R\$ 2,23	R\$ 89,39
3862	LUVA PVC SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 4,17	R\$ 0,58	R\$ 4,75	R\$ 71,32
3863	LUVA PVC SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 4,27	R\$ 0,60	R\$ 4,87	R\$ 73,03
3864	LUVA PVC SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 13,09	R\$ 1,84	R\$ 14,93	R\$ 223,88
3865	LUVA PVC SOLDABEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 19,14	R\$ 2,68	R\$ 21,82	R\$ 327,35
3866	LUVA PVC SOLDABEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 42,98	R\$ 6,03	R\$ 49,01	R\$ 735,09
3874	LUVA SOLDABEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 1/2"	UN	30	R\$ 5,86	R\$ 0,82	R\$ 6,68	R\$ 200,45
3859	LUVA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	7	R\$ 1,30	R\$ 0,18	R\$ 1,48	R\$ 10,38
3856	LUVA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	7	R\$ 1,80	R\$ 0,25	R\$ 2,05	R\$ 14,37
3906	LUVA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	35	R\$ 1,48	R\$ 0,21	R\$ 1,69	R\$ 59,06
11481	MAQUINA DE 40 MM PARA FECHADURA, PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX	UN	25	R\$ 37,19	R\$ 5,21	R\$ 42,40	R\$ 1.060,10
38120	MASSA EPOXI BICOMPONENTE PARA REPAROS	KG	3	R\$ 164,82	R\$ 23,11	R\$ 187,93	R\$ 563,78
10498	MASSA PARA VIDRO	KG	15	R\$ 7,32	R\$ 1,03	R\$ 8,35	R\$ 125,19
4061	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 80 CM, *45 X 12/18* CM (H X L1/L2)	UN	30	R\$ 39,22	R\$ 5,50	R\$ 44,72	R\$ 1.341,56

44478	MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA, TIPO I-B (PREMIX) - NBR16184	KG	60	R\$ 9,58	R\$ 1,34	R\$ 10,92	R\$ 655,39
11698	MICTORIO COLETIVO ACO INOX (AISI 304), E = 0,8 MM, DE *100 X 50 X 35* CM (C X A X P)	UN	1	R\$ 790,93	R\$ 110,89	R\$ 901,82	R\$ 901,82
10432	MICTORIO INDICUDUAL, SIFONADO, LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS	UN	5	R\$ 362,14	R\$ 50,77	R\$ 412,91	R\$ 2.064,56
11963	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	20	R\$ 11,45	R\$ 1,61	R\$ 13,06	R\$ 261,11
11964	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	UN	30	R\$ 2,89	R\$ 0,41	R\$ 3,30	R\$ 98,86
4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA /FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	9	R\$ 111,91	R\$ 15,69	R\$ 127,60	R\$ 1.148,40
38181	PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA	M2	5	R\$ 216,30	R\$ 30,33	R\$ 246,63	R\$ 1.233,13
5067	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 24 (2 1/4 X 12)	KG	7	R\$ 16,97	R\$ 2,38	R\$ 19,35	R\$ 135,44
5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	7	R\$ 15,92	R\$ 2,23	R\$ 18,15	R\$ 127,06
39801	QUADRO DE DISTRIBUICAO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 12 DISJUNTORES NEMA OU 16 DISJUNTORES DIN	UN	3	R\$ 192,29	R\$ 26,96	R\$ 219,25	R\$ 657,75
39800	QUADRO DE DISTRIBUICAO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 6 DISJUNTORES NEMA OU 8 DISJUNTORES DIN	UN	4	R\$ 114,45	R\$ 16,05	R\$ 130,50	R\$ 521,98

6036	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM BORBOLETA, COM ROSCA EXTERNA, DE 1/2"	UN	10	R\$ 17,34	R\$ 2,43	R\$ 19,77	R\$ 197,71
6031	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM BORBOLETA, COM ROSCA EXTERNA, DE 3/4"	UN	10	R\$ 20,38	R\$ 2,86	R\$ 23,24	R\$ 232,37
11673	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 20 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	10	R\$ 20,33	R\$ 2,85	R\$ 23,18	R\$ 231,80
11674	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	10	R\$ 26,17	R\$ 3,67	R\$ 29,84	R\$ 298,39
11675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	5	R\$ 41,56	R\$ 5,83	R\$ 47,39	R\$ 236,93
6019	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509)	UN	4	R\$ 55,93	R\$ 7,84	R\$ 63,77	R\$ 255,09
6017	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN	4	R\$ 76,23	R\$ 10,69	R\$ 86,92	R\$ 347,67
6016	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN	6	R\$ 35,43	R\$ 4,97	R\$ 40,40	R\$ 242,38
11753	REGISTRO PRESSAO BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3 /4 " (REF 1400)	UN	6	R\$ 28,42	R\$ 3,98	R\$ 32,40	R\$ 194,43
34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	30	R\$ 4,28	R\$ 0,60	R\$ 4,88	R\$ 146,40
37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	5	R\$ 90,28	R\$ 12,66	R\$ 102,94	R\$ 514,69
12359	RELE TERMICO BIMETAL PARA USO EM MOTORES TRIFASICOS, TENSAO 380 V, POTENCIA ATE 15 CV, CORRENTE NOMINAL MAXIMA 22 A	UN	5	R\$ 122,77	R\$ 17,21	R\$ 139,98	R\$ 699,91

11758	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML	UN	20	R\$ 59,00	R\$ 8,27	R\$ 67,27	R\$ 1.345,44
6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	45	R\$ 7,90	R\$ 1,11	R\$ 9,01	R\$ 405,34
7317	SELANTE DE BASE ASFALTICA PARA VEDACAO	KG	7	R\$ 48,81	R\$ 6,84	R\$ 55,65	R\$ 389,57
20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	35	R\$ 16,02	R\$ 2,25	R\$ 18,27	R\$ 639,31
6149	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2"	UN	35	R\$ 11,70	R\$ 1,64	R\$ 13,34	R\$ 466,91
39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	15	R\$ 17,90	R\$ 2,51	R\$ 20,41	R\$ 306,14
12296	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LAMPADAS	UN	25	R\$ 5,47	R\$ 0,77	R\$ 6,24	R\$ 155,92
12294	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, PARA USO AO TEMPO, PARA LAMPADAS	UN	15	R\$ 13,12	R\$ 1,84	R\$ 14,96	R\$ 224,39
6212	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	10	R\$ 12,00	R\$ 1,68	R\$ 13,68	R\$ 136,82
11688	TANQUE ACO INOXIDAVEL (ACO 304) COM ESFREGADOR E VALVULA, DE *50 X 40 X 22* CM	UN	2	R\$ 474,70	R\$ 66,55	R\$ 541,25	R\$ 1.082,51
7104	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 3,76	R\$ 0,53	R\$ 4,29	R\$ 42,87
7138	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	15	R\$ 1,04	R\$ 0,15	R\$ 1,19	R\$ 17,79
7139	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	15	R\$ 1,18	R\$ 0,17	R\$ 1,35	R\$ 20,18

7140	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	15	R\$ 3,70	R\$ 0,52	R\$ 4,22	R\$ 63,28
37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	15	R\$ 2,35	R\$ 0,33	R\$ 2,68	R\$ 40,19
36789	TELHA CERAMICA TIPO AMERICANA, COMPRIMENTO DE *45* CM, RENDIMENTO DE *12* TELHAS/M2	UN	100	R\$ 2,62	R\$ 0,37	R\$ 2,99	R\$ 298,73
7260	TIJOLO CERAMICO MACICO APARENTE *6 X 12 X 24* CM (L X A X C)	UN	1500	R\$ 2,87	R\$ 0,40	R\$ 3,27	R\$ 4.908,56
38121	TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA EMULSIONADA EM AGUA, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 13699:2012)	L	25	R\$ 16,52	R\$ 2,32	R\$ 18,84	R\$ 470,90
7343	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L	35	R\$ 24,31	R\$ 3,41	R\$ 27,72	R\$ 970,14
7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	40	R\$ 19,11	R\$ 2,68	R\$ 21,79	R\$ 871,57
7293	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACOO GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS	L	7	R\$ 46,86	R\$ 6,57	R\$ 53,43	R\$ 374,01
37401	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	UN	5	R\$ 61,42	R\$ 8,61	R\$ 70,03	R\$ 350,16
7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	45	R\$ 10,40	R\$ 1,46	R\$ 11,86	R\$ 533,61
38075	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	20	R\$ 18,01	R\$ 2,53	R\$ 20,54	R\$ 410,70

36791	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	2	R\$ 195,28	R\$ 27,38	R\$ 222,66	R\$ 445,32
11772	TORNEIRA CROMADA DE MESA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN	2	R\$ 173,55	R\$ 24,33	R\$ 197,88	R\$ 395,76
36796	TORNEIRA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	UN	5	R\$ 205,17	R\$ 28,76	R\$ 233,93	R\$ 1.169,67
36792	TORNEIRA CROMADA DE PAREDE LONGA PARA LAVATORIO, COM AREJADOR, ACIONAMENTO ALAVANCA, 1/4 DE VOLTA (REF 1178)	UN	2	R\$ 259,90	R\$ 36,44	R\$ 296,34	R\$ 592,68
13415	TORNEIRA DE MESA PARA LAVATORIO, FIXA, CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	UN	14	R\$ 99,90	R\$ 14,01	R\$ 113,91	R\$ 1.594,68
7602	TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, COM BICO PLASTICO, CANO CURTO, AREA EXTERNA, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1128)	UN	15	R\$ 63,75	R\$ 8,94	R\$ 72,69	R\$ 1.090,32
11823	TORNEIRA PLASTICA DE BOIA PARA CAIXA DE DESCARGA, 1/2", BALAO E TORNEIRA PLASTICOS, COM HASTE METALICA	UN	20	R\$ 13,69	R\$ 1,92	R\$ 15,61	R\$ 312,19
9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	15	R\$ 10,81	R\$ 1,52	R\$ 12,33	R\$ 184,88
9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	15	R\$ 14,19	R\$ 1,99	R\$ 16,18	R\$ 242,69
9867	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	70	R\$ 3,61	R\$ 0,51	R\$ 4,12	R\$ 288,13

9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	70	R\$ 4,07	R\$ 0,57	R\$ 4,64	R\$ 324,84
9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	70	R\$ 8,78	R\$ 1,23	R\$ 10,01	R\$ 700,77
9835	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTOPREDIAL (NBR 5688)	M	15	R\$ 6,55	R\$ 0,92	R\$ 7,47	R\$ 112,02
21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	20	R\$ 226,39	R\$ 31,74	R\$ 258,13	R\$ 5.162,60
10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	20	R\$ 263,00	R\$ 36,87	R\$ 299,87	R\$ 5.997,45
38088	VARIADOR DE LUMINOSIDADE ROTATIVO (DIMMER) 220V, 600W, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	2	R\$ 91,02	R\$ 12,76	R\$ 103,78	R\$ 207,56
10490	VIDRO LISO INCOLOR 2 A 3 MM - SEM COLOCACAO	M2	20	R\$ 100,62	R\$ 14,11	R\$ 114,73	R\$ 2.294,54
10492	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 115,00	R\$ 16,12	R\$ 131,12	R\$ 1.966,85
34384	VIDRO PLANO ARAMADO E = 6 MM - SEM COLOCACAO	M2	37	R\$ 287,50	R\$ 40,31	R\$ 327,81	R\$ 12.128,88
TOTAL	CURITIBANOS						R\$ 179.996,69
MENSAL	CURITIBANOS						R\$ 14.999,72

21. APÊNDICE V - C

APÊNDICE V - C - LISTA DE MATERIAIS - LOTE 5 JOINVILLE

	TABELA DE CONSUMO MENSAL DE MATERIAIS CAMPUS JOINVILLE				BDI ADOTADO =	14,02%		
Código	MATERIAL	UN	QTDE		VALOR UNITÁRIO SINAPI	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO SINAPI	VALOR

SINAPI				DESONERADA 03/2026 S/BDI	S/ BDI*	DESONERADA 03/2026 C/BDI	TOTAL
4791	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG	2,8	34,0300	95,2840	38,8010	108,64
21114	ADESIVO PARA TUBOS CPVC, *75* G	KG	5	41,5400	207,7000	47,3639	236,82
119	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	KG	6	10,5300	63,1800	12,0063	72,04
34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	30	1,3500	40,5000	1,5393	46,18
377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	KG	15	44,6400	669,6000	50,8985	763,48
11761	ASSENTO VASO SANITARIO INFANTIL EM PLASTICO BRANCO	KG	2	95,0000	190,0000	108,3190	216,64
541	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 120 X *60* CM	KG	1	196,0000	196,0000	223,4792	223,48
1748	BANCADA/BANCA/PIA DE ACO INOXIDAVEL (AISI 430) COM 1 CUBA CENTRAL, COM VALVULA, ESCORREDOR DUPLO, DE *0,55 X 1,40* M	KG	1	316,3500	316,3500	360,7023	360,70
38381	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	KG	5	11,2400	56,2000	12,8158	64,08
4374	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10	KG	30	0,3700	11,1000	0,4219	12,66
7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	KG	30	0,6100	18,3000	0,6955	20,87
7584	BUCHA DE NYLON SEM ABA S12, COM PARAFUSO DE 5/16" X 80 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA E CABECA SEXTAVADA	KG	30	0,9300	27,9000	1,0604	31,81
11945	BUCHA DE NYLON SEM ABA S4	KG	30	0,0600	1,8000	0,0684	2,05
11946	BUCHA DE NYLON SEM ABA S5	KG	30	0,0600	1,8000	0,0684	2,05
4375	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6	KG	30	0,1000	3,0000	0,1140	3,42
11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	KG	30	0,2000	6,0000	0,2280	6,84
4376	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	KG	30	0,1900	5,7000	0,2166	6,50
7583	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	KG	30	0,4100	12,3000	0,4675	14,02
4350	BUCHA DE NYLON, DIAMETRO DO FURO 8 MM, COMPRIMENTO 40 MM, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 4,8 X 50 MM	KG	30	0,7700	23,1000	0,8780	26,34
1368	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	KG	6	89,9000	539,4000	102,5040	615,02
11469	FECHADURA DE EMBUTIR PARA GAVETA E MOVEIS DE MADEIRA, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM ABAS LATERAIS, CILINDRO COM 22 MM DE DIAMETRO, INCLUINDO CHAVE COM PERFIL METALICO E CAPA ESCAMOTEAVEL	KG	10	15,4400	154,4000	17,6047	176,05
3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	KG	2	87,5900	175,1800	99,8701	199,74
3099	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	KG	2	140,2500	280,5000	159,9131	319,83
38151	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	KG	2	101,6800	203,3600	115,9355	231,87
38152	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	KG	2	164,0200	328,0400	187,0156	374,03
	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC						

43610	(MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA (CONJUNTO DE FECHADURAS)	KG	2	86,9100	173,8200	99,0948	198,19
3093	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	KG	2	140,2500	280,5000	159,9131	319,83
3143	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 25 M (L X C)	KG	6	7,5200	45,1200	8,5743	51,45
11758	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML	KG	12	59,0000	708,0000	67,2718	807,26
7343	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	KG	5	24,3100	121,5500	27,7183	138,59
7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	KG	5	19,1100	95,5500	21,7892	108,95
37401	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	KG	6	61,4200	368,5200	70,0311	420,19
21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	KG	2	226,3900	452,7800	258,1299	516,26
10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2" E ACABAMENTO METALICO CROMADO	KG	2	263,0000	526,0000	299,8726	599,75
					Total Mensal c/ BDI		7295,61
					Total Anual c/ BDI		87547,30

22. APÊNDICE VI

Apêndice VI - Modelo de Formulário de Requisição de Compra de Materiais
(FORA DA TABELA SINAPI)

Número do Chamado:				
Autorização de fornecimento de material n°:				
DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3

EMPRESA

Data //	
	Assinatura do preposto
Observações:	

**FISCALIZAÇÃO DA
UFSC**

03 orçamentos apresentados	() NÃO	() SIM
Autorização de Compra	() Não autorizo a compra	() Autorizo a compra

Data //	
	Assinatura da fiscalização
Observações:	

23. APÊNDICE VII

**Apêndice VII - Modelo de Solicitação de Autorização de Compra de Materiais
(TABELA SINAPI)**

Número do Chamado:		
Autorização de fornecimento de material n°:		Data:
Empresa:		CNPJ:
Representante Legal da empresa:		

Endereço:					Fone:		
Local de entrega dos materiais:					Prazo de entrega:		
AUTORIZAMOS O FORNECIMENTO DO(S) MATERIAL(IS) ABAIXO DISCRIMINADOS:							
ITEM (COD. SINAPI)	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR BDI 14,02%	COM DE	VALOR TOTAL C O M DESCONTO
Valor Total:							
Valor Total por extenso:							
Informações sobre a necessidade do fornecimento de materiais para pretendida manutenção:							
<div>N° da Nota de Empenho:</div> <div>Prazo de entrega:</div> <div>Local e data:</div> <div>Responsável pela autorização (Contratante)</div>							
CNPJ DA UFSC							
Responsável pela execução (Confirmação de recebimento da autorização):							
Local e data:			Assinatura do representante da empresa				

24. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente
Brenda Morelli Piazza
Data: 27/05/2026 15:22:32-0300
CPF: ***.080.579-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

BRENDA MORELLI PIAZZA

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
Brigida Antonia de Carvalho Vieira
Data: 27/05/2026 14:50:49-0300
CPF: ***.697.716-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

BRIGIDA ANTONIA DE CARVALHO VIEIRA

Agente de contratação

GUILHERME DA SILVA DE OLIVEIRA

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
Josue Andrade
Data: 27/05/2026 15:07:24-0300
CPF: ***.863.019-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JOSUE ANDRADE

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
Roberto Carlos Alves
Data: 27/05/2026 17:08:34-0300
CPF: ***.378.489-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

ROBERTO CARLOS ALVES

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
Paulo Roberto Kammer
Data: 27/05/2026 15:41:35-0300
CPF: ***.057.199-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

PAULO ROBERTO KAMMER

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
Rodrigo Suitck Zaleuski
Data: 27/05/2026 14:55:51-0300
CPF: ***.233.939-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

RODRIGO SUITCK ZALEUSKI

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
Taiza Rodrigues
Data: 27/05/2026 15:18:09-0300
CPF: ***.754.439-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

TAIZA RODRIGUES

Agente de contratação

Estudo Técnico Preliminar 98/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23080.040111/2024-97

2. Descrição da necessidade

Justifica-se e motiva-se a realização desta licitação do tipo **Registro de Preços** para atender às necessidades de serviços que viabilizem o trabalho rotineiro de adequação da estrutura funcional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que dá suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a Universidade conta com Unidades Administrativas que desempenham funções específicas, dentre elas, funções de gestão de bens permanentes e de consumo, manutenção e conservação, recebimento, distribuição e movimentação de documentos, materiais diversos e insumos aos diferentes setores e exposições, formaturas e demais eventos, manutenção de suas instalações e suporte operacional para garantir o funcionamento adequado dos seus serviços. Relacionada à gestão de bens, identificamos, ainda, a necessidade de serviço especializado ao devido acondicionamento e organização em almoxarifados, depósitos e demais espaços, além do carregamento dos itens a diferentes locais, de modo a possibilitar controle e movimentação adequados dos materiais, e entregas no momento adequado. No que tange à manutenção das instalações, a demanda de contratação deste serviço se dá pela necessidade de manutenção predial nas edificações utilizadas pela UFSC. No tocante ao Departamento de Manutenção Externa, vinculado à Prefeitura Universitária (DME/PU), dada a magnitude predial sob sua responsabilidade, muitas delas muito antigas, não podendo prescindir de manutenção predial preventiva e corretiva, há necessidade de contratação dos seguintes profissionais, além dos já mencionados carregadores, almoxarifes e oficiais de manutenção predial: servente de obras, servente de serviço braçal, encarregado de obras e instalações e chaveiro. Estes profissionais deverão desenvolver atividades descritas a seguir, principalmente nos municípios de **Florianópolis/SC** e Governador Celso Ramos: oficial de manutenção predial – CBO 5143- 25; servente de obras – CBO 7170-20; servente de serviço braçal – CBO 7170-20; encarregado de obras e instalações – CBO 7102-05; Chaveiro - CBO 5231-15 e Almoxarife - CBO.

O **Campus Araranguá** destaca a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, para as atividades de manutenção predial, preventiva e corretiva (**Oficial de manutenção predial - CBO 5143-25 e Eletricista - CBO 7156-15**), uma vez que a Instituição não dispõe de recursos humanos suficientes, no Quadro de Pessoal, para realização das atividades de manutenção. Os serviços relacionados a esses cargos serão realizados pela Contratada. O Campus Araranguá iniciou suas atividades em 2009 e possui aproximadamente 15.000 m² de área construída a ser mantida (7 edificações), própria ou locada, e 6.300 m² em construção (obra paralisada - 1 edificação). A área territorial a ser mantida é de aproximadamente 121.000 m² de propriedade da UFSC e 45.000 m² locada. O público atendido pela UFSC Araranguá é de aproximadamente 1.700 pessoas, entre discentes, docentes e técnicos administrativos, além da comunidade, que faz uso dessas instalações. Para o ano de 2023, por exemplo, foram realizados aproximadamente 550 atendimentos a solicitações de serviços de manutenção predial via portal de atendimento institucional da Coordenadoria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Manutenção do Campus Araranguá, sem considerar as manutenções solicitadas por e-mail e outros canais de atendimento, ou ainda, as realizadas após identificação *in loco* pelo próprio setor. Esse cenário descrito traz como consequência a necessidade de manutenções constantes, geradas pela depreciação temporal e pelo uso constante das instalações. Destaca-se as manutenções relativas às instalações elétricas e hidráulicas existentes nessas edificações, as quais muitas vezes são de resolução em curtíssimo prazo, sob pena de inviabilizar de forma imediata as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os serviços de conservação são ainda importantes para a manutenção e conservação do patrimônio público. A ausência de manutenção em edificações reduz sua vida útil e inviabiliza a sua utilização. Desta forma, reitera-se a imprescindibilidade da contratação do serviço para realização da missão da Instituição que é a de promover educação superior, pública, gratuita e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral e contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade regional. A título exemplificativo, se houver interrupção no fornecimento de água ou energia elétrica, é necessário a suspensão das atividades, inclusive das aulas, prejudicando um grande número de usuários destes serviços públicos. Em relação ao **Auxiliar de almoxarifado e depósito (referência CBO 4141-05)**, destaca-se que o ambiente universitário é caracterizado por uma vasta gama de atividades acadêmicas, científicas e administrativas, demandando a gestão eficiente e organizada de recursos materiais. O almoxarifado e depositário assume um papel central nesse contexto, sendo responsável pelo armazenamento, controle e distribuição de insumos, equipamentos e demais materiais necessários ao funcionamento fluido das diferentes áreas. Além disso, a gestão adequada do estoque é crucial para garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, evitando interrupções por falta de materiais ou por problemas relacionados à logística interna. Nesse sentido, a presença de um auxiliar dedicado ao almoxarifado e depositário se revela indispensável para assegurar a disponibilidade dos recursos necessários no momento adequado, contribuindo assim para o bom andamento das operações cotidianas. A

Administração do Campus Araranguá identificou a necessidade de contratação deste posto de serviço, devido à expansão das atividades. A Universidade não possui, em seus quadros, pessoal técnico especializado na execução destes serviços, cuja atribuição é de auxiliar de almoxarifado e depósito.

O **Campus Blumenau** tem formalizado o contrato de número 272/2023, cujo objeto é a locação da nova sede da Instituição, com previsão para que a mudança ocorra ainda no ano de 2024. Desse modo, novas necessidades para a prestação de serviços foram levantadas pelo Campus. **Auxiliar de almoxarifado e depósito:** com a nova estrutura haverá necessidade de contratação de postos de serviços de auxiliar de almoxarifado e depósito, visto que serão criados depósitos centralizados, os quais concentraram as demandas da Administração de Edifícios e Patrimônio, e também um depósito para guarda de produtos químicos. Desse modo, como serão dois depósitos, se faz necessária a contratação de dois postos de serviços para atendimento dessa demanda. **Oficial de manutenção predial e Auxiliar de Manutenção Profissional de Serviços Gerais (Carga e Descarga):** com relação a necessidade de contratação dos postos de serviços para oficial de manutenção predial e auxiliar de manutenção (carga e descarga) está diretamente ligada à boa execução dos serviços da Administração Pública, otimizando o funcionamento do Campus Blumenau como um todo, propiciando um ambiente seguro à comunidade, mantendo de forma apropriada os funcionamentos das instalações elétricas, hidráulicas e de infraestrutura, bem como, em perfeitas condições de uso e com vistas a atender o requisito da eficiência com qualidade e segurança. Os serviços de oficial de manutenção predial e auxiliar de manutenção (carga e descarga) já vêm sendo praticados no Campus, por meio do contrato de número 57/2023, processo 23080.007149/2021-13, portanto não se trata de uma nova demanda. Porém, em virtude da alteração da lei de licitações e da possibilidade de extensão do prazo de vigência do contrato, o Campus Blumenau entendeu como pertinente a participação no pretenso certame. **Eletricista de instalações elétricas:** Quanto à demanda para 01 (um) posto de eletricista justifica-se pela necessidade contínua de instalações, reparos e manutenções elétricas predial, de alta e baixa tensão, inclusive de equipamentos e máquinas eletroeletrônicos dos laboratórios de ensino e pesquisa do Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e Educação.

O **Campus Joinville** conta com 14.272,16 m² de área construída, composto por 05 (cinco) edificações denominadas: Bloco U (contendo salas: de aula, administrativas, docentes, de apoio, biblioteca, auditórios), Bloco C (áreas de convivência: restaurante, lanchonete e espaços de representação estudantil), Bloco L1 (laboratórios), Bloco L2 (laboratórios) e Bloco LIFE (Laboratório de Interação Fluido-Estrutura). Atualmente, dispõe de serviços de natureza continuada de auxiliar de manutenção (carga e descarga) e manutenção, conservação e reparos prediais (oficial de manutenção predial) regidos pelo Contrato nº 130/2022. A manutenção da prestação destes serviços são essenciais, pois prestam apoio às atividades administrativas e acadêmicas do Campus com execução de atividades de manutenção predial e de movimentação de volumes, materiais permanentes, materiais de consumo e em geral. Quanto à demanda de posto de eletricista justifica-se pela necessidade contínua de instalações, reparos e manutenções elétricas predial, de alta e baixa tensão, inclusive de equipamentos e máquinas eletroeletrônicos dos laboratórios de ensino e pesquisa do Centro Tecnológico de Joinville. O Campus Joinville não dispõe de profissionais no quadro de pessoal para realização dessas atividades, e, os serviços são prestados por empresa especializada na administração de mão de obra, incluindo fornecimento de equipamentos e materiais necessários para o atendimento das demandas.

O **Campus de Curitiba** possui 4 (quatro) unidades em plena atividade, espalhadas pela cidade, e duas unidades em fase de conclusão, denominadas CBS 02 e CPAAV (em anexo à SEDE) e mais a unidade que será cedida pelo município ao Curso de Medicina. Frequentemente, ocorrem mudanças de móveis e materiais entre essas unidades, bem como a aquisição de máquinas e equipamentos, que são entregues na SEDE e, posteriormente, distribuído entre estas unidades, fazendo-se necessários profissionais para a carga e descarga desses materiais. Não se cumpre o objetivo da Instituição se não houver o material organizado em estoque, e se não houver a prestação do serviço. Em relação ao oficial de manutenção predial e eletricista, o Campus de Curitiba possui mais de 10 anos de existência e possui 4 (quatro) prédios em atividade no momento. Os Serviços de manutenção predial são necessários para manter as instalações prediais em pleno funcionamento, evitando a interrupção das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Os serviços também auxiliam na diminuição de deterioração das instalações causados pelo tempo e pela depreciação normal e evita que ocorram acidentes nas estruturas que porventura poderão causar danos aos servidores, alunos e a terceiros, dando continuidade ao serviço prestado à comunidade. Assim, preserva-se o patrimônio público e o valor patrimonial da instituição, dado como indicador de eficiência e economicidade pelos órgãos de controle. A pretendida contratação dos serviços de manutenção predial para a realização de reparos nas instalações prediais civis, elétricas, hidráulicas, sanitárias e outras no mesmo nível de complexidade permitirá que os sistemas afins do Campus sejam inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo adequado padrão de continuidade das atividades fins. A falta de manutenção predial, principalmente nas instalações mais antigas, pode causar prejuízos, paralisar algumas atividades e, conseqüentemente, interromper serviços.

Portanto, as Unidades a serem contempladas no objeto de contratação são: **Campus Florianópolis** (Pró-Reitoria de Administração - PROAD, vários setores; Prefeitura Universitária, Departamento de Manutenção Externa - DME/PU, contemplando também o município de Governador Celso Ramos; Biblioteca Universitária - BU; Secretaria de Cultura, Artes e Esportes - SeCArte; Coordenadoria de Gestão Ambiental - CGA; e Centro de Ciências da Saúde - CCS); e os **Campi Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville**. Dessa forma, as contratações visam garantir que a UFSC cumpra com sua responsabilidade de zelo com o patrimônio público e com a comunidade em que se insere. As demandas apresentadas nesta solicitação surgem por meio de várias formas, sejam elas:

- i. necessidade de manutenção corretiva, em função do uso e desgaste das estruturas prediais ao longo de sua vida útil;
- ii. necessidade de adequações dos espaços utilizados, em função de novas demandas por espaços acadêmicos, administrativos ou relacionadas a novas legislações de segurança;
- iii. manter em dia a manutenção predial para as atividades acadêmicas da UFSC, cujos prazos são estabelecidos em um calendário acadêmico, aprovado pelos órgãos colegiados, que contam com a possibilidade de uso dos ambientes, sem que haja suspensão das aulas devido a estruturas inadequadas;
- iv. necessidade de realização de manutenção preventiva para evitar prejuízos maiores em função de reformas dispendiosas.

A contratação de profissionais nessas áreas é essencial para promover um ambiente universitário seguro, funcional e bem-cuidado, garantindo assim as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. É estratégico pensar na manutenção desses serviços com o intuito de conservar as estruturas e manter a segurança de todos que a utilizam.

No que diz respeito à possível contratação dos serviços de Oficial de Manutenção Predial, o Campus Araranguá pesquisou, junto aos demais *campi* da UFSC, sobre o interesse de participarem desta licitação por meio de *e-mail*. A consulta foi realizada nos seguintes endereços de *e-mail*: cct.dpc@contato.ufsc.br, contratos.blumenau@contato.ufsc.br, contratos.da.cbs@contato.ufsc.br e contratos.jve@contato.ufsc.br. Como resultado, formalizaram interesse em participar da contratação os Campi Blumenau, Curitiba e Joinville, para inclusão de seus lotes. Com relação ao posto de eletricitista, a consulta foi realizada pelo Campus Blumenau, para os *e-mails* dos servidores do DMPI matheus.lima@ufsc.br e tiago.morais@ufsc.br, e também para os campi de Joinville (contratos.jve@contato.ufsc.br) e Curitiba (contratos.cbs@contato.ufsc.br). Ambos os campi demonstraram interesse na inclusão de suas demandas. Atualmente, a UFSC não possui em seu quadro pessoal técnico especializado e em quantidade suficiente para a execução destes serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró Reitoria de Administração	Vilmar Michereff Júnior
Campus Araranguá	Eugênio Simão
Campus Blumenau	Adriano Peres
Campus Curitiba	Juliano Gil Nunes Wendt
Campus Joinville	Diego Santos Greff
Prefeitura Universitária	Hélio Rodak de Quadros Júnior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem os seguintes aspectos:

- Contratação de empresa especializada em gestão de mão de obra em serviços terceirizados, com fornecimento de materiais e equipamentos e com experiência comprovada;
- Alocação de empregados observando as especificações contidas no Termo de Referência e demais requisitos legais;
- Para os cargos de operadores de carga e descarga, almoxarifes e supervisor de carregadores/almoxarife, os empregados deverão ser alfabetizados, com conhecimentos das funções matemáticas básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão) e que saibam manusear os utensílios e equipamentos para os serviços e os de segurança própria.
- Cumprimento de jornada de trabalho semanal de 44 horas pelos empregados, no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério da UFSC, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto;
- Durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, a Contratante poderá alterar o horário dos serviços incluindo trabalhos aos finais de semana e feriados, conforme a necessidade, respeitada a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas à Contratada (exceto em casos de emergência), para efetuar os ajustes;

- As atividades diárias de cada posto serão definidas e repassadas pelos respectivos fiscais de contrato das Unidades demandantes (Contratante), respeitando-se as especificações ora estabelecidas;
- Todos os registros, acordos, envios de documentos e outras informações deverão ser realizados por meio digital, assinados por representante legal da Contratada;
- Os serviços contratados se darão, **prioritariamente**, nas dependências da UFSC e, **excepcionalmente**, em outros propriedades ou municípios das cercanias em que haja atividades desenvolvidas pela Universidade, com a demanda sendo registrada e justificada pelo Fiscal do contrato, e o deslocamento feito com veículo, disponibilizado pela Instituição, dentro da jornada semanal de trabalho;
- Caso a execução dos serviços exija transporte marítimo, esse será providenciado pela Contratante, com embarque e desembarque em local por ela indicado, dentro da jornada de trabalho semanal;
- A transferência de serviços de responsabilidade da contratada a terceiros será proibida;
- Instruir os empregados a respeitarem os membros das comunidades universitária, coibindo qualquer tipo de discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica, substituindo, sempre que exigido, qualquer empregado ou representante cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais ou inconvenientes à Instituição ou ao interesse do Serviço Público;
- Repassar aos seus empregados as informações recebidas pela Contratante a respeito dos programas de uso racional dos recursos, programas de sustentabilidade e campanhas educativas;
- Responsabilizar-se pela correta destinação dos resíduos decorrentes dos equipamentos/materiais sob responsabilidade da Contratada.
- Instruir seus empregados a utilizarem recipientes reutilizáveis para ingestão de líquidos, fornecidos pela Contratada, a fim de eliminar o uso de recipientes descartáveis durante a prestação de serviços;
- No decorrer da realização do serviço, caso haja algum dano à rede hidráulica, elétrica, lógica, estrutural ou de materiais, ou ainda à fauna e à flora, a Contratada deverá consertá-lo imediatamente, e possíveis prejuízos decorrentes destes, serão de sua responsabilidade;
- Disponibilização dos empregados para o início dos serviços em até 5 (cinco) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato;
- Se houver adequação às atividades, empregar mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de 8% (oito por cento) do total de postos do Contrato do *Campus* Florianópolis, desde que haja acordo de cooperação técnica que possibilite a implantação da política pública tratada pelo Decreto 11.430, de 8 de março de 2023 (para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos);
- As vagas reservadas a mulheres vítimas de violência doméstica serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem em Santa Catarina, segundo o último censo do IBGE;
- Incluem-se as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino entre as beneficiárias das vagas reservadas dos itens acima;
- Sempre que houver um desligamento, a Contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo pré-definido;
- Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente;
- A Contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço;
- Empregar mão de obra constituída por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos do Decreto n. 9.450 /2018/2018, em percentual mínimo de 3% (três por cento) do total de postos do Contrato do *Campus* Florianópolis;
- Disponibilizar a participação de seus empregados, semestralmente, para cursos e/ou capacitações promovidos gratuitamente pela Contratante, para fins de orientações gerais e educação profissional, a critério dos fiscais de contrato e mediante comunicação prévia desses. As capacitações ocorrem durante a jornada semanal de trabalho, sem custos à Contratada;
- Estabelecimento de indicadores do desempenho da contratada na execução dos serviços, por meio de IMR – Instrumento de Medição de Resultado, com possibilidade de adequação do pagamento devido pela UFSC;
- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com esses, ainda que verificados nas dependências da Contratante;
- Duração inicial do contrato de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos previstos na Lei 14.133 /2021;
- Declaração da empresa licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

Poderão participar os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP no 3, de 2018. **Não** poderão participar desta licitação os:

- proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- que não atendam às condições desse Edital e seu(s) anexo(s);
- estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

Relevante salientar que, como requisito de habilitação jurídica, as licitantes deverão apresentar declaração de que, caso seja vencedora, contratará pessoas presas ou egressas nos termos do supracitado Decreto, acompanhada de declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo. Além disso, a futura Contratada deverá manter, junto ao local de prestação dos serviços, preposto aceito pela UFSC, durante todo o período de vigência do contrato, cuja frequência de visitas presenciais será definida pelo respectivo fiscal do contrato, de modo a representar a empresa administrativamente, sempre que for necessário. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e dos insumos consumidos.

Com relação à participação de consórcios, entende-se que os serviços a serem contratados não exigem empresas de diferentes segmentos/capacidades reunidas para atuarem na execução dos serviços. Os sistemas produzidos como consequência dos serviços a serem contratados são resultado de equipes, técnicas e procedimentos complementares e integrados, não havendo benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto desta contratação”.

4.2. Vigência e Qualificação Técnica

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação. Os preços homologados na referida Ata serão fixos e irrevogáveis, exceto quando previsto na Lei 14.133/2021. A execução dos serviços será iniciada concomitantemente à vigência do contrato. Os demais requisitos para a contratação estão descritos no Termo de Referência, nos documentos de oficialização das demandas e nos requisitos de habilitação do Edital. Independentemente de cadastro no SICAF, a comprovação da **qualificação técnica** se dará por meio de apresentação de:

- a. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa gerenciou ou gerencia serviços de mão de obra de forma adequada, por período não inferior a 1 (um) ano. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado por prazo inferior. O(s) atestado(s) não necessita(m) ser, obrigatoriamente, referente(s) aos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação desta licitação, e o prazo de 1 (um) ano não necessita ser, obrigatoriamente, contado de forma ininterrupta (contínua).
- b. Entrega de declaração emitida pela empresa de que a mesma possui ou instalará sede, filial ou escritório ou no município ou região metropolitana onde se realizará o serviço, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

Apresentar a Declaração de Visita Técnica, realizada ou não, para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços, conforme modelos disponibilizados no Termo de Referência. A presente contratação deve observar o instituído pela Nova Lei de Licitações e Contratação para a Administração Pública (Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021) e demais normativos regulamentadores das contratações de serviços comuns.

5. Levantamento de Mercado

Identifica-se que a possível contratação para os cargos descritos será **com mão de obra exclusiva**, em virtude de ser inviável a realização dos serviços de forma descontínua e fora das dependências da UFSC. Dessa forma, observou-se que a solução ora proposta é a que atende às necessidades. Entre a contratação do serviço **com** ou **sem** ferramentas e equipamentos básicos, a escolha foi **pelo fornecimento dos itens** necessários à atuação dos empregados, tais como carrinhos de transportes para bens pesados, paleteiras, e outros do gênero (a UFSC disponibilizará o transporte em veículos oficiais, quando da necessidade de locomoção entre as edificações e/ou suporte para eventos organizados pela Instituição, para a execução das atividades). Além

disso, não incluir o fornecimento dos equipamentos necessários à realização adequada dos serviços acarretaria em novos processos licitatórios, gerando mais custos à Administração Pública.

Para o serviço de Manutenção Predial, ressalta-se, ainda, que os Campi não dispõem de recursos materiais (de forma célere e econômica nos processos de compras) em quantitativo suficiente para atendimento das demandas existentes e nem de recursos humanos em seu quadro efetivo. Para o serviço de Manutenção Predial está sendo previsto o fornecimento de todos os materiais, sob demanda, necessários à execução. Anexo ao Termo de Referência constará uma lista exemplificativa, com a estimativa de materiais que poderão ser adquiridos para a execução do objeto. Este modelo de contratação conjunta (Serviço + Material) é necessário, pois o objetivo da contratação do serviço de manutenção predial é manter o patrimônio em perfeito estado de conservação, que só é concretizado quando da instalação, substituição ou reparo efetivo dos elementos. Sendo assim, o objetivo não é atingido se contratado somente o serviço. Da mesma forma, não se cumpre o objetivo, se não houver o material em estoque e não houver a prestação do serviço. Ainda, manter estoque dos materiais necessários à manutenção é inviável, pois a Administração teria que manter uma infinidade de materiais (teoricamente, para cada peça/material construído, deveria se ter, no mínimo, outra peça em estoque para reposição), sem contar que é humanamente impossível prever todas as situações de manutenção e peças necessárias ao longo do contrato. Por outro lado, fazer um processo licitatório para cada evento de substituição ou reparo se torna ineficaz, principalmente para os casos de manutenção corretiva em que se exige emergência e urgência no atendimento, que se não efetuado, poderá causar enormes prejuízos ao órgão, tanto economicamente quanto ao cumprimento da sua finalidade. Importa destacar que, eventualmente e a critério da fiscalização, poderão ser utilizados nas manutenções materiais disponibilizados pela própria Contratante, isto é, materiais que Administração já possua ou venha a adquirir de outras formas que não seja através da Contratada.

Neste sentido, diversas empresas no mercado da região costumam atender aos requisitos da contratação, sobretudo, empresas especializadas da área de terceirização de mão de obra, tais como:

- **Adservi** Administradora de Serviços LTDA, CNPJ CNPJ nº 02.531.343/0001-08, comercial@grupoadservi.com.br;
- **Ondrepsb** Serviços, CNPJ 83.953.331/0001-73, orcamentista02@ondrepsb.com.br;
- **Setup** Serviços Especializados, CNPJ 09.249.662/0001-74, e-mail contato@gruposetup.com, licitacoes@gruposetup.com.br;
- **Liderança** Limpeza e Conservação LTDA, CNPJ 00.482.840/0001-38, licitacoes@lideranca.com.br;
- **Orbenk** Serviços, CNPJ 79.283.065/0001-41, e-mail licitacoes@orbenk.com.br;
- **Provac** Serviços, CNPJ 07.147.016/0001-70, e-mail guilherme.henrique@grupoprovac.com.br, natalia.callera@grupoprovac.com.br.

A equipe de planejamento considerou como ideal haver um contrato para atender às necessidades de cada *Campus* solicitante. A conclusão é que as empresas que fornecem os serviços terceirizados aos órgãos sofrem influências em seus preços a depender da região em que atuarão, como variações nos valores de vale-transporte ou no ISS, o que poderia inviabilizar a fixação de um único valor a todos os Lotes aqui requeridos. Desmembrados, os lotes permitirão a participação de mais fornecedores locais no pleito.

6. Descrição da solução como um todo

A solução como um todo inclui a **Contratação de Serviços Continuados de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva, com disponibilização de equipe com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra e fornecimento de materiais sob demanda**, mediante Pregão para atender às necessidades dos Serviços.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não englobando serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias, relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção, inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. A prestação de serviços de que trata este Estudo Técnico Preliminar não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, portanto, restando vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme art. 4º da IN nº 05/2017 SEGES/MPDG. A futura contratação tem como objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra qualificada para prestação de serviços de oficial de manutenção predial, de

operador de carga e descarga, de auxiliar de almoxarifado e depósito, e de supervisor/encarregado, servente de obras, servente de serviço braçal, encarregado de obras e instalações, e chaveiro, incluindo fornecimento de equipamentos, materiais (como paletes, carros plataforma, andaimes, dentre outros que vierem a ser necessários) e, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. É caracterizado como serviço contínuo pela Portaria n.º 14.787/2014 da Secretaria Executiva do MEC, pelo Decreto n.º 9.507/2018 e pela IN SEGES/MPDG n.º 05/2017 e suas posteriores alterações, pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 7/2018, pois visa suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão, prestado de maneira seguida, ininterrupta (considerando que as atividades não são interrompidas durante o ano, seja período letivo ou não), e indiferenciada ao longo do tempo, posto à disposição em caráter permanente, objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e constante, com a dedicação exclusiva de mão de obra, e como serviço comum pelo Decreto n.º 10.024/2019, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. No que tange os serviços de manutenção predial, o enquadramento como serviço contínuo visa a garantia de condições das edificações utilizadas pela UFSC, uma vez que a interrupção ou a má prestação do serviço pode acarretar em falta de uso e de segurança. Ainda, o serviço tem característica continuada considerando que as estruturas tendem a se deteriorar com o passar dos anos. A possível contratação de postos com dedicação exclusiva deve-se a não haver servidores específicos para estas finalidades no quadro atual na UFSC.

Esta contratação busca suprir as seguintes atividades necessárias:

Operador de carga e descarga (Carregadores)

São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços de operador de carga e descarga (Carregadores), entre outras inerentes ao cargo:

1. Realizar trabalhos de natureza manual e braçal;
2. Preparar cargas e descargas de materiais, documentos e demais insumos;
3. Movimentar materiais de/para veículos de transporte, garantindo adequada acomodação das cargas;
4. Acomodar cargas e volumes em prateleiras, estantes e outros locais indicados pela Contratante;
5. Entregar e coletar encomendas, sejam bens, materiais bibliográficos ou documentos;
6. Operar equipamentos de carga e descarga;
7. Deslocar estruturas para exposições, formaturas e outros eventos, e auxiliar na montagem e desmontagem;
8. Auxiliar na preparação e transporte de caixas, pacotes e sacolas a serem manuseadas;
9. Coletar vidros de qualquer tamanho, mesmo quebrados, entulhos de construção civil, materiais de fibra de vidro, e outros afins, exceto resíduos corrosivos ou de alta periculosidade;
10. Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de cargas, descargas e movimentações de itens nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante;
11. Auxiliar na realização de inventários e na conferência dos bens permanentes e de consumo, de modo a demonstrar quais bens foram movimentados no período avaliado;
12. Auxiliar nas atividades de organização de almoxarifados, depósitos e áreas afins;
13. Zelar pela conservação dos itens que estiverem sob sua responsabilidade durante as atividades;
14. Comunicar ao preposto, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos equipamentos e materiais que compõem o almoxarifado ou local em que estiver atuando;
15. Estar presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao preposto sempre que se ausentar;
16. Auxiliar no processo de logística da Contratante;
17. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição;
18. Demonstrar organização, criatividade, agilidade, disciplina, iniciativa, dedicação, responsabilidade, capacidade de observação e concentração; comunicar-se com facilidade, tomar decisões; utilizar EPI; ouvir atentamente; manter-se dinâmico, trabalhar em equipe;
19. Executar outras tarefas correlatas.

Qualificação:

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR 11 – TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS.

NR 17 - ERGONOMIA

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR 35 - TRABALHO EM ALTURA

Auxiliar de almoxarifado e depósito (Almoxarife)

São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços de auxiliar de almoxarifado (almoxarife), entre outras inerentes ao cargo:

1. Recepcionar, conferir e armazenar produtos, utensílios, insumos e materiais em almoxarifados e depósitos;
2. Lançar a movimentação de entradas e saídas de itens, e controlar os estoques ou ambientes semelhantes;
3. Distribuir bens e insumos;
4. Organizar almoxarifados, depósitos e demais áreas afins para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar,
5. Preservar os locais de atuação limpos de resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de movimentação dos bens, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante;
6. Acompanhar as entradas, saídas e permanência de pessoas nos depósitos, a fim de garantir a integridade dos itens armazenados;
7. Conferir os materiais a serem recebidos ou retirados com os devidos documentos fiscais ou gerenciais;
8. Distribuir e transportar materiais e insumos a serem utilizados nos diversos setores da Universidade;
9. Empacotar e/ou desempacotar produtos e materiais;
10. Auxiliar no processo de logística da Contratante;
11. Realizar conferências e inventários sempre que e como solicitado pela Contratante;
12. Auxiliar nos atendimentos telefônicos, operações em computadores, impressoras, fotocopiadoras, e outros pertinentes às áreas de atuação;
13. Auxiliar na identificação, tombamento, conferência e triagem de materiais;
14. Operar equipamentos de transporte e armazenamento de materiais;
15. Realizar trabalhos de natureza manual e braçal;
16. Zelar pela conservação dos itens que estiverem sob sua responsabilidade durante as atividades;
17. Comunicar, ao preposto, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos equipamentos que compõem o almoxarifado ou local em que estiver atuando;
18. Estar presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao preposto sempre que se ausentar;
19. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição;
20. Demonstrar organização, criatividade, agilidade, disciplina, iniciativa, dedicação, responsabilidade, capacidade de observação e concentração; comunicar-se com facilidade, tomar decisões; utilizar EPI; ouvir atentamente; manter-se dinâmico, trabalhar em equipe;
21. Executar outras tarefas correlatas.

Qualificação:

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 17 - ERGONOMIA

NR 11 – TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS

Supervisor (Encarregado) de operadores de cargas e auxiliares de almoxarifado

São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços de auxiliar de almoxarifado (almoxarife), entre outras inerentes ao cargo:

1. Gerenciar a equipe de operadores de cargas e auxiliares de almoxarifado;
2. Acompanhar diariamente a frequência dos empregados terceirizados, registrando atrasos e faltas ocorridas, devendo para estas últimas comunicar à Contratada imediatamente, solicitando a devida substituição;
3. Solicitar à Contratada a substituição de empregado que cometa atos de indisciplina ou que não atenda às exigências de qualidade na execução do serviço, através do fiscal do contrato.
4. Zelar para que todos os empregados estejam devidamente uniformizados durante o serviço;
5. Zelar para que os EPI sejam devidamente utilizados pelos empregados terceirizados, sempre que necessário;
6. Comunicar ao Fiscal de Contrato, diariamente, as alterações ocorridas quanto à frequência dos empregados, execução dos serviços, substituições pertinentes às faltas registradas e disciplina no ambiente de trabalho;
7. Observar e orientar a conduta adequada dos seus subordinados na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
8. Supervisionar rotinas e atividades inerentes ao cargo de supervisor de pessoal;
9. Providenciar disponibilidade de veículo e motorista para as atividades do dia junto à Contratante;

10. Coordenar os serviços de carga, descarga, movimentação de materiais e organização de depósitos ou espaços correlatos;
11. Estabelecer comunicação entre Contratada e Contratante, e entre Contratante e empregados terceirizados, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de materiais, bem como danos aos equipamentos e utensílios disponibilizados pela Contratada;
12. Auxiliar no processo de logística da Contratante;
13. Conferir diariamente os itens movimentados pelos empregados terceirizados, quali e quantitativamente, prestando contas ao Fiscal do Contrato, inclusive documentalmente, se solicitado;
14. Comunicar ao preposto, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos bens (equipamentos, móveis, documentos, etc) que compõem o almoxarifado ou local em que estiver atuando;
15. Estar presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao preposto sempre que se ausentar;
16. Recepcionar, conferir e armazenar produtos, utensílios, insumos e materiais em almoxarifados e depósitos;
17. Garantir a limpeza dos locais de atuação, sem resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de movimentação dos bens, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante;
18. Supervisionar as entradas, saídas e permanência de pessoas nos depósitos, a fim de garantir a integridade dos itens armazenados;
19. Realizar conferências e inventários sempre que solicitado pela Contratante;
20. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição;
21. Demonstrar organização, criatividade, agilidade, disciplina, iniciativa, dedicação, responsabilidade, capacidade de observação e concentração; comunicar-se com facilidade, tomar decisões; utilizar EPI; ouvir atentamente; manter-se dinâmico, trabalhar em equipe;
22. Manter a disciplina no ambiente de trabalho;
23. Executar outras tarefas correlatas.

Oficial de manutenção predial

São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços de manutenção, conservação e reparos prediais (Oficial de Manutenção Predial), entre outras inerentes ao cargo: executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, pintura, hidráulica, carpintaria, serralheria e alvenaria, mediante inspeções, verificações, limpezas, consertos, reparos, substituições, remanejamentos, montagens, instalação, desinstalação, pequenas adaptações e modificações. Os serviços compreenderão a listagem a seguir detalhada, a qual não é exaustiva, devendo ser executados todos os inerentes à função:

1. Verificar, corrigir, reparar, substituir ou executar, quando necessário, reparos e serviços de manutenção elétrica e mecânica:
 - Funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação;
 - Equipamentos de iluminação;
 - Executar instalações elétricas de baixa tensão;
 - Verificar avarias nas instalações;
 - Instalar equipamentos elétricos;
 - Instalar equipamentos de iluminação;
 - Soldar objetos;
 - Verificar motores elétricos.
 - Limpar filtros de equipamentos condicionadores de ar;
 - Realizar outros serviços de natureza elétrica/mecânica que forem demandados.
2. Verificar, solicitar, corrigir, reparar, substituir ou executar, quando necessário, reparos e serviços de manutenção hidráulica:
 - Classificar equipamentos e tubulações;
 - Vazamento nas torneiras, boias, registros, chuveiros, pias, bebedouros, bacias sanitárias, etc.;
 - Entupimento das bacias, acessórios, vasos, ralos, caixas coletoras, mictórios etc.;
 - Trincas em tubulação;
 - Pressão e vazão de água nas louças sanitárias e bebedouros;
 - Estado geral de louças, ferragens, etc.;
 - Regulagem dos dispositivos de acionamento das válvulas (bóias, descarga);
 - As bombas hidráulicas;
 - Vazamento nos registros e barriletes (rede);
 - Ruídos e vibrações anormais;
 - Estado das bóias superiores e inferiores;
 - Parafusos de fixação;
 - As peças, tubulações e conexões hidráulicas;
 - Verificar a caixa de registro de água na entrada do prédio, mantendo-a sempre estanque e limpa;
 - Verificar o nível da água na caixa d'água, comunicando previamente a Contratante a necessidade de reposição;

- Comunicar, imediatamente, à Contratante a ocorrência de quaisquer defeitos identificados e/ou visualizados
- Verificar o funcionamento e realizar as manutenções necessárias nas cisternas e caixas d'água, reportando quaisquer anormalidades/irregularidades ao Preposto.
- Efetuar limpeza da caixa d'água. A empresa deverá fornecer laudo técnico de limpeza.
- Analisar o consumo de água e efetuar testes de verificação de vazamentos;
- Inspecionar todas as caixas de passagem, caixas coletoras e de gordura, procedendo à sua limpeza e retirada de materiais sólidos, raízes, óleos e gordura.
- Efetuar a abertura e fechamento de valas, para realização de manutenção de rede de água e esgoto;
- Limpar todas as calhas e redes pluviais (trabalho em altura);
- Realizar outros serviços hidráulicos que forem demandados.

3. Verificar, solicitar, corrigir, reparar, substituir ou executar, quando necessário, reparos e serviços de carpintaria e alvenaria:

- Verificar fachadas, revestimentos, pinturas, etc.
- Lavar fachadas, superfícies (pisos, paredes, teto) e vidros;
- Reparar trincas, rachaduras, fendas, emendas;
- Impermeabilizar superfícies;
- Executar e recuperar pinturas;
- Repor revestimentos cerâmicos (pisos, azulejos, pastilhas).
- Consertar mobiliário;
- Reparar e substituir portas, janelas, divisórias, forros, etc...
- Realizar outros serviços de carpintaria e alvenaria que forem demandados.

4. Portas e portões de acessos comuns, externos e internos:

- Verificar os acessos comuns internos e externos, efetuando a necessária manutenção;
- Relatar os casos em que seja necessária a substituição de peças (molas, roldanas) e de serviços de serralheria;
- Verificar o funcionamento de molas de piso e pivôs, e efetuar a devida regulagem;
- Verificar o estado das fechaduras, dos fechos e ferrolhos;
- Verificar o estado dos elementos de sinalização (faixas adesivas, pinturas e luminárias);
- Verificar o estado das roldanas e lubrificá-las;
- Verificar o estado dos puxadores e sua fixação;
- Verificar os controles de acionamento e eventual troca de pilhas;
- Realizar serviço de substituição de portas e/ou dobradiças, bem como, fechaduras, quando necessário.
- Realizar outros serviços de carpintaria que forem demandados.

5. Alvenaria/Estrutura:

- Verificar o estado de conservação da estrutura predial: fachadas, acabamento interno e externo, aspectos gerais de pintura, piso, tampas de vedação das caixas do sistema hidrossanitário, elétrico e de telefonia, vazamentos, infiltrações, etc.;
- Promover reparos de menor complexidade de pintura, reboco/alvenaria, carpintaria, marcenaria, elétrica e hidráulica;
- Pintar e manter as marcações de estacionamento sempre visíveis.
- Proceder à limpeza, manutenção e conservação dos locais de trabalho e instalações (internas e externas) da Contratante quando determinado;
- Executar serviços de higienização predial;
- Verificar condições gerais das lajes (sinais de deformações excessivas, recalques, lixiviação, expansões, desagregação, fissuras, lascamentos, corrosão da armadura)
- Verificar impermeabilização de laje;
- Verificar condições gerais de vigas (sinais de deformações excessivas, recalques, lixiviação, expansões, desagregação, fissuras, lascamentos, corrosão da armadura);
- Verificar condições gerais de pilares (sinais de deformações excessivas, recalques, lixiviação, expansões, desagregação, fissuras, lascamentos, corrosão da armadura).
- Construir/abrir paredes, chapiscar e rebocar;
- Descascar, emassar e pintar paredes, tetos, portas e esquadrias;
- Vedar fendas, trincas e rachaduras;
- Impermeabilizar superfícies;
- Fazer contrapiso e piso;
- Assentar e rejuntar pisos, azulejos, soleiras e peitoris;
- Manuténir/construir calçadas e rampas;
- Abrir valas, cavar e tapar buracos;
- Demolir pisos, alvenaria e concreto;
- Reparar, substituir e instalar marcos, portas, janelas, divisórias e forros;

- Reparar calçadas, arruamentos e meio-fio;
- Efetuar limpeza e pintura de muros e meio-fio;
- Remover, substituir e instalar pias, lavatórios, vasos sanitários, espelhos e chuveiros;
- Verificar a integridade física dos pisos, em áreas internas e externas, recompondo-os, se necessário;
- Realizar outros serviços de Alvenaria/Estrutura de baixa complexidade que forem demandados.

6. Cobertura (telhado)

- Verificar o estado geral das coberturas e das calhas em todas as edificações da Contratante;
- Corrigir vazamentos e infiltrações.
- Reparar telhados, instalar e substituir caibros, ripas, telhas, cumeeiras, rufos, rincões, espigões e calhas (trabalho em altura);
- Realizar outros serviços de manutenção de cobertura que forem demandados.

7. Esquadrias

- Realizar instalação e remoção de esquadrias internas ou externas;
- Restauro de esquadria, incluindo ferragens, vedações e estrutura;
- Instalação de molas aéreas e de piso em portas e outras esquadrias;
- Realizar a substituição de vidros (temperado, comum, fumê, verde, laminado, martelado, aramado, e outros), e suas fixações.
- Efetuar reparos e substituições de maçanetas, fechaduras, dobradiças, pinos, parafusos de fixação, etc.
- Efetuar outros serviços em esquadrias e aberturas que forem demandados.

8. Trabalhos de natureza manual e braçal:

- Realizar trabalhos de natureza manual e braçal;
- Carregar e descarregar materiais e volumes em automóveis e caminhões;
- Efetuar movimentação de mobiliário, materiais de consumo e materiais em geral;
- Efetuar acomodação de cargas e volumes em prateleiras, estantes e outros locais indicados;
- Efetuar movimentação de materiais permanentes e de consumo nos depósitos do setor de almoxarifado;
- Auxiliar na organização e manutenção das instalações dos almoxarifados da Instituição;
- Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades de movimentações de itens nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente aos locais ambientalmente adequados, indicados pela Contratante
- Realizar outros serviços de natureza manual e braçal que forem demandados.

9. Trabalhar com segurança:

- Usar uniforme;
- Utilizar EPIs;
- Inspeccionar local a ser trabalhado;
- Isolar área para manutenção e limpeza;
- Montar andaime;
- Operar equipamentos;
- Submeter-se a cursos de capacitação e qualificação;
- Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Formação e experiência

Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Qualificação:

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 35 - TRABALHO EM ALTURA

NR 18 - CURSO ANDAIME TUBULAR, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM.

NR 18 – TRABALHO A QUENTE

NR 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: ESMERILHADEIRA ELÉTRICA ANGULAR, FURADEIRA MARTELETE/ROMPEDOR PROFISSIONAL, LANTERNA HOLOFOTE, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, PARAFUSADEIRA $\frac{3}{8}$ ", SERRA CIRCULAR ELÉTRICA 7 $\frac{1}{4}$ ", SERRA MÁRMORE ELÉTRICA, FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL

NR 33 - ESPAÇOS CONFINADOS: LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA

Oficial de Manutenção Predial para o DME/PU

São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços, no âmbito do DME:

Profissional com conhecimento para preparar o local de trabalho, ordenando fluxos do processo de produção, e planejam o trabalho, interpretando projetos desenhos e especificações e esboçando o produto conforme solicitação. Confeccionam e restauram produtos de madeira e derivados (produção em série ou sob medida). Entregam produtos confeccionados sob medida ou restaurados, embalando, transportando e montando o produto no local da instalação em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental. Confeccionam formas de madeira e forro de laje (painéis), constroem andaimes e proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado. Escoram lajes de pontes, viadutos e grandes vãos. Montam portas e esquadrias. Finalizam serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de formas metálicas, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos.

Confeccionam, reparam e instalam peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; Fabricam ou reparam caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço. Recortam, modelam e trabalham barras perfiladas de materiais ferrosos e não ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares. Preparam máquinas, equipamentos e instrumentos para corte de vidros. Cortam, montam e instalam vidros, vitrais e espelhos. Confeccionam, lapidam e pintam vitrais. Executam serviços de alvenarias, revestimentos, pisos cimentados, acabamentos especiais, pisos cerâmicos, assentamento de azulejos, meio-fio de concreto, mourões de cerca, concretagem de lajes, cintas, vigas, pilares e contrapisos e similares. Executam e supervisionam todos os tipos de pintura prediais sobre alvenarias revestidas, gesso, concretos aparentes, madeiras, estruturas metálicas e sinalização. Executam e supervisionam recuperação de calçamentos poliédricos (petit pavet - calçada portuguesa), meio-fio e qualquer tipo de serviços inerentes a arruamento e pavimentação. Confeccionam e montam estruturas de madeira ou metal para cobertura, colocação de telhas de argila, amianto, metálica ou plástica. Limpeza, desobstrução, manutenção e desentupimento de calhas de chuva (calhas de coberturas). Operar máquinas e ferramentas para madeira ou metal. Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Servente de Obras para o DME/PU

Profissional com conhecimento para demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas; preparam canteiros de obras, limpando a área e compactando solos. Efetua manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos. Realizam escavações e preparam massa de concreto e outros materiais. Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Servente de Serviço Braçal para o DME/PU

Profissional com conhecimento para carregar e descarregar materiais e volumes de automóveis, incluindo a correta e segura acomodação das cargas. Efetuar a movimentação de mobiliário, materiais de consumo e materiais em geral dentre as localidades indicadas neste Termo de Referência. Organizar depósitos conforme orientação. Realizar a limpeza na área em que houver movimentação de cargas, móveis e mercadorias, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante. Acomodar cargas em pallets, estrados e outros meios de suporte indicados. Zelar pelos materiais transportados e pelas instalações da Contratante. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Chaveiro para o DME

Profissional com conhecimento nos serviços de aberturas de portas, gavetas, armário e cadeados, confecções de chaves em geral, consertos de fechaduras, cópias de chaves diversas, instalações de fechaduras diversas, instalações de porta cadeados e trocas de segredo. Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Encarregado de Serviços e Instalações para o DME/PU

Requisitos: Ensino médio completo ou curso equivalente

Profissional com conhecimento para supervisionar os colaboradores e ambientes de trabalho. Fazer o controle de frequência, assiduidade, repassando essas informações ao fiscal do contrato. Distribuir os serviços solicitados pelo fiscal. Fiscalizar uso de EPIs e orientar quanto às medidas de segurança nos locais de trabalho e utilização de equipamentos. Solicitar, sempre que necessário, o Técnico de Segurança do Trabalho da Contratada. Administrar e gerenciar o cronograma de serviços, bem como a rotina de recebimentos, encaminhamentos e comunicação escrita das ordens de serviço, adequando a logística da Contratada à logística da Contratante, no tocante aos trâmites burocráticos, via sistema utilizado pela Contratante, (que fornecerá instrução /treinamento para tal). Sempre que solicitado, dar retorno à Contratante. No caso de alguma irregularidade, comunicar imediatamente ao fiscal do contrato. Retirar resíduos e restos de materiais oriundos das atividades nas áreas em que ocorrerem, transportando-os imediatamente até os locais ambientalmente adequados indicados pela Contratante. Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Os postos de serviço de carregador e almoxarife para o DME, seguem as mesmas especificações dos demais setores arrolados no presente Estudo Técnico Preliminar.

Eletricista de Instalações elétricas

Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalam e reparam equipamentos de iluminação. São consideradas atividades básicas a serem realizadas na execução dos serviços:

A) PLANEJAR SERVIÇOS ELÉTRICOS

- a.1) Levantar material a ser utilizado;
- a.2) Quantificar material a ser utilizado;
- a.3) Orçar material;
- a.4) Reconhecimento e delimitação do local de execução do serviço;
- a.5) Estabelecer cronograma de serviço;
- a.6) Organizar equipamentos e ferramentas;
- a.7) Determinar número de ajudantes para o serviço.

B) REALIZAR INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO

- b.1) Realizar os buracos da posteação (posicionamento);
- b.2) Cavar buracos para instalação de postes;
- b.3) Instalar postes;
- b.4) Equipar os postes;
- b.5) Instalar condutores e acessórios;
- b.6) Instalar transformadores;
- b.7) Instalar iluminação pública;
- b.8) Testar a rede de distribuição.

C) REALIZAR INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E INDUSTRIAIS

- c.1) Instalar dutos de acordo com as normas técnicas;
- c.2) Passagem de condutores elétricos nos dutos;
- c.3) Instalar quadros de distribuição de circuitos;
- c.4) Seguir padrões de medição;
- c.5) Instalar pontos de luz conforme solicitação do cliente;
- c.6) Balancear cargas do circuito de distribuição;
- c.7) Testar as instalações elétricas;
- c.8) Fazer medições elétricas;
- c.9) Instalar comandos e controles elétricos em diversos equipamentos;

- c.10) Instalar motores elétricos;
- c.11) Instalar grupos geradores;
- c.12) Instalar equipamentos de potência;
- c.13) Instalar terminais de alta tensão;
- c.14) Emendar condutores elétricos;
- c.15) Soldar condutores elétricos;
- c.16) Instalar banco de capacitores;
- c.17) Instalar equipamentos auxiliares: corrente contínua (C.C.), inversores, retificadores e banco de bateria;
- c.18) Realizar reparos em rede de alarme de incêndio, iluminação de emergência e sinalização para abandono de local.

D) EFETUAR SERVIÇOS COMERCIAIS DE ALTA E BAIXA TENSÃO

- d.1) Vistoriar a unidade consumidora;
- d.2) Instalar medidor de energia, transformador de potência e corrente;
- d.3) Interligar a unidade consumidora;
- d.4) Desligar o fornecimento de energia;
- d.5) Religar o fornecimento de energia;
- d.6) Inspeccionar a medição do consumo.

E) EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- e.1) Listar máquinas e equipamentos;
- e.2) Estabelecer cronograma de execução da manutenção de máquinas e equipamentos;
- e.3) Seguir instruções técnicas do fabricante para fazer a manutenção;
- e.4) Proteger equipamentos das intempéries ambientais;
- e.5) Inspeccionar máquinas e equipamentos visualmente;
- e.6) Realizar testes operacionais das máquinas e equipamentos auxiliares;
- e.7) Limpar máquinas, equipamentos e local de trabalho;
- e.8) Entregar máquinas e equipamentos em condições normais de operação;
- e.9) Monitorar dados durante a operação de equipamentos e máquinas auxiliares;
- e.10) Interpretar esquemas elétricos dos equipamentos;
- e.11) Identificar defeitos;
- e.12) Preparar equipamentos para a manutenção;
- e.13) Selecionar ferramentas e materiais;
- e.14) Corrigir defeitos de máquinas, equipamentos e sistemas;
- e.15) Testar funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas;
- e.16) Fazer ensaios elétricos dos equipamentos;
- e.17) Liberar máquina, equipamento e sistema para operação após a manutenção.

F) PREENCHER DOCUMENTAÇÃO 7170

- f.1) Fazer relatórios de serviços;
- f.2) Preencher ordem de serviço;
- f.3) Preencher boletim de interrupção de energia;
- f.4) Registrar ocorrências;
- f.5) Preencher formulários de requisição de materiais;
- f.6) Emitir parecer sobre suas atividades;
- f.7) Elaborar relatórios de serviços;

G) REALIZAR MEDIÇÕES E TESTES

- g.1) Verificar tensões dos sistemas;
- g.2) Verificar resistências dos componentes eletroeletrônicos;
- g.3) Medir correntes dos circuitos;
- g.4) Medir fator de potência;
- g.5) Medir aterramento e isolamento.

H) REALIZAR SERVIÇOS SEGUNDO NORMAS DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL

- h.1) Solicitar inspeções dos locais de trabalho;
- h.2) Interpretar laudos de segurança;
- h.3) Interpretar laudos do meio ambiente;
- h.4) Interpretar laudos de saúde ocupacional;
- h.5) Utilizar equipamentos de segurança individual e coletivo;
- h.6) Avaliar condições de insegurança;
- h.7) Sinalizar equipamentos ou locais de trabalho para isolamento;
- h.8) Bloquear o funcionamento da máquina;

- h.9) Aplicar primeiros socorros;
- h.10) Depositar resíduos e demais materiais em locais próprios.

I) TRABALHAR EM EQUIPE E COLABORAR COM OUTRAS ÁREAS

- i.1) Colaborar com equipes multidisciplinares para a execução de projetos elétricos e de infraestrutura;
- i.2) Comunicar-se de forma eficaz com outros profissionais;
- i.3) Auxiliar em projetos de melhoria das instalações elétricas em parceria com setores administrativos e acadêmicos;
- i.4) Promover a integração e cooperação entre os membros da equipe para garantir a segurança e eficiência na execução dos serviços;
- i.5) Participar de reuniões de planejamento e execução de projetos, contribuindo com sugestões técnicas;
- i.6) Compartilhar conhecimentos técnicos e boas práticas com os colegas de trabalho, promovendo a capacitação contínua da equipe;
- i.7) Coordenar atividades conjuntas com outros departamentos, como manutenção predial, TI e segurança.

J) Cumprir rigorosamente os requisitos de políticas ambientais da Instituição.

Formação e experiência

Para o exercício das ocupações requer-se ensino médio completo e curso profissionalizante na área com prática profissional no posto de trabalho ou correlatos de 1 ano.

Qualificação:

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR 06 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

NR 35 - TRABALHO EM ALTURA

NR 18 - CURSO ANDAIME TUBULAR, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM.

NR 18 – TRABALHO A QUENTE.

NR 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Conhecimento da NBR-5410 e NBR 5419

As atividades descritas estão modeladas tendo como base os códigos 7832-15, 4141-05, 5143-25, 3131-05, 7170-20, 7102-05 e 5231-15 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa do quantitativo de postos para contratação dos postos de operador de carga e descarga, auxiliar de almoxarifado e depósito e encarregado/supervisor levou em consideração a ineludível redução significativa da real necessidade para o atendimento célere da demanda, em virtude do subfinanciamento das Instituições Federais de Ensino Superior, que vem ocorrendo na última década. As quantidades destinadas a cada Unidade requerente deverão atender às necessidades básicas e prioritárias, determinadas conforme as peculiaridades do serviço a ser prestado. Analisando-se o Contrato n. 343/2018, que iniciou com 23 carregadores empregados para 9 Unidades do **Campus Florianópolis**, e terminará com 20 para as demandas de 10 Unidades, percebe-se que os negativos impactos orçamentários já acarretaram em prejuízos às atividades oferecidas pela UFSC, por meio da redução contratual dos carregadores. Diante do que a Universidade realmente precisaria contratar, se considerarmos apenas operadores de carga e descarga para a Sede, a licitação ora solicitada já parte do total diminuto de postos e, ainda, com uma nova política para o atendimento de demandas sendo considerada: enquanto o contrato anterior previa postos

exclusivos para apenas uma Unidade (ex: eram 3 atuando no prédio Reitoria 2), esse novo prevê compartilhamento obrigatório, a exemplo de 1 único posto que deverá atender, no mínimo, a todas as (aprox.) 20 Unidades ocupantes da Reitoria 2. Além disso, não era prevista adequadamente a organização dos materiais após sua movimentação, ou seja, a manutenção e controle dos bens nos respectivos espaços de armazenamento (depósitos e almoxarifados), fato que levou à inclusão de mais um cargo a ser especificado nesta licitação. No entanto, os postos serão destinados exclusivamente às Unidades que trabalhem com depósitos, estoques e similares. Quanto ao posto de encarregado/supervisor de carregadores e almoxarifes, também houve redução do quantitativo solicitado. Enquanto o Contrato 343/2018 previu 2 postos para supervisão de 23 trabalhadores, o atual pedido solicita apenas 1 encarregado, e para 25 empregados, sendo, provavelmente, a maioria do sexo masculino, em função das exigências braçais das atividades. É importante destacar que, para os serviços de entrega e recolhimento de bens, não há mais servidores UFSC que acompanhem os trabalhos presencialmente, tornando 100% do trabalho realizado pelos terceirizados (carregadores + motorista), com veículos e bens próprios da Universidade. É necessário contar com um responsável pela concentração das atividades e informações de todos os empregados distribuídos pelas diversas Unidades requerentes.

Para o dimensionamento do quantitativo dos postos de oficial de manutenção predial, no **Campus Araranguá**, considerou-se que os serviços serão realizados nas duas Unidades do Campus. Quanto aos postos de auxiliar de almoxarifado, dimensiona-se o quantitativo de 1 (um) posto para o Campus Araranguá. Para esta contratação, não há contrato anterior sobre este posto para utilizar como histórico de referência; trata-se de necessidade nova identificada. Ainda para o Campus, o contrato 285/2018, celebrado entre a UFSC e a empresa Liderança Limpeza e Conservação LTDA, prevê o quantitativo mínimo exigido para a execução das tarefas pertinentes para os serviços de zeladoria, que é de 3 (três) postos, na forma de dedicação exclusiva de mão de obra. Dessa forma, para a atual contratação, analogamente, mantém-se o número de 3 (três) postos, sendo 2 oficiais de manutenção predial e 1 eletricista de instalações elétricas. Para o Serviço de Fornecimento de Material, os materiais e as peças a serem instaladas serão sob demanda, ou seja, serão adquiridos apenas em caso de necessidade, de acordo com a demanda do serviço prestado nas edificações das duas Unidades do Campus.

O **Campus Blumenau** possui atualmente 2 (dois) postos de trabalho para os serviços de Oficial de Manutenção Predial, e 2 (dois) postos para os serviços de carregador, contemplados no contrato 57/2023, com a empresa Liderança Limpeza e Conservação. Desse modo, essa quantidade atende atualmente as necessidades do Campus, e, por essa razão, será mantido o mesmo quantitativo. Já para os serviços de auxiliar de almoxarifado, dimensiona-se o quantitativo de 2 (dois) postos visto que serão criados depósitos centralizados, os quais concentraram as demandas da Administração de Edifícios e Patrimônio, e também um depósito para guarda de produtos químicos. Desse modo, como serão dois depósitos, se faz necessária a contratação de 2 (dois) postos de serviços para atendimento dessa demanda. Além disso, prevê-se a contratação de 1 (um) posto de eletricista para dar suporte às atividades dos oficiais de manutenção.

O **Campus de Curitiba** possui atualmente 1 (um) posto de trabalho para o serviço de Oficial de Manutenção Predial, conforme contrato 113/2022, para o atendimento em 4 unidades. Contudo, considerando o aumento das construções (CBS 02, CPAAV e Prédio Medicina), solicitamos o acréscimo para 2 (dois) postos, sendo que ao final das construções haverá 7 (sete) edificações em 5 (cinco) locais distintos. O posto de eletricista está englobado ao Contrato 113/2022, existindo hoje 1 (um) posto, o que consideramos o suficiente para uma nova contratação. Em relação aos Carregadores, contemplados no contrato 113/2022, o quantitativo de 2 (dois) postos é suficiente para seguir atendendo a demanda das 4 (quatro) unidades em plena atividade, espalhadas pela cidade, considerando já com o aumento de duas unidades em fase de construção, denominadas CBS 02 e CPAAV (em anexo à SEDE) e mais a unidade que será cedida pelo município ao Curso de Medicina. Quanto ao posto de auxiliar de almoxarife, atualmente contamos com 1 (um) posto, Contrato 123/2022, alocado para o cuidado no estoque de materiais e medicamentos da Clínica Veterinária Escola - CVE, entretanto não se cumpre o objetivo da Instituição se não houver o material organizado em estoque, com a grande quantidade esperada após o término das edificações, devendo haver a prestação do serviço nos demais locais, portanto solicitamos 2 (dois) postos.

Ao **Campus Joinville**, levou-se em consideração o quantitativo do contrato em vigência, contemplando 02 (dois) postos de profissional de serviços gerais (Carga e Descarga) e 01 (um) posto de profissional oficial de manutenção predial e a inclusão de 01 (um) posto de eletricista, conforme justificativa apresentada neste documento.

LOTE 1

Campus	Unidade	Carregador	Almoxarife	Supervisor	Oficial Manut Predial	Servente obras	Servente Serviço Braçal	Encarreg. obras	Chaveiro
	PROAD/Serviço de Protocolo Externo e Correspondência*	01*	-	-	-	-	-	-	-

Fpolis	PROAD /Departamento de Gestão de Bens Permanentes*	07*	04*	01*	-	-	-	-	-
	PROAD /Coordenadoria de Almoxarifado Central*	02*	02*	-	-	-	-	-	-
	Biblioteca Universitária*	01*	-	-	-	-	-	-	-
	SeCARTe /Departamento de Cultura e Eventos*	01*	-	-	-	-	-	-	-
	Coordenadoria de Gestão Ambiental*	02*	-	-	-	-	-	-	-
	Centro de Ciências da Saúde*	01*	-	-	-	-	-	-	-
	Editora da UFSC*	01*	01*	-	-	-	-	-	-
	DME/PU **	04**	02**	-	22**	4**	2**	2**	1**
Total por cargo		20	09	01	22	4	2	2	1
Total do Lote 1		61							

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº - Trindade – Florianópolis – SC CEP: 88035-972

** Contrato 1; * Contrato 2

LOTE 2

Campus	Unidade	Almoxarife	Oficial Manut. Predial	Eletricista
Araranguá	Jardim das Avenidas	01	02	01
Total por cargo		01	02	01
Total do Lote 3		04		

Endereços:

1. Unidade Jardim das Avenidas: Rua Gov. Jorge Lacerda, 3201 - Jardim das Avenidas, Araranguá - SC, 88906-072;

2. Unidade Mato Alto: Rua Pedro João Pereira, nº 150, Mato Alto, Araranguá – SC - CEP: 88.905-12

LOTE 3

Campus	Unidade	Carregador	Almoxarife	Oficial Manut. Predial	Eletricista
Blumenau	-	02	02	02	01
Total por cargo		02	02	02	01
Total do Lote 4		07			

Endereço: Rua Eng. Udo Deeke, nº 485, bairro Salto do Norte, Blumenau-SC, CEP 89065-100.

LOTE 4

Campus	Unidade	Carregador	Almoxarife	Oficial Manut. Predial	Eletricista
Curitibanos	-	02	02	02	01
Total por cargo		02	02	02	01
Total do Lote 4		07			

Endereço: Rodovia Ulysses Gaboardi, s/nº Km 3 – Curitibanos – SC CEP: 89520-000 Caixa Postal: 101

LOTE 5

Campus	Unidade	Carregador	Oficial Manut. Predial	Eletricista
Joinville	-	02	01	01
Total por cargo		02	01	01
Total do Lote 6		04		

Endereço: Rua Dona Francisca, 8300 – Bloco U Zona Industrial Norte Joinville – SC – Brasil CEP: 89219-600

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.087.847,03

Tabela Estimativa de Valores: (ANEXO V)

Cabe destacar que os valores apresentados são apenas estimados, e não foram detalhadamente averiguados para o início do processo licitatório. Contudo, pode-se dar destaque a alguns pontos importantes:

8.1. Lote 01

8.1.1. Para os cálculos do Lote 01 (Contrato 1 - Campus Florianópolis - DME/PU), utilizaram-se os seguintes valores estimados para os postos de trabalho:

- **Serviço de fornecimento de materiais e peças a serem instalados em caso de necessidade, de acordo com a demanda de serviço prestado.** Valor de referência de R\$ 2.331.388,91 anual conforme estimativa do DME/PU (tabela anexa ao ETP). O valor anual foi estimado com base nos valores na tabela SINAPI Insumos Desonerada Santa Catarina atualmente vigente (Novembro/2024). Para elaboração do Termo de Referência da licitação, os valores serão atualizados conforme tabela mais atualizada. Os materiais que serão indicados em Anexo no Termo de Referência são exemplificativos, não taxativos, podendo a administração adquirir outros materiais não previstos no Anexo, mas que se encontram na tabela SINAPI. Caso o material, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três empresas da região e adquiri-lo conforme a menor cotação, devendo a administração validar o preço junto a outros três fornecedores e, sobre este valor, incidir o mesmo desconto dado para os itens constantes na tabela SINAPI, nos termos do Acórdão TCU nº 1238/2016 Plenário. A administração não consegue definir precisamente os quantitativos que serão utilizados, em razão da impossibilidade de se prever os quantitativos que serão utilizados num período de doze meses, em se tratando de manutenção predial com diversas edificações. A previsão de valor máximo será um parâmetro para delimitação do objeto como um todo. Em relação à contratação conjunta do serviço e insumos, a colocação em disputa de item por item poderia inviabilizar a licitação (ex: itens importantes desertos), além disso, poderia ocasionar diversos embaraços na fase executória contratual, uma vez que o prestador necessitaria aguardar que os materiais viessem de fornecedores diferentes, criando-se maior morosidade a um procedimento que se busca eficiência e respostas rápidas.
- **Carregadores (referência CBO 7832-15).** Idem Lote 01.
- **Auxiliar de almoxarifado e depósito (referência CBO 4141-0).** Idem Lote 01.
- **Oficial de manutenção predial (referência CBO 5143-25).** Por ser apenas estimativo, utilizou-se o maior valor encontrado pela equipe de planejamento, correspondente ao mesmo do Campus Curitibaanos.
- **Servente de Obra (referência CBO 7170-20).** Foram considerados os valores do contrato anterior.
- **Servente de Serviço Braçal (referência CBO 7170-20).** Foram considerados os valores do contrato anterior.
- **Encarregado de Obras e Instalações (referência CBO 7102-05).** Foram considerados os mesmos valores do contrato anterior.
- **Chaveiro (referência CBO 5231-15).** Foi utilizado como referência o valor médio disponível em: <https://dissidio.com.br/salario/chaveiro/>, que apresenta valores aproximados de salários de chaveiros, no ano de 2024, pagos em todos os estados brasileiros. O valor do salário foi multiplicado por 2, considerando a carga tributária, vales e percentuais remuneratórios da futura contratada.

8.1.2. Para os cálculos do Lote 01 (Contrato 2 - Campus Florianópolis), utilizaram-se os seguintes valores estimados para os postos de trabalho, tendo como base os valores praticados no contrato vigente, 343/2018:

- **Carregadores (referência CBO 7832-15).** R\$ 5.192,54.
- **Auxiliar de almoxarifado e depósito (referência CBO 4141-0).** Foi equiparado ao cargo de carregador, e utilizou-se o mesmo valor.
- **Supervisor carregador/almoxarife.** R\$ 6.412,88.

8.2. Para os cálculos do Lote 02 (Campus Araranguá), utilizou-se os seguintes valores estimados para os postos de trabalho, quais sejam:

- **Serviço de fornecimento de materiais e peças a serem instalados em caso de necessidade, de acordo com a demanda de serviço prestado - Campus Araranguá.** Não há contrato vigente. Valor de referência de R\$ 121.670,98 anual conforme estimativa do setor técnico do Campus Araranguá (tabela anexa ao ETP). O valor anual foi estimado com base nos valores na tabela SINAPI Insumos Desonerada Santa Catarina atualmente vigente (Setembro/2024). Para

elaboração do Termo de Referência da licitação, os valores serão atualizados conforme tabela mais atualizada. Os materiais que serão indicados em Anexo no Termo de Referência são exemplificativos, não taxativos, podendo a administração adquirir outros materiais não previstos no Anexo, mas que se encontram na tabela SINAPI. Caso o material, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três empresas da região e adquiri-lo conforme a menor cotação, devendo a administração validar o preço junto a outros três fornecedores e, sobre este valor, incidir o mesmo desconto dado para os itens constantes na tabela SINAPI, nos termos do Acórdão TCU nº 1238/2016 Plenário. A administração não consegue definir precisamente os quantitativos que serão utilizados, em razão da impossibilidade de se prever os quantitativos que serão utilizados num período de doze meses, em se tratando de manutenção predial com diversas edificações. A previsão de valor máximo será um parâmetro para delimitação do objeto como um todo. Em relação à contratação conjunta do serviço e insumos, a colocação em disputa de item por item poderia inviabilizar a licitação (ex: itens importantes desertos), além disso, poderia ocasionar diversos embaraços na fase executória contratual, uma vez que o prestador necessitaria aguardar que os materiais viessem de fornecedores diferentes, criando-se maior morosidade a um procedimento que se busca eficiência e respostas rápidas.

- **Auxiliar de almoxarifado e depósito (referência CBO 4141-0).** Em 22/08/2022, foi homologado, por meio do Pregão Número 21100/2022, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, a ata de registro de preços. O contrato firmado entre as partes foi utilizado como referência, devidamente corrigido, tendo em vista que a prestação de serviços se dá na mesma jurisdição da CCT que será adotada, qual seja, município de Araranguá. Dessa forma, foi adjudicado para Liderança Limpeza e Conservação LTDA pelo melhor lance de R\$3.857,00, em agosto de 2022. O respectivo aumento do valor para o ano atual será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com o valor atualizado de R\$4.091,45.
- **Oficial de manutenção predial (referência CBO 5143-25).** O contrato 285/2018 firmado com a empresa Liderança Limpeza e Conservação e o Campus Araranguá encontrou-se vigente para o posto de Zelador até o dia 13/08/2024. Dessa forma, por analogia entre os postos, utilizou-se o mesmo valor para a contratação de Oficial de manutenção predial (referência CBO 5143-25), qual seja de R\$5.758,78.
- **Eletricista de instalações elétricas (referência CBO 7156-15).** Não há contrato vigente. Entretanto, o valor na CCT de Oficial de Manutenção Predial e de Eletricista são os mesmos. Em razão disso, por analogia, será adotado o valor do posto de R\$5.758,78, em similaridade ao Oficial de Manutenção Predial.

8.3. Para os cálculos do Lote 03 (Campus Blumenau) referente aos postos de oficial de manutenção predial e carregador, utilizou-se como referência o contrato 57/2023 firmado com a empresa Liderança Limpeza e Conservação, o qual encontra-se vigente. Dessa forma, utilizou-se os valores descritos abaixo:

- **Oficial de manutenção predial (referência CBO 5143-25)** - valor do posto: R\$5.995,51.
- **Auxiliar de Manutenção Profissional de Serviços Gerais (Carga e Descarga) (referência CBO 7832- 15)** - valor do posto: R\$5.120,51.
- **Auxiliar de almoxarifado e depósito:** Não há contrato vigente. Foi utilizado como base o contrato nº 94/2022, do IFSC, assinado com a empresa Liderança Limpeza e Conservação, o qual encontra-se vigente até 19/03/2025, proveniente do processo 23292.018008/2022-73, PE 21100/2022. O valor atualizado pelo Termo de Apostilamento 02/2023 para o cargo é de R\$4.376,87.
- **Eletricista:** Não há contrato vigente. Entretanto, o valor na CCT de Oficial de Manutenção Predial e de Eletricista são os mesmos. Em razão disso, por analogia, será adotado o valor do posto de R\$5.995,51 em similaridade ao Oficial de Manutenção Predial.

8.4. Para os cálculos do Lote 04 (Campus de Curitiba), utilizou-se os seguintes valores estimados para os postos de trabalho, quais sejam:

- **Serviço de fornecimento de materiais e peças a serem instalados em caso de necessidade, de acordo com a demanda de serviço prestado - Campus de Curitiba.** Há um contrato vigente, 113/2022, Valor de referência de R\$ 209.223,84 anual conforme estimativa do setor técnico do Campus de Curitiba (tabela anexa ao ETP). O valor anual foi estimado com base nos valores na tabela SINAPI Insumos Desonerada Santa Catarina atualmente vigente (Setembro /2024). Para elaboração do Termo de Referência da licitação, os valores serão atualizados conforme tabela mais atualizada. Os materiais que serão indicados em Anexo no Termo de Referência são exemplificativos, não taxativos, podendo a administração adquirir outros materiais não previstos no Anexo, mas que se encontram na tabela SINAPI. Caso o material, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três empresas da região e adquiri-lo conforme a menor cotação, devendo a administração validar o preço junto a outros três fornecedores e, sobre este valor, incidir o mesmo desconto dado para os itens constantes na tabela SINAPI, nos termos do Acórdão TCU nº 1238/2016 Plenário. A administração não consegue definir precisamente os quantitativos que serão utilizados, em razão da impossibilidade de se prever os quantitativos que serão utilizados num período de doze meses, em se tratando de manutenção predial com diversas edificações. A previsão de valor máximo será um parâmetro para delimitação do objeto como um todo. Em relação à contratação conjunta do serviço e insumos, a colocação em disputa de item por item poderia inviabilizar a licitação (ex: itens importantes desertos), além disso, poderia ocasionar diversos embaraços na fase executória contratual, uma vez que o prestador necessitaria aguardar que

os materiais viessem de fornecedores diferentes, criando-se maior morosidade a um procedimento que se busca eficiência e respostas rápidas.

- **Auxiliar de almoxarifado e depósito (referência CBO 4141-0)** - Atualmente o Campus de Curitiba possui o Contrato nº 123/2022, firmado com a empresa Orbenk, sendo o valor do posto de R\$ 4.737,63.
- **Auxiliar de Manutenção Profissional de Serviços Gerais (Carga e Descarga) (referência CBO 7832- 15)** - Atualmente o Campus de Curitiba possui o Contrato nº 113/2022, firmado com a empresa Arcom, sendo o valor do posto de R\$ 4.599,71.
- **Oficial de manutenção predial (referência CBO 5143-25)** - Atualmente o Campus de Curitiba possui o Contrato nº 113/2022, firmado com a empresa Arcom, sendo o valor do posto de R\$ 6.998,27.
- **Eletricista de instalações elétricas (referência CBO 7156-15)** - Atualmente o Campus de Curitiba possui o Contrato nº 113/2022, firmado com a empresa Arcom, sendo o valor do posto de R\$ 6.515,63.

8.5. Para os cálculos do Lote 05 (Campus de Joinville), utilizou-se os seguintes valores estimados para os postos de trabalho, quais sejam:

- **Serviço de fornecimento de materiais e peças a serem instalados em caso de necessidade, de acordo com a demanda de serviço prestado - Campus Joinville.** Estima-se o valor de R\$ 5.879,46 para o fornecimento de itens de alvenaria, materiais hidráulicos e elétricos, utensílios, ferramentas, peças, entre outros, necessários para a perfeita execução das atividades de manutenção predial e de instalações elétricas nos edifícios do Campus Joinville (tabela anexa). O valor tem como referência a tabela do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, ferramenta desenvolvida e mantida pela CAIXA Econômica Federal, em parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e cujos dados são atualizados periodicamente. Os materiais e peças são exemplificativos, não taxativos, haja vista da imprevisibilidade da ocorrência de situações, tais como: falhas inesperadas, fatores externos, desgaste natural mais rápido que o previsto, podendo assim, a Administração demandar de outros itens da tabela SINAPI, desde que justificados pelo gestor/fiscal do contrato e autorizado pelo ordenador de despesas do Campus.
- **Auxiliar de Manutenção Profissional de Serviços Gerais (Carga e Descarga) (referência CBO 7832- 15)** - Atualmente o Campus de Joinville possui o Contrato nº 130/2022, firmado com a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda., sendo o valor do posto de R\$ 4.903,12.
- **Oficial de manutenção predial (referência CBO 5143-25)** - Atualmente o Campus de Joinville possui o Contrato nº 130/2022, firmado com a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda, sendo o valor do posto de R\$ 5.727,36.
- **Eletricista de instalações elétricas (referência CBO 7156-15)** - Atualmente o Campus de Joinville não dispõe de contrato de prestação de serviços com posto de eletricista de instalações elétricas. Para estimativa de valor de contratação utilizou-se a média de R\$5.779,43 referente pesquisa no Portal de Compras Governamentais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. Justifica-se o **não parcelamento** da solução em virtude do ganho em escala na contratação, se considerarmos:

- i. O grande volume de bens permanentes e de consumo, documentos, materiais bibliográficos, insumos, itens de decoração e demais tipos de produtos, que é movimentado diariamente em todas as Unidades da UFSC, inclusive entre as Unidades;
- ii. Que os espaços de armazenamento das compras e recebimentos de materiais são limitados, obrigando a Universidade a mantê-los continuamente organizados;
- iii. Que não haverá parcelamento para que se garanta a uniformidade dos serviços prestados e, também, para fins de ganho de escala com custos indiretos da empresa a ser contratada;
- iv. Com mais postos de trabalho e um valor mais atrativo, as empresas conseguirão chegar a um valor de prestação de serviço mais competitivo, reduzindo o custo do UFSC;
- v. Com mais postos de trabalho concentrados num mesmo contrato, viabiliza-se a inclusão social, pois atinge os quantitativos mínimos de empregados previstos nas legislações vigentes;
- vi. Será um lote para cada campus, que contempla os diversos cargos necessários. Assim, as chances de fracasso na licitação serão minimizadas.

Analisando o mercado atual, percebe-se que as empresas prestadoras de serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente dito, mas na administração da mão de obra envolvida na prestação desses serviços. As contratadas providenciam atendimento a diversos tipos de serviços, normalmente em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que os executam, e não na técnica em si. Desse modo, a divisão do objeto não implica ampliação da

competitividade, tampouco em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas poderão participar da licitação em diversos lotes isolados, perdendo-se a economia de escala. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Portanto, em função do ganho de escala que a empresa adquire é esperada uma redução dos preços ofertados. Observada essa linha de raciocínio, a divisão destas contratações implicaria aumento de despesas para a UFSC, seja para contratá-los, seja para geri-los. Perante o ponto de vista técnico e econômico, serviços especializados, como os constantes neste ETP, não devem ser divididos, sob pena de perda de economia e possível prejuízo ao erário. Escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública não se trata apenas de escolher o menor preço, mas também visar uma contratação ambiental e socialmente sustentável. Todo o custo envolvido em retrabalho, processos administrativos sancionadores, audiências trabalhistas, depósitos judiciais, desgaste dos servidores e comunidade acadêmica com a má prestação dos serviços, é, na maior parte das vezes, custos imensuráveis, porém de proporção muito maior. Pelas razões acima elencadas, a equipe de planejamento optou pelo não parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços desta contratação já vêm sendo adquiridos pela UFSC, por meio dos seguintes contratos e processos, não se tratando, portanto, de nova demanda:

Contrato - Processo

167/2014 23080.044093/2014-41

235/2016 23080.037975.2016-11

343/2018 23080.050502/2018-71

285/2018 23080.084823/2017-99

113/2022 23080.041461/2021-08

57/2023 23080.007149/2021-13

130/2022 23080.007149/2021-13

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Para garantia da continuidade dos serviços, se faz necessária a realização dessa nova licitação, com concentração dos postos de carregadores, almoxarifes, supervisor, oficiais de manutenção, servente de obras, servente de serviço braçal, encarregado de obras e instalações e chaveiro, devido às demandas atuais. As possíveis contratações estão alinhadas com o Planejamento Anual de Contratações (PAC) da UFSC e foi registrada no sistema Comprasnet sob o número 850/2024, devendo ocorrer ainda no exercício de 2024. Portanto, também foram inseridas no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Objetiva-se apresentar ganhos diretos no preço final da licitação, e indiretos, por custo processual, custo de gestão do contrato, de recursos humanos que serão dedicados à contratação e sua gestão, gerando um resultado economicamente viável, eficiente e

eficaz. Ainda, pretendemos melhorar nossa gestão no que tange o planejamento das atividades, aferição dos resultados, para melhor executarmos todas as demandas oriundas das diversas Unidades de Ensino e Administrativas, sempre buscando o ambiente adequado às atividades acadêmicas. O planejamento para esta contratação foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços terceirizados. Os padrões definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a constante mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados, e os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam a obtenção de preço compatível com a finalidade estabelecida.

13. Providências a serem Adotadas

A UFSC possui quadro técnico qualificado para fiscalização e acompanhamento da presente demanda, uma vez que foi responsável por contratações similares. Será necessária a designação formal dos fiscais e gestores dos contratos, bem como a elaboração das demais formalidades para registros contratuais. O cronograma e os planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado serão elaborados pelos requerentes, em conformidade com a variação da demanda e das peculiaridades de cada local. Dessa forma, os serviços previstos em contrato deverão ser executados e registrados para posterior controle pelo gestor e fiscal do respectivo contrato. As demais providências a serem tomadas já estão mapeadas e provisionadas pela UFSC.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis, devendo a Contratada e seus funcionários adotarem, quando na realização dos serviços, as práticas de sustentabilidade estabelecidas pela Instituição, listada abaixo:

1. instruir sua equipe sobre a importância das políticas de sustentabilidade, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;
2. repassar aos seus funcionários as informações recebidas pela Contratante a respeito dos programas de uso racional dos recursos, programas de sustentabilidade e campanhas educativas;
3. disponibilizar seus funcionários para participarem de cursos e/ou capacitações realizadas pela Contratante para fins de orientações relacionadas aos serviços, a práticas sustentáveis e educação ambiental;
4. Preservar a fauna, a flora e os córregos, realizando os serviços de forma correta e cuidadosa;
5. fazer uso racional da água na realização dos serviços;
6. fazer uso racional de energia na realização dos serviços;
7. informar à Contratante sobre a existência de vazamentos de água ou extravasamento de esgoto que forem constatados dentro da sua área de atuação;
8. manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo e energia, como exemplo a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos mais eficientes quanto à economia de energia, classificados pelo Selo PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) de Economia de Energia (um instrumento promocional do PROCEL – coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;
9. comunicar à Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento;
10. realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos. Além disso, garantir que haja aparelhos funcionando sempre para que não interfira na execução dos serviços;
11. repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela Contratante.
12. informar à Contratante sobre defeitos na iluminação sempre que forem constatados dentro da sua área de atuação;
13. realizar a gestão adequada e ambientalmente correta dos resíduos produzidos durante os serviços;
14. separar e acondicionar os resíduos recicláveis produzidos pelos funcionários conforme o Sistema de Gestão de Resíduos implantado na UFSC;
15. em hipótese alguma deverão ser deixados resíduos provenientes do serviço em locais inapropriados;

16. utilizar equipamentos e matérias-primas mais sustentáveis, sempre que possível e de acordo com as normas vigentes;
17. todos os equipamentos e materiais utilizados deverão estar de acordo com as Normas Brasileiras da ABNT, possuindo a devida certificação quando exigido na legislação vigente;
18. onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais com a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
19. na realização dos serviços a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151.4.1.29;
20. os funcionários da Contratada devem utilizar os seus próprios recipientes para ingestão de líquidos, e reutilizá-los, a fim de eliminar o uso de recipientes descartáveis na prestação de serviços nas dependências da Contratante;
21. os recipientes reutilizáveis deverão ser fornecidos pela Contratada aos funcionários, preferencialmente com identificação do nome no recipiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** e necessária esta contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar. Justifica-se a conclusão pela necessidade de contratação dos seguintes postos de trabalho por meio de mão de obra exclusiva:

- i. **Campus Florianópolis (inclui DME/PU):** 20 (vinte) Operadores de Carga e Descarga, 22 (vinte e dois) Oficiais de Manutenção Predial para o DME/PU, 09 (nove) Auxiliares de Almoxarifado/Depósito, 01 (um) Supervisor de carregador /almoxarife, 02 (dois) Encarregados de Obras e Instalações, 04 (quatro) Serventes de Obras, 02 (dois) Serventes de Serviços Braçais e 01 (um) Chaveiro.
- ii. **Campus Araranguá:** 02 (dois) Oficiais de Manutenção Predial, 01 (um) posto de Eletricista de Instalações elétricas e 1 (um) Auxiliar de Almoxarifado/Depósito.
- iii. **Campus Blumenau:** 02 (dois) Operadores de Carga e Descarga, 02 (dois) Oficiais de Manutenção Predial, 02 (dois) Auxiliares de Almoxarifado/Depósito, 01 (um) posto de Eletricista de Instalações Elétricas.
- iv. **Campus de Curitiba:** 02 (dois) Operadores de Carga e Descarga e 02 (dois) Auxiliares de Almoxarifado/Depósito, 02 (dois) Oficiais de Manutenção Predial e 01 (um) Eletricista.
- v. **Campus Joinville:** 02 (dois) Operadores de Carga e Descarga, 01 (um) Oficial de Manutenção Predial e 01 (um) eletricista.

Com base nas informações fornecidas, a equipe de planejamento entende que a contratação nos moldes descritos é viável por diversas razões:

- i. **Especialização necessária:** a contratação de profissionais especializados é crucial, pois a UFSC não possui em seus quadros pessoal técnico especializado para executar as atividades necessárias.
- ii. **Cumprimento das responsabilidades institucionais:** a UFSC tem a responsabilidade de zelar pelo patrimônio público e pela comunidade em que se insere. A contratação de profissionais especializados nas áreas de manutenção predial e movimentação/organização de bens e materiais visa garantir o bom estado das instalações e do patrimônio como um todo, além da segurança de todos os usuários.
- iii. **Atendimento às demandas crescentes nos Campi:** com o crescimento das atividades acadêmicas e administrativas nos 5 Campi, há uma necessidade clara de manter e aumentar a equipe de profissionais para garantir o funcionamento adequado das instalações e serviços.
- iv. **Preparação para mudanças estruturais no Campus Blumenau:** com a mudança para uma nova sede em Blumenau, surgem novas necessidades, como a manutenção predial e de infraestrutura. A contratação de profissionais nessas áreas é essencial para garantir um ambiente seguro e funcional.

Em suma, a contratação proposta visa atender às demandas de manutenção predial e de movimentações e devido acondicionamento de bens permanentes, de consumo e materiais diversos, garantindo um ambiente universitário seguro, funcional e bem-cuidado, essencial para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da UFSC.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente

Brigida Antonia de Carvalho Vieira

Data: 28/02/2025 08:39:31-0300

CPF: ***.697.716-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>**BRIGIDA ANTONIA DE CARVALHO VIEIRA**

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

Brenda Morelli Piazza

Data: 21/03/2025 16:46:03-0300

CPF: ***.080.579-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>**BRENDA MORELLI PIAZZA**

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

Roberto Carlos Alves

Data: 17/03/2025 14:32:27-0300

CPF: ***.378.489-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>**ROBERTO CARLOS ALVES**

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

Leandro Pessi Orige

Data: 28/02/2025 08:42:46-0300

CPF: ***.502.689-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>**LEANDRO PESSI ORIGE**

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

CAMILA WALDRICH FISCHER

Data: 28/02/2025 09:10:49-0300

CPF: ***.995.309-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>**CAMILA WALDRICH FISCHER**

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

Josue Andrade

Data: 28/02/2025 11:29:12-0300

CPF: ***.863.019-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>**JOSUE ANDRADE**

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

Guilherme da Silva de Oliveira

Data: 17/03/2025 14:22:04-0300

CPF: ***.269.679-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

GUILHERME DA SILVA DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

ANEXO III

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

As Planilhas de Custos e Formação de Preços preenchidas pela Administração serão disponibilizadas na íntegra, em arquivo digital, na página **www.licitacoes.ufsc.br**.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 23080.xxxxxxxxxx
 Licitação nº: Pregão xxx/xxxx
 Data do Pregão: xx/xx/xxxx Horário: xx:xx

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº Registro do instrumento coletivo no Ministério do Trabalho - enviar o documento	
E	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	
3	Quantidade de empregados por posto	

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional	
5	Data base da categoria	
6	Jornada de trabalho (ex.: 12x36, 8h)	
7	Dias úteis trabalhados mês (média)	

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração			Valor (R\$)
A	Salário base	Carga horária mensal		R\$ -
B	Adicional de periculosidade	Percentual:		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Percentual:		R\$ -
D	Adicional noturno	Percentual:		R\$ -
E	Adicional de hora noturna reduzida			R\$ -
F	DSR sobre adicional noturno			R\$ -
G	Outros (especificar)			R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO				R\$ -
H	Intervalo Intra jornada (verba indenizatória após Reforma Trabalhista)			R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO + INTERVALO INTRAJORNADA				R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias			
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	0,00%	R\$ -
B	Férias e Adicional de férias	0,00%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º salário, Férias e Adicional de férias (Somente se não constar na Base de Cálculo do Submódulo 2.2)	0,00%	R\$ -
TOTAL			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições (Base de cálculo = Total da Remuneração)					(%)	Valor (R\$)
A	INSS					0,00%	R\$ -
B	Salário Educação					0,00%	R\$ -
C	GIIL-RAT (antigo SAT) - FAP x RAT	RAT:		FAP:		0,00%	R\$ -
D	SESC ou SESI					0,00%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC					0,00%	R\$ -
F	SEBRAE					0,00%	R\$ -
G	INCRA					0,00%	R\$ -
H	FGTS					0,00%	R\$ -
TOTAL						0,00%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários			(%)	Vlr. Diário/ %	Valor (R\$)
A	Transporte	Desconto:			R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Desconto:			R\$ -
C	Seguro de vida, invalidez e funeral				R\$ -
D	Outros (Assiduidade)				R\$ -
E	Outros (Benefício de Assistência ao Trabalhador)				R\$ -
TOTAL					R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
C	Multa do FGTS (40%) sobre o Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
F	Multa do FGTS (40%) sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Base de Cálculo:		-
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias		R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausências por acidente de trabalho		R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências		R\$	-
SUBTOTAL			R\$	-
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre as Ausências Legais (somente se não constar na Base de Cálculo)		R\$	-
TOTAL			R\$	-

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação (almocista/jantista)		
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre a Intraornada	0,00%	R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado) - apresentar demonstrativo	
B	Materiais (custo mensal por empregado) - apresentar demonstrativo	
C	Equipamentos (custo mensal por empregado) - apresentar demonstrativo	
D	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)	
A	Custos indiretos		0,00%	R\$ -	
B	Lucro		0,00%	R\$ -	
C	Tributos - indicar a opção tributária e apresentar comprovante		0,00%		
	C.1	Tributos Federais	PIS	0,00%	R\$ -
	C.2		COFINS	0,00%	R\$ -
	C.3		CPRB (reoneração gradual até 2028)	0,00%	R\$ -
	C.4	Tributos Municipais	ISS	0,00%	R\$ -
TOTAL				R\$ -	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
0	R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
Valor mensal dos serviços					R\$ -
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo requisitado e entregues no mês).					
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ -

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ -
Número de meses de execução contratual	-
Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	R\$ -

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Pregão Eletrônico: XXX/20XX

Processo: XXXXX.XXXXXX/20XX-XX

Objeto: (descrever o objeto da licitação)

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que:

- () Foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo tomado conhecimento de todas as características do local, inclusive, das possíveis peculiaridades que possam onerar a proposta comercial, bem como a empresa, na execução do contrato.
- () Não foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo assumido a responsabilidade pela ocorrência de qualquer fato que possa ocorrer em virtude do desconhecimento do local.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

(assinatura)

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração
Departamento de Contratos

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
Site: www.dpc.ufsc.br

Processo Administrativo nº 23080.040111/2024-97

Ata de Registro de Preços nº [XXXX/XXXXX](#)

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo(a) Diretor(a) do Departamento de Contratos da Pró-Reitoria de Administração, Sr(a). [XXXX](#), matrícula funcional [XXXXXXXX](#), nomeado(a) pela Portaria nº [XXX/XXXX/GR](#), de [XX de XXXXX de XXXX](#), publicada no DOU de [XX de XXXXX de XXXX](#), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n. **23080.040111/2024-97**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos **serviços de operador de carga e descarga (carregadores), auxiliar de depósito e almoxarifado (almoxarifes), supervisor/encarregado, oficial de manutenção predial e eletricista, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais (de consumo, ferramental mínimo, equipamentos e peças), na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, nos campi de Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville**, conforme especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº [XXX/20XX](#), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
LOTE XX						
ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no subitem 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata

de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato, ANEXOS AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
LOTE XX						
ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
LOTE XX						
ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL

MODELO DE TERMO DE CONTRATO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração
Departamento de Contratos
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
Site: www.dpc.ufsc.br

(Processo Administrativo nº 23080.040111/2024-97)

CONTRATO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA e A EMPRESA XXXXX.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo(a) Pró-Reitor(a) de Administração, Sr(a). XXXXX, matrícula funcional XXXXXXXX, nomeado pela Portaria nº XXX, de XX de XXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX de XXXXX de XXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo XXXXXXXXXXXXXXXX, (função no contratado) conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos serviços de operador de carga e descarga (carregadores), auxiliar de depósito e almoxarifado (almoxarifados), supervisor/encarregado, oficial de manutenção predial e eletricista, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais (de consumo, ferramental mínimo, equipamentos e peças), na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, nas condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

LOTE XX – CAMPUS XXXXXXXXXX							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
TOTAL LOTE XX – CAMPUS XXXXX							

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição todas as peças constantes do ato convocatório, seus anexos, apêndices e outros, assim, como todos os compromissos assumidos pela contratada por razão do ingresso na disputa licitatória.

1.1.2. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, constitui fator impeditivo para a celebração deste Termo de Contrato e dos respectivos aditamentos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato [ou contados do dia XX/XX/XXXX], prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

3.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, conforme modelo apresentado como apêndice I do Termo de Contrato.

3.6.1. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.7. Os gestores e fiscais de contratos deverão observar ainda as regras previstas em portaria normativa própria da contratante que verse sobre a gestão e fiscalização de contratos terceirizados.

Rotinas de Fiscalização

3.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

3.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.11. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa Seges/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

3.17. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

3.18. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

3.19. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

3.20. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

- 3.21.** O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 3.22.** Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 3.23.** Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 3.24.** O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 3.25.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 3.25.1.** se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 3.25.2.** se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 3.25.3.** se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 3.25.4.** se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 3.26.** Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 3.26.1.** O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
 - 3.26.2.** O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
 - 3.26.3.** O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
 - 3.26.4.** Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 3.27.** Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 3.28.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 3.28.1.** se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 3.28.2.** se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.
- 3.29.** A fiscalização técnica deve avaliar a execução dos serviços constantemente com a utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo constante nos apêndices do Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 3.29.1.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
 - 3.29.2.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - 3.29.3.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.29.4. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

3.29.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

3.29.6. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

3.29.7. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

3.29.8. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.

3.29.9. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

3.29.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

3.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

3.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

3.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

3.33.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) digital dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

- d) Demais comprovações e habilitações específicas exigidas em contrato ou edital, tais quais, comprovantes de escolaridade, de cursos específicos, certificações, entre outros;
- e) Recibos de entrega de uniformes, crachás e EPIs, devidamente datados e assinados pelos trabalhadores;
- f) Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, conforme modelo previsto no apêndice II do termo de contrato.

3.33.1.1.1. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem acima deverão ser apresentados.

3.33.1.2. Entrega, até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedor (SICAF):

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.33.1.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- f) Aviso de férias e cópia de recibos de depósitos bancários referentes às férias;
- g) Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

3.33.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 15 dias a partir da data de rescisão do contrato de trabalho dos funcionários desligados:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais, com recibos de quitação;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados;
- e) Cópia de recibos de depósitos bancários referentes à rescisão.

3.33.1.4.1. Sempre que houver demissão de empregados pela contratada, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

3.33.2. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 3.33.1 do contrato no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

3.33.3. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

3.33.3.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

3.33.3.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

3.33.3.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

3.33.4. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

3.33.5. Os documentos originais necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas deverão ser entregues preferencialmente em formato digital, com assinaturas digitais e/ou certificações digitais íntegras, quando houver. Em caso de entrega da documentação no formato físico, poderão ser apresentados em formato original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

3.33.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

3.33.7. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

3.33.8. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

3.33.9. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

3.33.10. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

3.33.11. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

3.33.12. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

3.33.13. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

3.33.14. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

3.33.15. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

- 3.33.16.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 3.33.17.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 3.33.18.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 3.33.19.** A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 3.33.19.1.** diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 3.33.19.2.** necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 3.33.20.** As compensações de jornada limitam-se:
- 3.33.20.1.** à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 3.33.20.2.** ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 3.33.21.** A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 3.33.22.** A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 3.33.23.** A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 3.33.24.** A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 3.33.25.** O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 3.33.26.** O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 3.33.27.** A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:
- 3.33.27.1.** até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;
 - 3.33.27.2.** em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 3.33.28.** O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

3.33.29. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

3.34. Gestor do Contrato

3.34.1. O gestor do contrato coordenará a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.34.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.34.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.34.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.34.5. O gestor do contrato tomará providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.34.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.34.7. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.34.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

3.34.9. O gestor deverá receber e dar encaminhamento imediato:

3.34.9.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

3.34.9.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

3.34.10. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor anual da contratação é de R\$ XXXXX (valor por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.1.1. O prazo da disposição acima será contado da conclusão das análises da fiscalização quanto ao cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo a que se referem a parcela a ser paga, considerando o prazo de análise de que trata o item 3.33.2 do contrato.

6.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

6.5.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

6.5.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês de competência dos serviços, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.5.2.1. No caso da comprovação de recolhimento previdenciário e FGTS poderá ser verificado a realização dos dispêndios do mês anterior ao da competência dos serviços, em razão do prazo de vencimento desses pagamentos.

6.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo gestor designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

6.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.11.2.1. O pagamento ficará condicionado à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato, conforme previsto no inciso II, §3º, artigo 121, lei nº 14.133/2021.

6.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

6.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.11.5. Enviar a documentação ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

6.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, parágrafo 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.17.1. o prazo de validade;

6.17.2. a data da emissão;

6.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.17.5. o valor a pagar; e

6.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

6.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

6.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Prazo de pagamento

6.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Da Forma de pagamento

6.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da Cessão de crédito

6.31. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

6.32. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou

creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

6.36. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Da Conta-Depósito Vinculada

6.37. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Contrato.

6.38. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do contratado.

6.39. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.40. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.41. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.42. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.42.1. 13º (décimo terceiro) salário;

6.42.2. Férias e um terço constitucional de férias;

6.42.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.42.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.42.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.43. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

6.44. Os valores referentes às provisões mencionadas neste contrato que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.45. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.46. Na situação do item acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.47. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

6.48. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.49. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

7.1. Os preços contratados, com exceção dos preços dos itens 09 (lote 02), 20 (lote 04) e 25 (lote 05), serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b.** Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.8.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.8.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.8.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.8.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.8.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA-IBGE** com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória completa da variação dos custos a serem repactuados.

7.22. O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.27. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste *[Excluir esse tópico e seus itens nos contratos dos lotes 01 e 03]*

7.28. Os preços inicialmente contratados, para os itens 09 (lote 02), 20 (lote 04) e 25 (lote 05), são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta.

7.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato, o edital e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. Comunicar ao fiscal do contrato, tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 9.11.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.
- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção do trabalho, inclusive àquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 9.21.** Não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato, cuja frequência de visitas presenciais será definida pelo respectivo gestor ou fiscal do contrato.
- 9.25.1.** O preposto deverá ser formalmente indicado mediante envio do Termo de Indicação de Preposto, em conformidade ao modelo previsto no apêndice I deste Termo de Contrato ao gestor ou fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 horas antes do início da prestação dos serviços.
- 9.25.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.25.3.** O preposto deverá responder às comunicações da Contratante por meio de sistema próprio por ela disponibilizado, quando houver, e pelos demais meios por ela indicados, no prazo por esta estipulado.
- 9.25.4.** O preposto não poderá ser um dos funcionários ocupantes dos postos do contrato.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.29. Assegurar, aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.

9.30.1. Todo o EPI deve ser entregue ao empregado em perfeito estado de conservação, sem repassar quaisquer custos a este.

9.30.2. Todo o EPI fornecido deve ter Certificado de Aprovação, expedido por órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, conforme a Norma Regulamentadora ME nº 6, de 8 de junho de 1978.

9.30.3. O EPI deve ser substituído sempre que estiver danificado, fora da validade, sem suas características de proteção, quando não couber ou não estiver confortável para o empregado ou quando a Contratante entender ser adequada a sua substituição.

9.31. Preservar a integridade física dos trabalhadores e de terceiros, por meio de equipamentos de proteção coletiva (EPCs).

9.32. Promover e fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) que se fizerem necessários para a execução do serviço.

9.33. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.37. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.38. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.39. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

9.40. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.40.1. Realizar a glosa dos valores referentes ao vale-transporte daqueles funcionários que expressamente optarem por não receber o benefício. O desconto deverá ser sobre a rubrica e seu reflexo na planilha de custos.

9.41. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana

em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.42. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.42.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Contratante, a exemplo da falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento, então os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.43. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

9.44. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

9.45. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral.

9.46. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso.

9.47. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciadores contra retaliações.

9.48. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos.

9.49. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação.

9.50. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção.

9.51. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.52. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência ou neste instrumento.

9.53. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.54. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.55. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.56. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.57. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º- C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.57.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal.

9.57.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.58. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica.

9.58.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.58.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.58.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.58.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.58.5. O percentual de mão de obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

9.58.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.59. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

9.60. A Contratada deve se responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com esses, ainda que verificados nas dependências da Contratante.

9.60.1. Comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, conforme previsão no art. 22 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

9.61. Apresentar todos os esclarecimentos, documentos ou informações solicitadas nas comunicações da Contratante no prazo estipulado nas referidas solicitações, evitando comunicações protelatórias.

9.62. Encaminhar mensalmente, ou sempre que solicitado, planilha contendo informações dos trabalhadores terceirizados alocados no contrato, cujo preenchimento deve seguir as orientações da Contratante, de forma a atender à exigência da CGU (Controladoria Geral da União) de envio dessas informações.

9.63. A Contratada deverá apresentar a documentação trabalhista solicitada pela Contratante em duas vias, uma original e outra com dados pessoais/sensíveis ocultados, sempre que houver dados pessoais e/ou sensíveis dos trabalhadores, como CPF, endereços, nomes de familiares, estado de saúde, entre outros, de modo a garantir os princípios de privacidade da LGPD (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) e manter a transparência dos processos de fiscalização dos contratos.

9.64. Sujeitar-se à retenção da garantia contratual e dos valores das notas fiscais ou faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, até a comprovação (i) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (ii) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 65 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

9.65. Apresentar em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) vigentes.

9.65.1. A documentação do subitem 9.65 deverá ser atualizada e enviada para o gestor do contrato sempre que for necessário.

9.66. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

9.67. Acatar a aplicação de glosa em nota fiscal, indicada pela Contratante, dos custos de vale-alimentação e vale-transporte referente aos dias não trabalhados em razão de fechamento de determinado setor, situações em que não há a opção de escolha por parte dos trabalhadores entre laborar ou não, como as hipóteses de recesso escolar, ponto facultativo, interrupções programadas de energia elétrica ou água entre outras.

9.68. Caso definido pela gestão/fiscalização do contrato, na ocorrência de diárias, juntamente com a documentação mensal que a Contratada deve entregar, deverá ser enviado também o relatório de viagem (modelo no Apêndice III deste contrato), o qual será analisado em cotejo com o diário de bordo do serviço de transporte e outros mecanismos de controle da Contratante, a fim de atestar a quantidade de diárias despendidas.

9.69. Os empregados alocados no contrato, bem como o preposto e os demais funcionários da contratada, devem ser orientados a respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais cometendo qualquer natureza de assédio ou propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual, idade, características físicas ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

9.70. O valor da glosa por dia de ausência sem substituição de 1 (um) funcionário seguirá as seguintes regras:

9.70.1. O valor glosado por dia (VG) será o valor do posto de trabalho (VP) dividido pelos dias úteis do mês em que a falta ocorreu (D).

9.70.2. Os dias úteis serão considerados de acordo com a previsão contratual (por exemplo, para postos com jornadas de segunda a sexta, serão considerados, para efeito de cálculo de dias úteis do mês, apenas os dias compreendidos de segunda a sexta).

a) Exemplo:

a.1) Fórmula: $VG = VP/D$.

a.2) Valor do posto de trabalho (VP) = R\$ 4.400,00.

a.3) Mês de referência = Agosto/2024 – 22 dias úteis (D).

a.4) $R\$ 4.400,00/22 = R\$ 200,00$ valor glosado por dia (VG)

9.70.3. O valor glosado por horas parciais (HP) será o valor glosado por dia (VG) dividido pelo número total de horas da jornada de trabalho (JT) do dia em que a ausência parcial ocorreu.

a) Exemplo:

a.1) Fórmula: $HP = VG / JT$

a.2) $HP = 200,00 / 8$ horas diárias

a.3) $HP = R\$ 25,00$ glosado por hora

9.71. Providenciar, quando for o caso, por intermédio de profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, perícia que comprove a incidência de insalubridade (atestando o grau da mesma – máximo, médio ou mínimo) ou periculosidade, bem como se a atividade apontada como insalubre ou perigosa consta nas relações das NR-15 e 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

9.71.1. O pagamento do adicional de insalubridade fica condicionado à:

9.71.1.1. Realização da perícia;

9.71.1.2. Entrega do laudo pericial;

9.71.1.3. Validação do laudo pelo setor competente da Contratante.

9.71.2. Se constatada a incidência do adicional, fica a Contratada obrigada a pagá-lo aos empregados envolvidos na prestação dos serviços objeto desta licitação que tenham direito à percepção do mesmo, desde o início de sua execução.

9.72. Considerar como base de cálculo salarial para a concessão de adicional de insalubridade o estabelecido na Convenção Coletiva da categoria profissional, ou, quando não definido na Convenção Coletiva da categoria profissional, os laudos periciais emitidos pela UFSC, quando houver.

9.72.1. A emissão de laudo pericial, de que trata o item acima, que não contemple alguma atividade insalubre a ser exercida pelos empregados da Contratante, ou a falta deste laudo, deverá ser suprida por laudo pericial emitido por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, sem ônus à Contratante, conforme disposto no item 9.70.

9.73. Constatada a incidência de insalubridade em contratação anterior do mesmo objeto ou objeto similar e/ou local, ou quando houver indícios de condições insalubres, o laudo deverá ser providenciado pela Contratada a pedido da gestão do contrato no prazo de 60 (sessenta) dias.

9.73.1. A não apresentação do laudo pericial dentro do prazo estipulado acima, ensejará sanções à Contratada pelo descumprimento parcial do contrato.

9.74. A Contratada terá direito, **retroativamente**, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, se, **e somente se**, o laudo pericial for entregue no prazo de até **60 (sessenta) dias após** o início da execução dos serviços, não passível de prorrogação.

9.74.1. Ultrapassando este prazo, os efeitos financeiros do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato somente terão vigência a partir da data de apresentação do laudo pericial junto à unidade fiscalizadora/gestora da Contratante.

9.74.1.1. A Contratada será a única responsável pelas remunerações retroativas a seus funcionários.

9.74.2. Em caso de alteração no ambiente de trabalho e/ou de mudança nas atividades exercidas, a Contratada deverá realizar nova perícia técnica, conforme previsto no parágrafo 3º do Art. 58 da Lei 8213/91, cujo laudo pericial resultante tem o prazo de 60 (sessenta) dias, não prorrogável, a contar da data do evento que lhe deu causa, para ser entregue à Contratante.

9.74.2.1. A Contratada terá direito, retroativamente, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a partir da data da alteração no ambiente de trabalho e/ou da mudança nas atividades exercidas, se, e somente se, o laudo pericial for entregue no prazo.

9.74.2.2. Ultrapassando este prazo, os efeitos financeiros do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato somente terão vigência a partir da data de apresentação do laudo pericial junto à unidade fiscalizadora/gestora da Contratante.

9.75. Acatar solicitação da Contratante para conceder férias aos funcionários alocados na prestação do serviço sem a necessidade da reposição da mão de obra, quando, em razão da efetiva redução no atendimento da Contratante, tal medida puder ser realizada sem trazer prejuízo no atendimento ao público e de acordo com a legislação.

9.76. Na ocasião da concessão de férias sem a reposição da mão de obra, deverá a Contratante realizar na fatura ou nota fiscal seguinte os respectivos descontos oriundos da não reposição.

9.76.1. Os descontos são os custos que a empresa não terá ao não precisar repor os funcionários durante as férias, ou seja, custo de reposição por motivo de férias + vale-alimentação + vale-transporte do período não repostado + assiduidade (se houver) + outros custos relacionados (se houver). Os descontos deverão ser sobre suas rubricas e seus reflexos na planilha de custos.

9.77. Para fins de apuração dos custos não renováveis, encaminhar listagem contendo as rescisões trabalhistas dos postos fixos de trabalho alocados ao contrato, referentes ao período indicado na solicitação, de modo que conste o nome dos funcionários, a data da rescisão, se a iniciativa foi do empregado ou da

empresa, e o tipo de aviso prévio (trabalhado/indenizado), quando solicitado pela Contratante, no prazo de 10 dias úteis.

9.77.1. Em caso de não envio dentro do prazo, os custos relativos ao aviso prévio indenizado e ao aviso prévio trabalhado serão reduzidos a 10% para todos os postos em que não forem encaminhadas todas as informações solicitadas referentes as rescisões.

9.77.2. Para os postos que não tiveram rescisões no ano do contrato e para os postos que tiveram apenas rescisões por iniciativa do empregado ou por justa causa, uma vez que a empresa não teve nenhum custo relativo a aviso prévio, os custos referentes ao aviso prévio indenizado e ao aviso prévio trabalhado serão reduzidos a 10%.

9.77.3. Para os postos que tiveram apenas rescisões por iniciativa da empresa, com aviso prévio trabalhado, uma vez que a empresa não teve nenhum custo relativo a aviso prévio indenizado, os custos referentes ao aviso prévio indenizado serão reduzidos a 10%.

9.77.4. Para os postos que tiveram apenas rescisões por iniciativa da empresa, com aviso prévio indenizado, uma vez que a empresa não teve nenhum custo relativo a aviso prévio trabalhado, os custos referentes ao aviso prévio trabalhado serão reduzidos a 10%.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderão dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.10. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.11. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.12. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.12.1. A garantia contratual – prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias –, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.12.2. Os valores das notas fiscais ou faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.13. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

12.14. O contratante poderá ainda:

12.14.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.14.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.16. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

[A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente].

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LGPD

15.1. As obrigações pertinentes à LGPD estão dispostas no edital de licitação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As infrações e as sanções administrativas estão dispostas no edital de licitação.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

20. DOS APÊNDICES DESTE ANEXO II DO ATO CONVOCATÓRIO

Apêndice I - Termo de nomeação do preposto

Apêndice II – Declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato

Apêndice III - Modelo de Relatório de Viagem

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Apêndice I - Termo de nomeação do preposto

Contrato nº: _____

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada à _____ (endereço completo da empresa), doravante denominada **OUTORGANTE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____ (representante legal da empresa), CPF _____, nomeia e constitui o (a) Sr. _____ (nome do preposto indicado pela empresa), brasileiro(a), (cargo que ocupa na empresa ou profissão), CPF nº _____, como o seu **PREPOSTO**.

PODERES/DEVERES: Representar a empresa OUTORGANTE na condição de PREPOSTO no Contrato ____/20__, firmado com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, obrigando-se a receber, diligenciar, encaminhar e responder as solicitações e orientações de ordens técnicas, legais e administrativas referentes à execução contratual, encaminhadas pela gestão/fiscalização do contrato; participar de reuniões e assinar as respectivas atas, obrigando a contratada a cumprir os termos dela constante; receber notificações da gestão/fiscalização do contrato de ocorrências relacionadas à execução dos serviços, respondendo ou tomando providências dentro do prazo estipulado; bem como representar a OUTORGANTE em todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

Contatos funcionais do preposto:

E-mail: _____

Telefone: _____

Contato em aplicativos de mensagens (se houver): _____

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Nome:
CPF:
(Representante Legal da Contratada)

IN 05/2017: Art. 44. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

§ 1º A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

§ 2º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§ 3º O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 4º A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.

Apêndice II – Declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato

Contrato nº: _____

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada à _____ (endereço completo da empresa), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____ (representante legal da empresa), CPF _____, considerando o disposto no ANEXO VIII-B, item, 10.1, g.4, da Instrução Normativa MPOG nº 5/2017 combinado com o Art. 2º, III, da Instrução Normativa MPOG nº 06/2018, declara que possui responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato nº _____ / 20____, firmado junto à Universidade Federal de Santa Catarina.

Cidade, ____ de _____ de 20____.

Nome:
CPF:
(Representante Legal da Contratada)

Apêndice III – Modelo de Relatório de Viagem

Nome do colaborador	
Cidade de origem	
Cidade de destino	
Data e horário de saída	
Data e horário de chegada	

Cidade, XX de XXXXXX de XXXX.

[Assinatura do Colaborador]

[Assinatura do Gestor ou Fiscal do Contrato]

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA e seus anexos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Projetos, Contratos e Convênios - DPC
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria II
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Telefones: (48) 3721-4240
Website: dpc.proad.ufsc.br - E-mail: dpc.proad@contato.ufsc.br



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE,
ENTRE SI, CELEBRAM UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA E A
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
_____, VISANDO
A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO
DE PROVISÕES DE ENCARGOS
TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E
OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS
DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP
Nº 5, DE 20 DE ABRIL DE 2017, E
ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

A UNIÃO, por intermédio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei n.º 3.849, de 18/12/1960, estabelecida com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, no município de Florianópolis, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.899.526/0001-82, por meio da (o) _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____, de ____/____/____, (data) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (data) neste ato, representado (a) pelo (a) _____ (cargo), Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, nomeado (a) pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (data), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (data), doravante denominado (a) ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido (a) _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado (a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado (a) pelo seu _____ (cargo), Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1.1. CLT –Consolidação das Leis do Trabalho.

1.2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.

1.3. Rubricas – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.

1.4. Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

1.5. Usuário(s) – servidor (es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

1.6. Partícipes – referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, dos critérios para abertura de **contas-depósitos** específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

2.1. Para cada **Contrato** será aberta uma **Conta Depósito Vinculada** em nome do **Prestador de Serviços** do **Contrato**.

2.2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao **Prestador de Serviços** dos **Contratos** e será denominada **Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação**.

2.3. A movimentação dos recursos na **Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação** será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

3.1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.

3.2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para

abertura de Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de Conta Depósito Vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da Conta Depósito Vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

3.6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

3.7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

3.8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração Pública Federal via meio eletrônico.

3.9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

3.9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

3.9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

3.9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação – serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.

3.9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO compete:

4.1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.

4.2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração Pública, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

4.3. Remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas–bloqueadas para movimentação** ou remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** Ofício, solicitando a abertura das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

4.4. Remeter Ofícios à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a movimentação de recursos das **contas-depósitos vinculadas–bloqueadas para movimentação** ou movimentá-los por meio eletrônico.

4.5. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta Depósito Vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.

4.6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

4.7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

4.8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de auto-atendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

4.9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

4.10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

4.11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

4.12. Comunicar tempestivamente à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

4.13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** possam vistoriar o *hardware* e *software* utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.

4.14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

5.1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO.

5.2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.

5.3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.

5.4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.

5.5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.

5.6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.

5.7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de Florianópolis.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Florianópolis, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante da
ADMINISTRAÇÃO

Assinatura do representante da INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/____ – ADMINISTRAÇÃO

_____ de _____ de 20__.

A (o) Senhor (a)
Gerente (nome do
gerente) (Endereço
com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO:

CNPJ: _____
Razão Social: _____
Nome Personalizado: _____
Endereço: _____
Representante Legal: _____
CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública
Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº _____/_____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº 2, de 30 de abril de 2008, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO.

Gerente

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

Ofício nº ____/____

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de Conta Depósito Vinculada à empresa _____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da SLTI/MP:

Agência : _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastro no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ – ____

Local, ____ de ____ de 20__.

A (o) Senhor (a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ ____ da conta nº ____ da agência nº ____ de titularidade de ____, (nome do proponente), inscrito no CNPJ sob o nº ____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO, e CREDITAR na seguinte conta-depósito:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública
Federal/ou servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº ____ (número sequencial)

____, ____ de ____ de 20__.

Senhor _____,
(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ – ____, de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

(Nome do Gerente)
Nº da Agência da Instituição Financeira

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ da Instituição Financeira _____
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a **ADMINISTRAÇÃO** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta Depósito Vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a **ADMINISTRAÇÃO**, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ – ____

_____, ____ de _____ de 20__

A (o) Senhor (a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública
Federal/ou servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ – ____

Local, ____ de ____ de 20__

A (o) Senhor (a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da Conta Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação –, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública
Federal/ou servidor previamente designado pelo ordenador